



NIA

NÚCLEO
DE INVESTIGAÇÃO
ARQUEOLÓGICA

ERA
ARQUEOLOGIA

12

APONTAMENTOS

de Arqueologia e Património

DEZ 2017

ISSN: 2183-0924

***A*PONTAMENTOS**

de Arqueologia e Património

12

DEZEMBRO

2017

Título: **Apontamentos de Arqueologia e Património**

Propriedade: **Era-Arqueologia S.A.**

Editor: **ERA Arqueologia / Núcleo de Investigação
Arqueológica – NIA**

Local de Edição: **Lisboa**

Data de Edição: **Dezembro de 2017**

Volume: **12**

Capa: Realização de prospecção geofísica
(Foto: António Valera)

Director: **António Carlos Valera**

ISSN: 2183-0924

Contactos e envio de originais:

antoniovalera@era-arqueologia.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

O uso do acordo ortográfico está ao critério de cada autor.



ÍNDICE

EDITORIAL	07
-----------------	----

Tiago do Pereiro e António Carlos Valera GEOFÍSICA DE DOIS GRANDES MONUMENTOS MEGALÍTICOS INÉDITOS NO BAIXO ALENTEJO	09
--	----

António Carlos Valera, Marco Fernandes e Patrícia Simão OS HIPOGEUS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DA QUINTA DA ABÓBADA (BEJA)	15
---	----

Nelson Cabaço A FAUNA DEPOSITADA SOB O “CAIRN 1” DOS PERDIGÕES (REGUENGOS DE MONSARAZ)	23
--	----

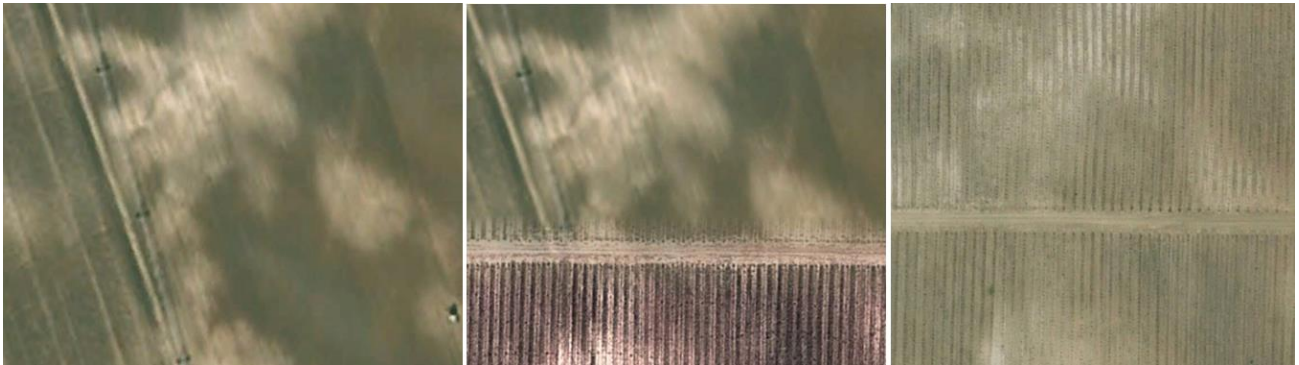
Ana Catarina Basílio e Tiago do Pereiro PEDAÇOS DE UM PASSADO COMUM: OCUPAÇÕES DO 4º E 3º MILÉNIOS AC NA ZONA DO RIO SECO / BOA HORA (AJUDA, LISBOA)	37
---	----

Alexandre Sarrazola e Ever Calvo LARGO DA ARTILHARIA Nº 1 E 2, LISBOA: INTERVENÇÃO NO ESPAÇO DA APPI (ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA PRIMEIRA INFÂNCIA)	45
---	----

Inês Simão, Catarina Furtado, Marina Lourenço, Lucy S. Evangelista UM OLHAR SOBRE A EVOLUÇÃO DO EXTINTO TRIBUNAL DA BOA HORA	49
---	----

Alexandre Sarrazola ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO: <i>IURIS URBE INORDINATIONEM</i>	59
---	----

António Carlos Valera DUAS DÉCADAS DE INVESTIGAÇÃO NOS PERDIGÕES: RESENHA DA BIBLIOGRAFIA PRODUZIDA	69
---	----



“Filme” de uma destruição

EDITORIAL

Já no editorial de 2013 da AAP se alertava para a situação, que então começava a verificar-se, de sistemática afectação dos recintos de fossos, vítimas da “Revolução Agrícola” que tem vindo a acontecer nos últimos anos no interior alentejano.

Alqueva, uma “porra” que demorou a construir e que se revela fundamental para a economia do Alentejo (como a recente seca extrema bem demonstrou), está a ser um projecto de grande dinamização da economia agrícola alentejana, que tem inegáveis contributos para situação das finanças gerais do país e desenvolvimento social da região. O problema é que também é um projecto que tem conduzido a inequívocos custos ambientais e patrimoniais, portanto também sociais e culturais, aos quais os agentes económicos e as entidades administrativas e políticas se estão a revelar pouco sensíveis.

Nos últimos tempos, são várias as notícias de afectações ou destruições de sítios arqueológicos de diferentes naturezas e cronologias às mãos de projectos de reconversão agrícola para culturas intensivas de regadio, várias das quais implicam lavras profundas. Entre a ignorância, o deliberado “desconhecimento” e a ineficácia e impotência administrativa, o rejuvenescimento agrícola do Alentejo está a ser feito à custa de uma sistemática obliteração da memória histórica inscrita nas paisagens e nos notáveis sítios arqueológicos da região. Trata-se de uma dinâmica nos antípodas da noção de Desenvolvimento Sustentável. Pura e simplesmente não se aprende. Nem entre os agentes económicos, nem entre quem supostamente os regula.

Talvez a melhor caricatura da actual situação seja a actuação do ministro que tutela o sector da cultura (onde está integrado o Património Arqueológico e a respectiva actividade profissional): um ausente. O que está a acontecer com o património arqueológico alentejano não tem advogado na mesa do Conselho de Ministros. No terreno, seria tentado, talvez preversamente (ou não), a dizer que os processos administrativos estão deliberadamente montados de forma a desencontrar quem projecta, quem aprova e quem tem informação patrimonial. Os grandes projectos de reconversão agrícola passam pelo Ministério da Agricultura, mas não pelos Municípios ou tutela do património, onde a informação patrimonial se encontra. E se a denúncia da desfuncionalidade já ocorreu por várias vezes, não se tem visto interesse em resolver a situação. Procedimento de branqueamento da sistemática destruição, a que se junta o silêncio e indiferença da Academia, sempre distante do que se passa fora do seu *Campus*, e de uma grande maioria de profissionais do sector.

Importante património arqueológico está a ser afectado a um ritmo alucinante no Alentejo, nomeadamente onde chega a água de Alqueva. E gera-se uma grande ironia: um empreendimento que, com méritos e deméritos, tem contribuído decisivamente para uma Revolução Empírica sobre o conhecimento do nosso passado colectivo mais distante, acaba por alimentar involuntariamente, com água, uma das maiores ondas de destruição patrimonial naquele território.

António Carlos Valera

GEOFÍSICA DE DOIS GRANDES MONUMENTOS MEGALÍTICOS INÉDITOS NO BAIXO ALENTEJO

Tiago do Pereiro¹
António Carlos Valera²

Resumo:

No presente texto apresentam-se os resultados de prospecção geofísica por magnetometria, a qual permitiu identificar pelo menos dois grandes monumentos megalíticos aparentemente inviolados (possivelmente três), e um conjunto alargado de outras estruturas, como um possível fosso e inúmeras possíveis fossas. Um dos grandes monumentos corresponderá a um *tholos* com corredor de grandes dimensões (cerca de 35m), que faz dele um dos maiores da Península Ibérica.

Abstract:

Geophysics of two large megalithic monuments in lower Alentejo.

This paper presents the results of the geophysics (using magnetometry) that allowed the identification of two large megalithic monuments (possibly three), apparently undisturbed, and an assemblage of other structures, such as a possible ditch and several possible pits. One of the large monuments correspond to a *tholos* with a large corridor (about 35 meters), that makes it one of the largest of Iberia.

1. Introdução.

Os contextos de que este texto dá conta localizam-se no Baixo Alentejo, no concelho de Beja³.

A sua identificação ocorreu no âmbito da investigação orientada para a detecção e estudo de recintos de fossos pré-históricos no sul de Portugal (Valera, Becker 2011; Valera, Pereiro, 2013). Na pesquisa com recurso a imagens satélite disponíveis em rede foram identificados na imagem de 2003 do Google Earth (Figura 1) dois círculos lado a lado que poderiam corresponder a esse tipo de contextos. A ocorrência de pequenos recintos circulares ou de tendência circular lado a lado é já conhecida noutros contextos alentejanos, como acontece em Coelheira 2 (Valera, Ramos, Castanheira, 2015) e Murteira 6 (Porfírio *et al.*, 2012), pelo que a hipótese se afigurava viável à partida.



Figura 1 – Imagem satélite dos dois túmulos.

¹ Era Arqueologia SA.

² Coordenador do Núcleo de Investigação Arqueológica (NIA), antoniovalera@era-arqueologia.pt. / ICArEHB - UAlg.

³ Por solicitação do proprietário, evocando razões de protecção dos monumentos e da propriedade, a sua localização precisa não consta desta publicação, sendo, contudo, do conhecimento da tutela.

Uma primeira visita ao local em 2015 viria revelar a existência de dois grandes montículos que se afiguravam como possíveis mamoaes, sem que se identificassem materiais à superfície (a não ser uma anormal dispersão de pedras de quartzo leitoso sobre os montículos e suas imediações) ou vestígios de elementos estruturais (Figura 2).

Em face desta nova possibilidade, foi dado conhecimento da situação à extensão de Castro Verde da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, a qual, estando a colaborar na revisão do Plano Director Municipal de Beja, referenciou o sítio, associando-lhe algumas condicionantes.

Já em 2017, e estando os autores a realizar testes de equipamento de magnetometria, e perante a elaboração de um novo projecto sobre recintos de fossos submetido à Fundação para a Ciência e Tecnologia, realizou-se um dos testes no local no sentido de, para além de observar a resposta do equipamento num contexto geológico específico e diferente dos calços (onde os recintos são mais frequentes na região), tentar despistar a real natureza do sítio e a existência ou não de estruturas tipo fosso. Os resultados que agora se apresentam são surpreendentes, revelando a presença de pelo menos dois monumentos megalíticos (eventualmente três), um deles provavelmente de tipo *tholos*, aparentemente inviolados e de significativas dimensões, mas também a presença de um possível fosso e várias fossas.



Figura 2 – Aspecto dos dois túmulos vistos de Oeste.

2. Método.

Os trabalhos de campo seguiram as orientações e pressupostos metodológicos propostos pelo European Archaeologic Council (EAC Guidelines, 2015) e Chartered Institute of Archaeologists (IfA, 2002 e CIfA, 2014).

A prospecção magnética é um dos vários métodos utilizados na geofísica aplicada à arqueologia desde 1950. Esta técnica regista a variação espacial no campo magnético terrestre produzida por objectos e estruturas enterradas. Os magnetómetros utilizados no levantamento geofísico podem usar um único sensor para medir a intensidade total do campo magnético, ou usar dois sensores espacialmente separados para medir o gradiente do campo magnético. Esta última configuração é a que normalmente se aplica à arqueologia porque proporciona uma melhor resolução de pequenos fenómenos próximos da superfície.

Cada tipo de material tem propriedades magnéticas únicas, sendo que diferentes materiais abaixo do solo podem causar distúrbios locais no campo magnético da Terra que são detectáveis com magnetómetros sensíveis. Como a

magnetometria detecta pequenas variações no campo magnético terrestre, os resultados estão dependentes da magnetização do solo e da profundidade a que as estruturas se encontram. Para a maior parte das estruturas o limite de profundidade a que podem ser detectadas é de 1m. Contudo estruturas que possuem uma magnetização maior (fornos, áreas queimadas, concentrações de materiais ferrosos) podem ser identificadas até 3m de profundidade.

No presente trabalho o equipamento utilizado foi o Bartington 601/2 com dois sensores de 1m de comprimento separados horizontalmente por 1m. Cada um contém dois sensores verticais (axis fluxgate magnetometers) no topo e na base fazendo com que os detectores localizados no topo rejeitem a larga escala do magnetismo atmosférico e isole pequenas leituras causadas pelas anomalias arqueológicas, podendo detectar anomalias de 0.1nT (nanotesla). O campo magnético terrestre normalmente apresenta leituras de 40,000nT (0.4 gauss), variando durante o dia.

A recolha dos dados iniciou-se com a marcação no terreno de uma grelha georreferenciada com quadrados de 30x30m, divididos em 30 linhas de prospecção manual em modo zig-zag, começando sempre no canto NW, permitindo a recolha de medidas a cada 0.125m, com espaçamento entre linhas de 0.5m.

Depois de descarregados os dados, estes foram processados e analisados em software específico (Geoplot 4.0 Beta). Os passos e filtros utilizados no processamento, bem como as estatísticas finais encontram-se descritos na tabela 1.

Process Steps Geoplot 4.0		Estatísticas	
Clip Min=-3.0SD Max=+3SD			
Despike X=1 Y=1 Thr=3 Repl=Mean			
Destagger All Grids Individually, X dir, Shift=1 Line Pattern -2 -4 -6 -8 x3			
Destagger Complete Composite, X dir, Shift=1 Line Pattern -2 -4 -6 -8 x1			
Zero Mean Grid, Threshold = 2.5			
Zero M Trav, Grid=All LMS=On Zm=Mean Thresholds not applied			
Periodic F, Index= 3, Grid=All, Spike=On Thresholds not applied			
LPF X=2 Y=2 Wt=G Applications=1			
Interpolate Y, Expand - SinXX, x2			
Interpolate X, Expand - SinXX, x2			
		Mean	0.1517709
		SD	2.456096
		3 SD	7.368289
		Minimum	-18.74076
		Maximum	18.30623
		Dummy Value	2047.5
		SI, TI	0.0625 m, 0.25 m
		Source Grid X,Y	30 m, 30 m
		Length, Width X, Y	120m, 120m
		Size X, Y	1920, 480

Tabela 1 – Metodologia de tratamento de dados.

3. Resultados.

O magnetograma obtido (Figura 4) revela a inequívoca presença de dois monumentos megalíticos com extensos corredores, os quais foram designados por M1 (o mais a Norte) e M2 (o mais a Sul), e um possível terceiro designado por M3 (situado a SO do anterior).

3.1. M1

Trata-se do monumento situado mais a Norte e o que possui a mamoa de maiores dimensões, a qual apresenta cerca de 4 metros de altura acima do actual nível do solo envolvente e cerca de 50 metros de diâmetro.

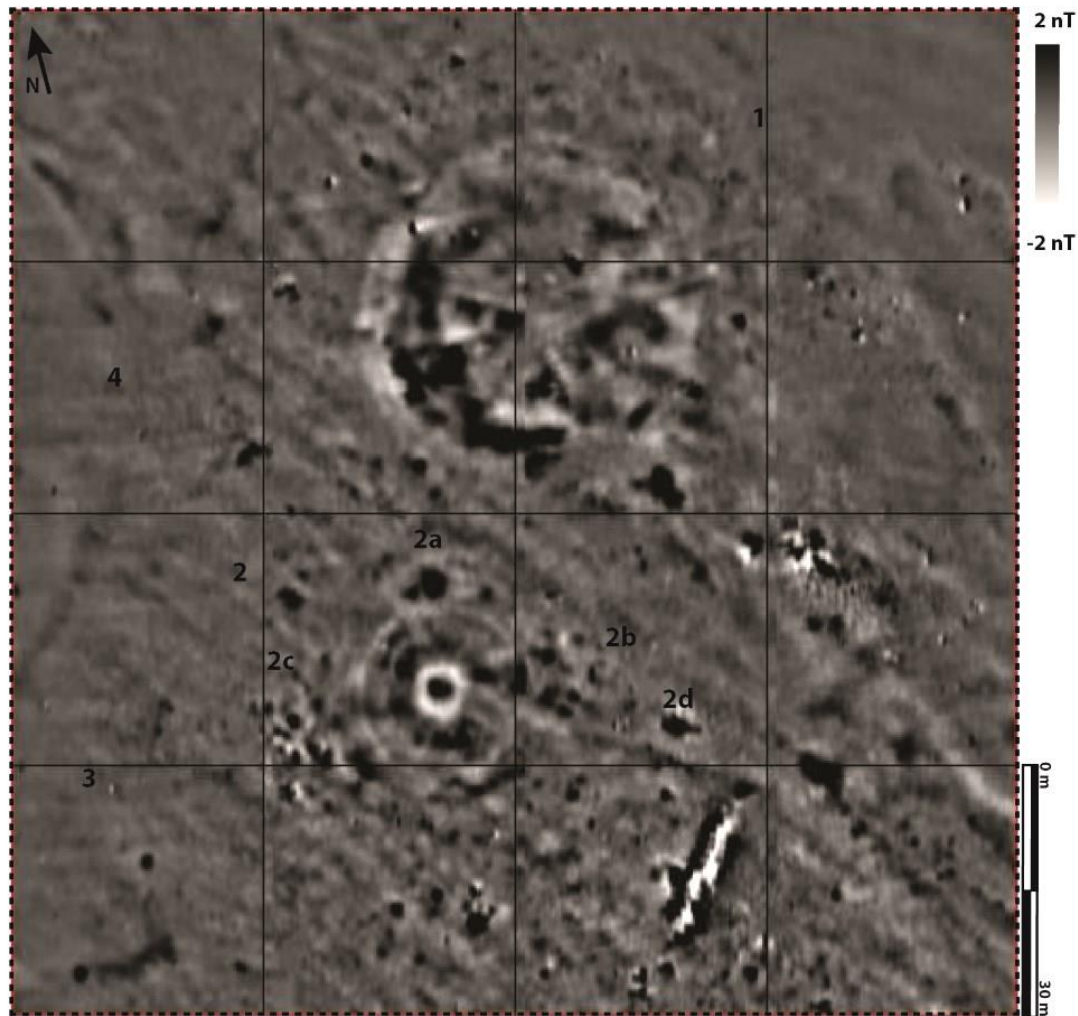


Figura 3 – Magnetograma. Quadrados com 30 metros de lado.

Apresenta o que se afigura como uma potente estrutura pétrea circular com um diâmetro de cerca de 40m que envolve a câmara. Contudo, a existência de um conjunto de anomalias periféricas com uma disposição circular e concêntrica a esta estrutura (Figura 3) pode indicar que a estrutura da mamoa atinga os cerca de 60 metros, prolongando-se já abaixo da cota actual da superfície. A existência de inúmeras pedras de quartzo leitoso à superfície da mamoa e nas suas imediações sugere a existência de uma carapaça constituída com aquele material que permitiria um contraste cromático, aumentando a monumentalidade do edifício.

Relativamente à câmara, a imagem é pouco nítida. O tamanho da mamoa e a potente estrutura pétrea que a envolve poderão sugerir uma estrutura ortostática. A imagem, contudo, não permite uma clara percepção da solução arquitectónica. A interpretação do magnetograma (Figura 4) indicia a existência de, pelo menos, dois contrafortes pétreos a envolver a câmara.

Relativamente ao corredor, a imagem também deixa algumas dúvidas, parecendo que este se orienta a Sudeste. A sua extensão não é fácil de determinar, uma vez que uma anomalia que atravessa entre os dois monumentos na diagonal (e cuja natureza não sabemos se é natural ou antrópica) perturba a leitura. O corredor poderá ser muito longo, ultrapassando os 30 metros de comprimento, terminando junto ao que parece ser uma fachada, ou apresentar-se bem mais curto (como se encontra representado na Figura 4). A complexidade da imagem no lado Este do monumento pode igualmente ficar a dever-se a adições e remodelações arquitectónicas, que só uma escavação poderá esclarecer.

3.2. M2

O monumento 2 apresenta-se bem mais definido no magnetograma (Figura 3). A sua estrutura tumular é mais pequena em área (ronda os 30 metros) e altura (cerca de 3 metros) e parece sobrepor-se parcialmente à mamoa de M1, indiciando posterioridade.

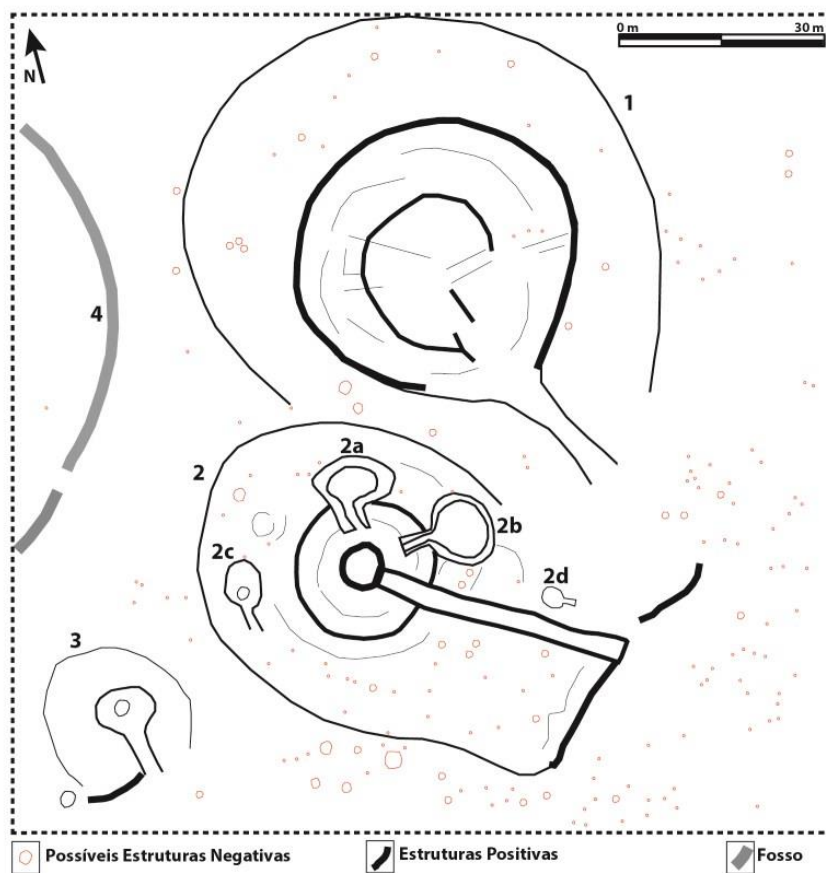
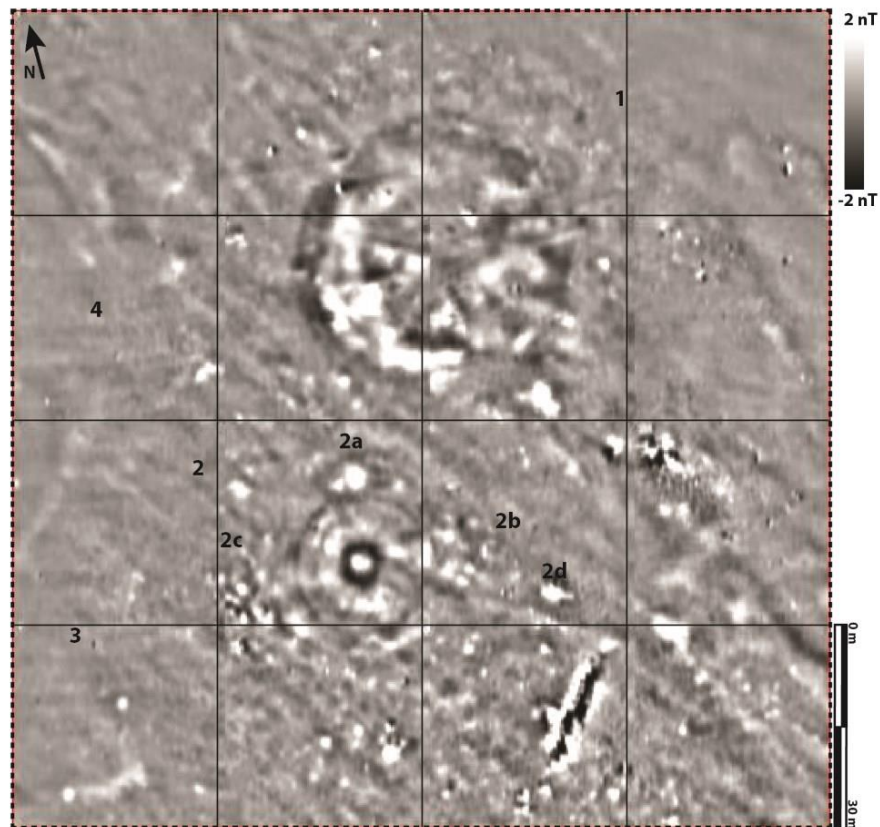


Figura 4 – Magnetograma esquema interpretativo.

Apresenta no seu interior uma estrutura circular bem definida e uma câmara igualmente bem delineada, a qual aparenta ter dimensões generosas. O corredor surge bem diferenciado, orientado a 106°, terminando numa estrutura que lhe é perpendicular e que parece corresponder a uma espécie de fachada. O seu comprimento, desde a entrada da câmara até à possível fachada é de cerca de 35 metros.

No lado em que contacta com M1 parecem existir duas câmaras anexas (2a e 2b), uma a norte e outra a Nordeste, as quais contactarão com a cripta central do monumento através de passagens que parecem atravessar as estruturas intratumulares. Estas câmaras periféricas são conhecidas em vários *tholoi* de grandes dimensões no Sudoeste peninsular, como acontece com Montelirios e Matarrubilla em Sevilha. Esta característica, associada à extensão do corredor, à configuração perfeitamente circular da estrutura intratumular e da própria câmara, sugere um monumento de tipo *tholos*.

Na sua mamoa ou sob ela parecem ainda existir duas outras pequenas câmaras isoladas com curtos corredores de acesso (2c e 2d).

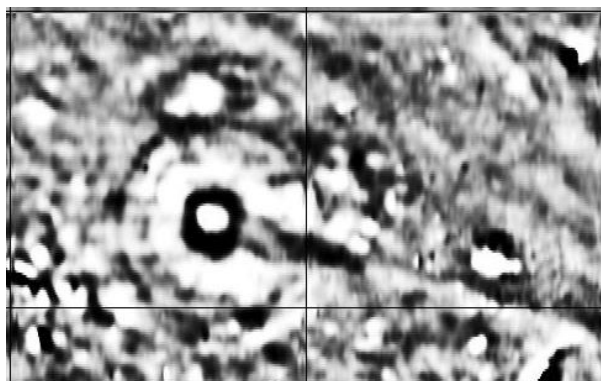


Figura 5 – Pormenor do monumento M2, um provável *tholos*.

3.3. Outras possíveis estruturas

Uma atenta leitura do magnetograma sugere ainda a possibilidade de existirem várias outras estruturas. Nomeadamente a existência de um terceiro monumento, imediatamente a Sudoeste de M2 (M3). Neste canto do magnetograma é visível uma anomalia que desenvolve um trajectória circular, ao centro da qual se identifica um ponto bem definido que poderá corresponder a uma câmara ou fossa. Mais a sul, duas outras anomalias idênticas formam traçado espesso e algo difuso, lembrando a possível fachada de M2. Trata-se, contudo, de uma situação duvidosa, não sendo possível afirmar a efectiva existência de uma estrutura arqueológica apenas a partir da interpretação do magnetograma.

Mais a norte, e saído do magnetograma para Oeste, é observável uma anomalia linear que poderá corresponder a um fosso (M4). Apresenta uma interrupção, indicando uma eventual entrada, orientada a Sudeste. Para além destas possíveis estruturas, registam-se igualmente inúmeras anomalias de possíveis fossas.

4. Notas finais

A imagem obtida demonstrou não só a qualidade e adequação do equipamento para actuar neste tipo de contextos (a realização de trabalhos de geofísica em monumentos megalíticos é praticamente inexistente em território nacional), como, e sobretudo, veio revelar a existência de dois grandes monumentos megalíticos totalmente inéditos e que, aparentemente, se apresentam em notável estado de preservação. De facto, à superfície não existem evidências associáveis a processos de violação e destruição das estruturas tumulares.

Esta situação é, por si só, algo de particularmente notável no Alentejo, onde a quase totalidade dos monumentos chegaram ao presente (e à Arqueologia) sempre mais ou menos afectados. Talvez desde a identificação da Anta Grande do Zambujeiro, em Évora, que uma situação de descoberta de grandes monumentos aparentemente bem preservados não se verificava, o que recentemente só é comparável com o que acontece com muitos hipogeus, cuja inerente invisibilidade os acabou por proteger ao longo do tempo.

Acresce que poderemos estar em presença de mais do que dois grandes monumentos, o que faz deste lugar um contexto particularmente importante na Pré-História do Sudoeste Peninsular. Essa importância advém desde logo da inequívoca monumentalidade que M1 e M2 evidenciam e que os coloca entre os mais imponentes da região. A simples comparação da extensão do corredor de M2 com outros monumentos conhecidos nesta região peninsular (Figura 6), como Montelirios, La Pastora, Matarrubilla, Alcalar, é esclarecedora, ombreando igualmente com as dimensões das estruturas internas de monumentos míticos como Newgrange ou Knowth (não naturalmente com as suas mega-estruturas tumulares).

Por outro lado, a simples presença destes monumentos nesta zona específica levanta questões interessantes. A maioria dos grandes *tholoi* do Sudoeste peninsular, com dimensões equiparáveis a M2, encontram-se associados a grandes complexos de recintos de fossos e a amplos núcleos funerários. É o caso de Mantelirios, Matarrubilla e La Pastora associados a Valencina de la Concepción, ou o caso dos monumentos de Alcalar. Porém, *tholoi* de grande monumentalidade também podem pontualmente ocorrer em áreas onde, pelo menos para já, não se conhece nenhum destes grandes complexos de recintos. É o caso de El Romeral em Antequera. Aqui, poderá ter sido a prévia existência de um dolmen monumental (Menga) a catalizar as novas construções.

No caso dos monumentos agora identificados, estes não se encontram nas proximidades de nenhum grande sítio conhecido. Os grandes recintos mais próximos são os de Monte das Cabeceiras 2 e Salvada (Valera, Pereiro, 2015), a mais de 7km de distância. Mais próximos (a menos de 5km) estão os recintos de Figueira, Nobre 2 e Lobeira de Cima, (Valera, Pereiro, 2013), mas as imagens aéreas sugerem tratar-se de pequenos recintos.

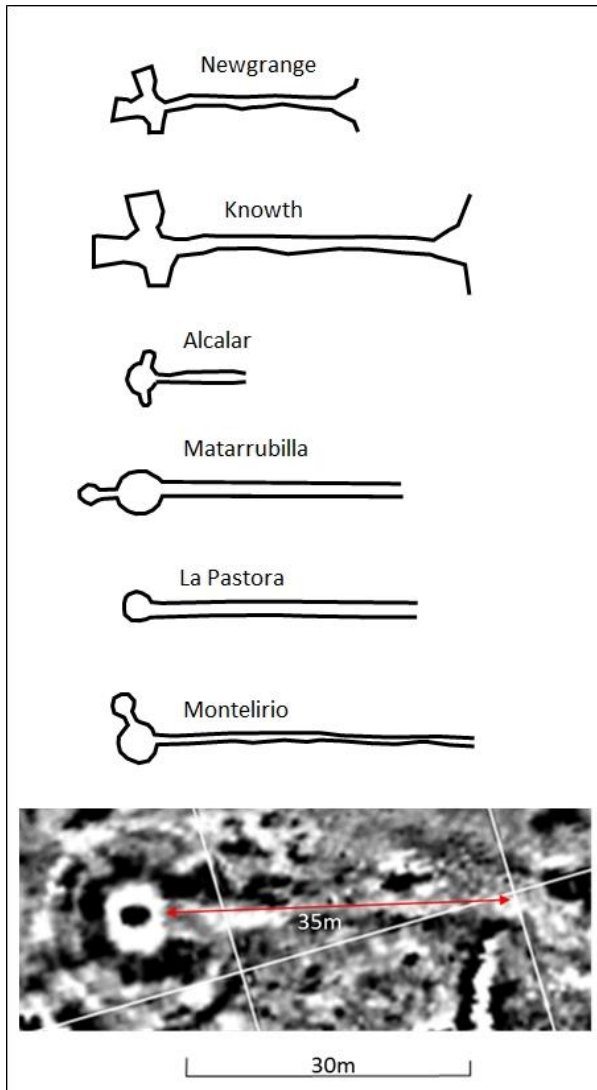


Figura 7 – Comparação de M2 com outros grandes monumentos de tipo *tholos*.

A confirmar-se que M4 corresponde a um fosso de um recinto pré-histórico, as suas dimensões serão igualmente relativamente pequenas. Os monumentos não parecem, assim, associados a um grande complexo de fossos e estando igualmente isolados relativamente a outros monumentos megalíticos.

Não podemos, porém, deixar de colocar como hipótese de trabalho (a que só o estudo dos monumentos poderá responder) a possibilidade de termos um monumento megalítico neolítico de grandes dimensões que, através de um fenómeno de necropolização, atraiu a construção de outros monumentos mais recentes, nomeadamente de tipo *tholos*. As características observáveis no magnetograma e a relação espacial entre M1 e M2 (e contemplando o eventual M3) parecem viabilizar a colocação de uma hipótese desta natureza. Já a raridade de pedra para esteios de grandes dimensões, em boa parte responsável pela escassez deste tipo de monumentos na região de Beja, poderia ser um obstáculo, mas seria igualmente um factor que reforçaria

essa capacidade catalisadora de uma grande anta neste local.

Para já, porém, ficam apenas as perguntas, a curiosidade e a esperança de se poder ter contribuído para salvaguardar estes monumentos num tempo em que a reconversão agrícola do Alentejo, feita frequentemente à margem da noção de desenvolvimento sustentado, vai ameaçando e consumando as ameaças sobre o que ainda resta do notável património arqueológico da região. Que este possa ser um caso de sucesso e um exemplo a seguir.

Referências Bibliográficas

- PORFÍRIO, E.; BARBOSA, R.P.; VALINHO, A. e COSTA, M. (2012), "O sítio de Murteira 6 (Mombeja - Beja) no contexto do Calcolítico do Sul de Portugal", *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Almodôvar, Município de Almodôvar: 549-559.
- VALERA, A.C., BECKER, H. (2011), "Cosmologia e recintos de fossos da Pré-História Recente: resultados da prospecção geofísica em Xancra (Cuba, Beja)", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 7, Lisboa, NIA-ERA Arqueologia: 23-32.
- VALERA, A.C., PEREIRO, T. do (2013), "Novos recintos de fossos no sul de Portugal: o Google Earth como ferramenta de prospecção sistemática", *Arqueologia em Portugal 150 anos*, *Actas do I congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, AAP: 345-350.
- VALERA, A.C., PEREIRO, T. do (2015), "Os recintos de fossos da Salvada e Monte das Cabeceiras 2 (Beja, Portugal)", *Actas do VII Encontro de Arqueologia Peninsular, Aroche-Serpa 2013*: 316-327.
- VALERA, A.C., RAMOS, R., CASTANHEIRA, P. (2015), "Os recintos de fossos de Coelheira 2 (Santa Vitória, Beja)", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 10, Lisboa, NIA-ERA: 33-45.

OS HIPOGEUS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DA QUINTA DA ABÓBADA (BEJA)

António Carlos Valera¹
Marco Fernandes²
Patrícia Simão²
Marina Lourenço²

Resumo:

Neste texto apresentam-se duas estruturas de tipo hipogeu intervencionadas pela Era Arqueologia SA. junto à cidade de Beja. Descrevem-se as respectivas estratigrafias e contextos, apresentam-se as cronologias absolutas e os dados antropológicos disponíveis para o Hipogeu 2 e faz-se a sua integração no contexto regional alentejano, nomeadamente no que respeita à emergência deste tipo de arquitecturas funerárias numa fase terminal do Neolítico Médio. Relativamente ao Hipogeu 1, preenchido com depósitos embalando materiais calcolíticos, mas sem restos humanos, sublinha-se a questão das práticas de esvaziamento realizadas em alguns destes supulcros.

Abstract:

The hypogea of Quinta da Abóbada (Beja).

In this paper two hypogea excavated by Era Arqueologia SA. near the city of Beja are presented. Their stratigraphy and contexts are described, and the absolute chronologies and anthropological data for Hypogeum 2 are presented and integrated in the regional context of Alentejo, namely regarding the problem of the emergence of these funerary architectures during the late Middle Neolithic. Regarding Hypogeum 1, filled by deposits with Chalcolithic materials, but with no human remains, practices of discharging of some of these structures are underlined.

1. Âmbito

O sítio arqueológico da Quinta da Abóbada foi intervencionado pela ERA Arqueologia SA. Em 2014 e 2015 no âmbito do empreendimento do Sistema Interceptor de Beja da responsabilidade das Águas Públicas do Alentejo, S.A.

As obras foram iniciadas sem acompanhamento arqueológico, tendo-se registado a afectação de vários contextos arqueológicos, nomeadamente de estruturas (fossas, hipogeus e uma sepultura). Esta realidade só foi detectada após a entrada da equipa de Arqueologia em obra, altura em que parte das valas já se encontrava aberta. Foi então exigida a realização de sondagens arqueológicas de minimização dos elementos arqueológicos afetados, as quais abrangeram uma área total de 70m². Foi neste contexto que foram intervencionados os dois hipogeus a que o presente texto se refere.

2. Localização

A Quinta da Abóbada localiza-se no limite sudeste da área urbana de Beja, junto à linha de caminho e à estrada que sai para a Salvada. Trata-se um terreno aplanado com cotas que variam entre os 240 e 245m (Figura 1). Encontra-se, pois, em plena pleneplanície do Baixo-Alentejo.

Do ponto de vista geológico, a zona integra o Maciço de Beja, implantando-se o sítio numa zona de fronteira entre a formação dos Gabros de Beja e o complexo máfico-ultramáfico de Beja, onde fenómenos de alteração geraram a presença de calços brandos que facilitam a escavação de estruturas negativas.

¹ NIA - Era Arqueologia, S.A.; ICArEHB (UAIG.)
(antoniovalera@era-arqueologia. pt)

² Era Arqueologia, S.A.



Figura 1 – Localização dos hipogeu 1 e 2 da Quinta da Abóbada.

3. Estruturas e contextos arqueológicos

Os dois hipogeu situam-se cerca de 150 metros afastados um do outro. O Hipogeu 1 localiza-se mais a Oeste e junto à linha férrea no designado sector B, enquanto que o Hipogeu 2 se situa mais a Este e junto a estada para a povoação da Salvada, no sector A (Figura 1).

3.1. O Hipogeu 1.

O Hipogeu 1 foi identificado em corte no interior de uma das valas já abertas, tendo sido cortado em cerca de um terço da câmara do seu lado Sudeste e em metade do acesso, mantendo-se as extremidades destes espaços em cada um dos lados da vala.

Estruturalmente o hipogeu apresentava uma câmara de planta subcircular com cerca de 2 metros de diâmetro máximo e um acesso em poço (com tendência igualmente circular e cerca de 1,3 / 1,4 metros de diâmetro), ligados por uma passagem em túnel com cerca de 40 centímetros de altura. O acesso apresentava-se como uma fossa de perfil troncocónico com 70 centímetros de profundidade (Figura 2). Já a câmara apresentava uma profundidade conservada de 80 centímetros, terminando numa abertura circular, não sendo perceptível se essa abertura superior se relaciona com a utilização da estrutura ou se corresponde a uma obliteração mais recente.

Ambos os espaços eram preenchidos por vários depósitos, sendo que alguns que preenchiam o poço de acesso se prolongavam pelo túnel de ligação à câmara, confirmando a sua simultaneidade de funcionamento. Não foram registados restos osteológicos humanos, tendo-se recolhido vários fragmentos cerâmicos, entre os quais se destacam

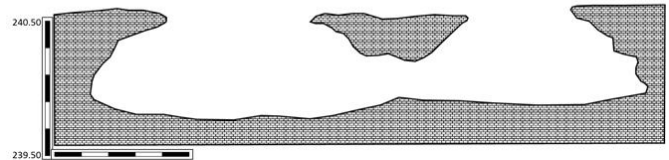


Figura 2 – Hipogeu 1.

fragmentos de pratos de bordo espessado almendrado que remetem para uma cronologia calcolítica. Note-se que noutras sondagens realizadas no sítio se intervencionaram fossas que forneceram igualmente fragmentos de pratos de bordo espessado.

3.2. O Hipogeu 2.

O Hipogeu 2 apresentava-se parcialmente afectado por estruturas negativas de cronologia histórica, nomeadamente da antiguidade tardia. A cúpula da câmara era cortada por dois interfaces negativos, um deles correspondendo a uma grande fossa circular, com 2,08 metros de profundidade e 2 metros de diâmetro máximo, preenchida por inúmeros depósitos, em vários dos quais se identificaram conexões anatómicas parciais de animais (logomorfos, *Sus*, *Equus* e um pequeno roedor), localizadas na base e em vários momentos de enchimento da fossa. Esta grande fossa era por sua vez cortada por outra mais pequena e pela grande vala da obra.

O hipogeu apresentava uma câmara funerária de planta subcircular e tecto abobadado, com paredes e base côncavas, cuja entrada se efectuava através de um poço de acesso vertical localizado a SE, também ele parcialmente afectado pelas estruturas posteriores.

O preenchimento da estrutura funerária culminava com uma sequência de três depósitos arenosos ou areno-argilosos [1033, 1034, 1035] integrando um aglomerado de pedras de gabro [1055]. Sob o depósito [1035], registou-se parte de uma mandíbula de *Equus* e um aglomerado de pedras de gabro de médio calibre [1056], localizadas junto ao limite NO/O da interface da câmara e da fossa posterior, pelo que o resto faunístico poderá ser uma intromissão. O aglomerado pétreo cobria um depósito, [1037], constituído por um sedimento areno-argiloso, pouco homogêneo e pouco compacto, de coloração cinzenta muito escura, com nódulos argilosos alaranjados, e com inclusões de calíços desagregados, junto às paredes da estrutura negativa e do interface da fossa histórica, localizando-se nessa zona três conexões de patas de logomorfo (provável intromissão).

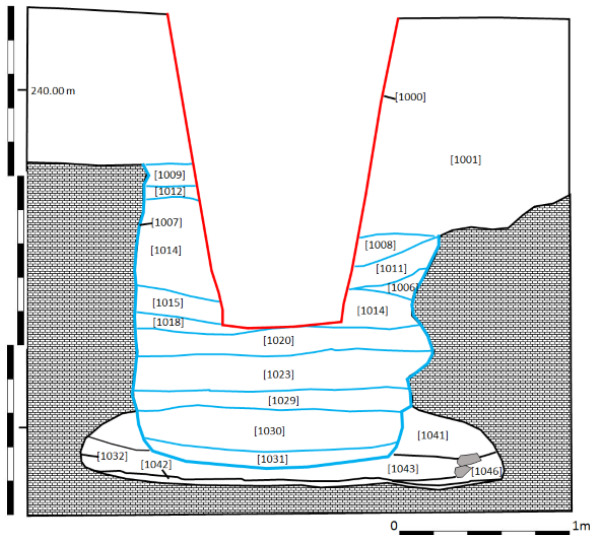


Figura 3 – Corte do Hipogeu 2 e de estruturas posteriores (a vermelho a vala de obra e a azul a grande fossa da antiguidade tardia).

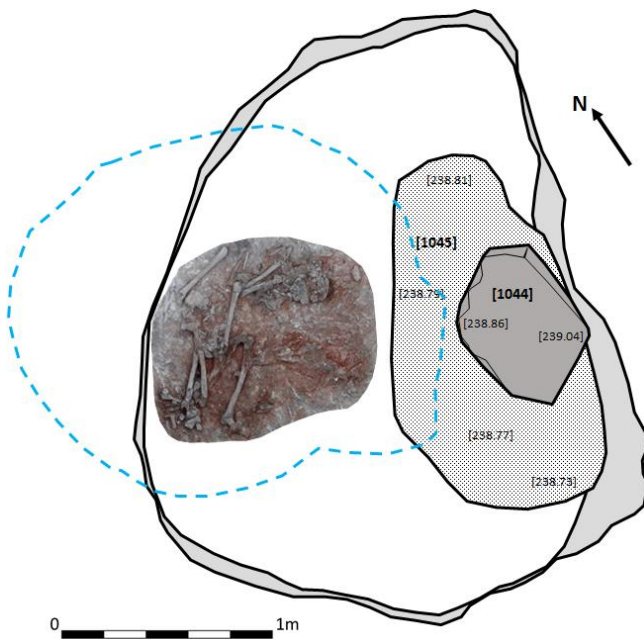


Figura 4 – Plano das deposições e do colapso do encerramento (a azul área da grande fossa histórica localizada mais acima).

Seguia-se um depósito, igualmente areno-argiloso, mas mais compacto [1041], no qual se observavam já alguns pigmentos vermelhos.

Abaixo deste depósito registaram-se duas unidades distintas, uma delas [1043] mais concentrada na área do poço de entrada da estrutura negativa, [1032], e a outra, [1046] na área da câmara.

O depósito [1043], constituído por um sedimento areno-argiloso, de grão muito fino, pouco compacto e homogêneo, de coloração esbranquiçada, cobria uma laje de gabro,

[1044], de grandes dimensões, apresentando uma das faces bastante regular, enquanto que na face oposta observaram-se pequenos nódulos de argila cozida. Assentava sobre um outro depósito, [1045], constituído por um sedimento arenoso, homogêneo e muito pouco compacto, de grão grosseiro e de coloração branca-amarelada. Estes depósitos e laje corresponderam a um abatimento antigo do encerramento do acesso à câmara e cobriam um pequeno conjunto de ossos humanos dispersos (uma tíbia e dois fragmentos de crânio – [1047]).

Já o depósito [1046] era constituído por pequenas pedras de gabros (cascalho) que cobriam uma mancha de pigmentos vermelhos [1042] cuja a análise revelou ser cinábrio³, onde se encontravam depositados dois indivíduos em conexão anatómica [1048] e [1049].

O indivíduo [1048], do sexo feminino, encontrava-se em decúbito lateral direito, em posição fetal, orientado entre SE/NO, faltando-lhe os ossos da parte inferior das pernas. Junto a este indivíduo ou sob ele, registou-se um geométrico trapézio assimétrico em sílex e três conexões de falanges de ovicaprinos, que se encontravam sob as costelas esquerdas, [1053], sob o ilíaco direito, [1051], e sob o sacro [1050].



Figura 5 – Aspecto da laje de encerramento sobre o depósito [1045] e a concentração de pequenas pedras e cinábrio onde se registaram as duas inumações.

³ Os autores agradecem à Doutora Cristina Barrocas Dias, do Laboratório Hércules da Universidade de Évora, a análise dos pigmentos vermelhos e a sua identificação como cinábrio.

O indivíduo [1049], mais incompleto devido a uma maior degradação da metade superior do esqueleto, pertencia a um indivíduo de sexo masculino, também inumado em decúbito lateral direito, posição fetal, com o crânio orientado a Este e os pés para Oeste. Junto ao seu ilíaco direito registou-se uma outra conexão de falanges de ovicaprino. Integrando a macha de cinábrio foi igualmente recolhido um outro geométrico trapézio assimétrico em sílex. Nenhum outro material votivo foi registado.



Figura 6 – Aspecto das inumações e restos dispersos.



Figura 7 – Pormenor da deposição dos dois indivíduos e da mancha de cinábrio.



Figura 9 – Aspecto das conexões de falanges de ovicaprinos.



Figura 8 – Geométricos recolhidos na zona das inumações.

4. Cronologia absoluta de utilização do Hipogeu 2.

A raridade e a natureza do espólio votivo associado às inumações e o intenso uso de pigmento vermelho no ritual funerário, assim como a associação espacial dos dois corpos e a presença de alguns ossos soltos, levaram a que fosse atribuída uma cronologia relativa neolítica a todo o contexto. Para referenciar em termos absolutos as inumações procedeu-se a uma primeira datação, tendo-se datado o indivíduo [1048].

Surpreendentemente, a datação obtida colocou o indivíduo do sexo feminino na primeira metade do 2º milénio AC, ou seja, no Bronze Pleno. Pensou-se então que estaríamos perante uma reutilização de um sepulcro neolítico numa fase da Idade do Bronze através de uma inumação dupla e que os ossos dispersos poderiam corresponder a restos da utilização funerária original. O carácter inédito dessa situação nos hipogeus da região levou a que se procurasse datar o indivíduo [1049] e a tibia isolada da [1047], que viriam a fornecer datas de meados / segunda metade do 4º milénio AC, compatível com a inicial cronologia relativa assumida. Em face desta situação, o indivíduo [1048] foi redatado, em dois laboratórios, fornecendo novas datações compatíveis com o indivíduo [1049], revelando que na primeira datação existiu um problema no processo de descontaminação.

Unid. Est.	Amostra	Lab. Ref.	Data BP	Cal 2σ
1048	Fémur direito	Beta474679	4770±40	3641-3516 (93.1%) 3398-3384 (2.3%)
1048	Cúbito esquerdo	ICA15B1255	4690±40	3630-3581 (14.6%) 3533-3368 (80.8%)
1049	Fémur direito	ICA16B/0938	4680±40	3628-3588 (10.3%) 3529-3366 (85.1%)
1047	Tibia direita	ICA16B0303	4500±30	3347-3097 (95.4%)

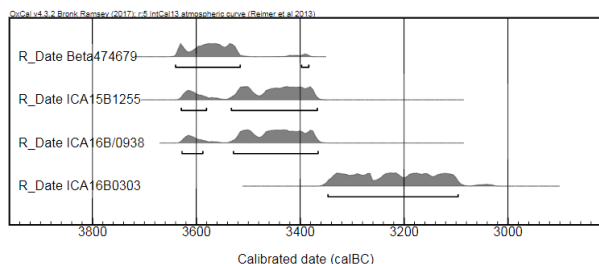


Figura 10 – Datações de radiocarbono para o hipogeu 2.

Assim, os indivíduos [1048] e [1049] estão datados genericamente de meados do 4º milénio AC, e mais concretamente entre 3500-3400, sendo os restos soltos referentes a um momento posterior, enquadrado entre 3350-3100.

As datações dos dois indivíduos colocam a fase inicial de utilização deste hipogeu numa fase terminal do Neolítico Médio, situação que foi igualmente referenciada para o Alentejo na Sobreira de Cima (Valera, 2013) e, mais recentemente, em hipogeus de Vale de Barrancas 1 e Barranco de Vale do Alcaide 4, com datações ainda inéditas.

5. Estudo bioantropológico dos restos humanos do Hipogeu 2 da Quinta da Abóbada.

5.1. Material e Metodologias

Os restos humanos registados no interior do Hipogeu 2 correspondem a dois indivíduos *in situ* [1048] e [1049] e um pequeno conjunto de ossos dispersos [1047].

A primeira etapa da análise paleoantropológica compreendeu a limpeza e restauro do material, através da colagem das peças fragmentadas *post mortem*. Posteriormente procedeu-se ao estudo individual de cada indivíduo e do pequeno conjunto dos ossos dispersos. Para este último, foi calculado o número mínimo de indivíduos através do método de Hermann *et al.* (1990).

A estimativa da idade à morte foi avaliada através da maturação óssea e erupção e calcificação dentária, segundo os métodos propostos por Ferembach *et al.* (1980) e Ubelaker (1989). Para a determinação da diagnose sexual observaram-se as características morfológicas cranianas (Buikstra, Ubelaker, 1994) e da cintura pélvica (Bruzek, 2002), bem como as características métricas da extremidade proximal do fémur (Wasterlain, 2000) e dos calcâneos e talus (Silva, 1995).

Na abordagem odontológica utilizou-se o sistema de nomenclatura internacional, sistema de dois dígitos – FDI e a escala de Smith (1984) para avaliar a severidade do desgaste dentário. As lesões patológicas degenerativas articulares e não articulares foram classificadas com base na escala de intensidade de Crubézy (1988).

5.2. Resultados

O conjunto de ossos dispersos está representado pela diáfise de uma tibia direita, um fragmento de parietal direito e frontal unidos pela sutura coronal e por onze peças dentárias. A análise deste material indica que pertence a pelo menos um indivíduo adulto.

A sutura coronal apresenta uma obliteração quase completa. Nenhum fragmento permitiu asseverar inferências acerca da diagnose sexual, bem como não se registaram lesões patológicas.

A nível dentário, a alteração que se destaca é o desgaste, o qual afecta todos os dentes variando entre os graus 2 e 3 (Smith, 1988). Nenhum dente conservou a raiz, apenas se conservaram as coroas com algumas fracturas *post mortem*. Os depósitos de tártaro estão presentes ainda que de modo discreto nas faces lingual, mesial e distal do FDI 43. De salientar a existência de hipoplasias do esmalte dentário nos FDI 13, 33 e 43, junto à linha cimento-esmalte.

O indivíduo [1048], de cronologia mais recente, apresentava um baixo estado de conservação, verificando-se perturbações *post mortem* que justificam a ausência da metade distal dos membros inferiores (tíbias, fíbulas e pés). Algumas peças ósseas, como fragmentos cranianos, de

mandíbula e de fémur esquerdo conservam vestígios de cinábrio, apesar de este se dever ao contacto com o pigmento que se encontrava na base da estrutura funerária e não a um depósito intencional como no caso do indivíduo [1049].



Figura 11 – Presença de HED nos caninos dispersos no hipogeu.

Este indivíduo foi depositado seguindo uma orientação Sudeste – Noroeste (120° – 300°) em decúbito lateral direito com os membros superiores flectidos, tendo em conta a posição dos fémures, os membros inferiores encontrar-se-iam em hiperflexão. De salientar que o ilíaco esquerdo se encontrava sobre o membro inferior direito do indivíduo [1049], reflectindo a sequência de inumação dos defuntos, um primeiro evento que corresponde à deposição do indivíduo [1049] e um momento posterior de sepultamento, muito similar, correspondente ao indivíduo [1048].

A estimativa da idade à morte teve em conta a erupção dentária (Ubelaker, 1989) onde se observa a completa erupção do terceiro molar e as fracções S_3 e S_4 da sutura sagital que se apresentam completamente obliteradas. A determinação da diagnose sexual teve em consideração a ausência de relevo nucal, a forma da chanfradura ciática e o arco composto, os últimos avaliados apenas em campo (Buikstra e Ubelaker, 1994 e Bruzek, 2002), todos se enquadram nos parâmetros habitualmente associados ao sexo feminino.

Os caracteres discretos registados neste indivíduo são bastante comuns e correspondem à presença de sutura supra-nasal e a um *ossiculum vimeano* integrado no lado esquerdo da sutura lambdóide.

As lesões patológicas parecem estar ausentes no esqueleto deste indivíduo, anotando-se apenas duas pequenas depressões circulares com aproximadamente 5 mm de diâmetro na tábua interna do parietal esquerdo que parecem corresponder a foveolas granulares ou *pacchionian depressions*, que se formam a partir da membrana aracnóide (Rogers, 1982).

A análise dentária revela presença de desgaste em toda a dentição, variando entre os graus 2 e 5 (Smith, 1988), encontrando-se os valores mais acentuados nos primeiros molares e pré-molares. O *calculus* dentário afecta de modo ligeiro os FDI 24 a 27 e 38 nas faces lingual e distal. Verificam-se duas fracturas *post mortem* nas coroas do FDI 28 e 43.

Na face bucal do FDI 38, 47 e 48 está presente o carácter discreto *protostilid pit*. Resta referir uma anomalia no desenvolvimento do FDI 48, este cresceu transversalmente na região alveolar, estando a face oclusal da sua coroa perpendicular com a face distal da coroa do FDI 47.

O estado de preservação deste indivíduo [1049] é bastante peculiar, pois a metade superior sofreu uma desintegração quase total contrastando com a solidez dos membros inferiores, que apesar de não estarem totalmente completos, mantêm a maioria das suas estruturas com uma conservação mediana.

O ritual de inumação incluiu a colocação de cinábrio sobre a maioria do corpo do defunto, desde o crânio até parte dos membros inferiores, verificando-se uma concentração mais elevada na metade superior. A presença de cinábrio poderá ter sido o agente tafonómico de maior impacto sobre o material esquelético, pois a zona de maior concentração correspondente directamente à menor preservação osteológica, podendo ter contribuído para a preservação diferencial intra-esquelética.

De modo muito semelhante ao indivíduo anterior, este, foi inumado seguindo uma orientação Este – Oeste (100° – 280°), igualmente em posição fetal sobre o lado direito, com hiperflexão dos membros superiores e inferiores e sobreposição dos pés.

A avaliação do perfil biológico revela um indivíduo adulto (Ferembach *et al.*, 1980), do sexo masculino, tendo em conta as características métricas do calcâneo e talus (Wasterlain, 2000), com uma estimativa de estatura, de aproximadamente 167,0cm, obtida a partir do segundo metatársico (Cordeiro *et al.*, 2009).

Os caracteres discretos que por vezes se manifestam no esqueleto estão representados na patela esquerda através de um *no vastus*.

Da análise patológica registam-se evidências de lesões de entese ligeiras (grau 1, Crubézy, 1988) na inserção do *obturador externus* da fossa digital do fémur direito e na inserção do tendão de Aquiles dos calcâneos.



Figura 12 – Fémur esquerdo do indivíduo [1048] com coloração vermelha consequente do contacto com o ocre.



Figura 13 – Desenvolvimento transverso do FDI 48 do indivíduo [1048]. a) plano bucal; c) plano lingual.

Resumindo, para além de alguns fragmentos de ossos dispersos, o Hipogeu 2 da Quinta da Abóbada albergava dois indivíduos adultos que foram depositados em decúbito lateral direito (posição fetal), com os membros superiores e inferiores flectidos, lado a lado, com uma ligeira sobreposição da cintura pélvica do indivíduo [1048] sobre o membro inferior direito do indivíduo [1049], revelando que este teria sido colocado primeiro no hipogeu. Os perfis biológicos traçados apontam para dois indivíduos adultos, um do sexo feminino (o último depositado) e um do sexo

masculino (o primeiro depositado), tendo sido esta análise inconclusiva para os fragmentos diversos, que apenas permitem referir que muito provavelmente pertencem a um indivíduo adulto.



Figura 14 – Lesão de entese ligeira na inserção do obturador externus do fémur direito do indivíduo [1049].



Figura 15 – Patela esquerda do indivíduo [1049] com presença de no vastus.

6. A Quinta da Abóbada no contexto regional das tumulações em hipogeu.

A intervenção realizada na Quinta da Abóbada revelou a presença de dois hipogeus com câmara e poço lateral de acesso. Sobre o primeiro apenas podemos dizer que se encontrava preenchido por depósitos que continham materiais cerâmicos de cronologia calcolítica. A ausência de restos humanos não deve ser estranhada, já que se vão acumulando evidências de que vários destes espaços

funerários eram cuidadosamente esvaziados, nomeadamente durante o Calcolítico, como pode ser sugerido para o Hipogeu 1 de São Pedro do Estoril, ou como indicia o Hipogeu 2 do núcleo do Carrascal (Valera *et al.* 2014). Há cada vez mais evidências de trasladações e manipulações de restos humanos durante a segunda metade do 4º e sobretudo durante o 3º milénio AC, pelo que estas situações não são motivo de surpresa.

Já o Hipogeu 2 revelou uma utilização neolítica, com dois momentos centrados em 3500-3400 AC e 3400-3100 AC. O recuo a meados do 4º milénio AC para o aparecimento deste hipogeu é compatível com algumas das datações que têm vindo a ser obtidas para outros sepulcros do mesmo tipo na região. É o caso das datações obtidas para o Hipogeu 3 e indivíduo 2 do Sepulcro 1 da Sobreira de Cima (Valera, 2013) ou das datas ainda inéditas obtidas para alguns dos hipogeus de Vale de Barrancas 1 e para o hipogeu de Barranco do Vale do Alcaide 4. Modeladas (trabalho em preparação), estas datações enquadram a emergência destas sepulturas no Alentejo interior entre 3600-3500 AC, ou seja, num momento terminal do Neolítico Médio.

De notar que, em vários destes hipogeus com datações de meados do 4º milénio AC (casos em Vale Barrancas 1, Barranco do Vale do Alcaide 4 e agora Quinta da Abóbada), o que se registam são deposições individuais ou duplas, indicando que, quando este tipo de arquitecturas negativas funerárias começam a ser construídas no Alentejo, o fenómeno de intensa colectivização dos espaços funerários não estava ainda instituído, mantendo-se uma tradição do Neolítico Médio, contrastando com a imagem que, na Estremadura, a gruta necrópole do Bom Santo na Serra de Montejunto (Carvalho, 2014) proporciona.

No ritual funerário, e mantendo-se essa linha de tradição, os espólios funerários são reduzidos, revelando a preferência pela inclusão de geométricos, por vezes pequenas lamelas e artefactos de pedra polida (estes dois últimos tipos ausentes da Quinta da Abóbada), a completa exclusão da cerâmica, e a particularidade ritual de inclusão de falanges de ovinos (presentes na Sobreira de Cima, Outeiro Alto 2, Vale Barrancas 1 e agora Quinta da Abóbada). Sublinhe-se ainda o recorrente recurso a pigmentos vermelhos, que na Quinta da Abóbada são de cinábrio, documentando um dos contextos mais antigos em Portugal em que este recurso é utilizado. Esta circunstância revela também, já nesta fase, a inclusão da região numa rede de circulação desta matéria-prima, indiciando o arranque de um processo de intensificação das interacções transregionais que se desenvolveria durante a segunda metade do 4º e sobretudo ao longo do 3º milénio AC. A este propósito, recorde-se a presença de marfim no Hipogeu 1 da Sobreira de Cima e em Barranco de Vale do Alcaide 4, ambos os contextos com datações de meados do 4º milénio AC. Será também neste momento, e de acordo com os dados actuais, que se começam a construir os primeiros recintos de fossos na região (Valera *et al.* no prelo). Os meados do 4º milénio AC parecem, assim, começar a delinear o arranque de uma trajectória social que se desenvolverá durante cerca de um milénio e meio, no âmbito da qual, a individualização será

suplantada pela colectivização nas práticas funerárias e por uma diversificada manipulação dos restos humanos, que dominarão as atitudes perante a morte até ao advento da Idade do Bronze.

Referências Bibliográficas

- BRONK RAMSEY, C., (2009), "Bayesian analysis of radiocarbon dates", *Radiocarbon*, 51 (1): 337-360.
- BRONK RAMSEY, C., (2013), "Recent and planned developments of the program OxCal", *Proceedings of the 21st International Radiocarbon Conference, Radiocarbon*, 55 (2-3): 720-730.
- BRUZÉK, J. (2002), "A method for visual determination of sex, using the human hip bone", *American Journal of Physical Anthropology*, 117: 157-168.
- BUICKSTRA, J.; UBELAKER, D. (1994), *Standards for data collection from Human Skeletal Remains*, Arkansas Archeological Survey Research Series, 44, Fayetteville (Arkansas), Arkansas Archaeological Survey.
- CARVALHO, A.F. (2014), *Bom Santo cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*, Promontória Monográfica, 17, Faro, Universidade do Algarve.
- CRUBÉZY, E. (1988), *Interactions entre facteurs bio-culturels, pathologie et caractères discrets. Exemple d'une population médiévale*, Canac (Aveyron), These Docteur en Médecine, Faculté de Médecine, Université de Montpellier I.
- FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STLOUKAL, M. (1980), "Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons", *Journal of Human Evolution*, 9(7): 517-549.
- HERRMANN, B.; GRUPE, G.; HUMMEL, S.; PIEPENBRINK, H., (1990), *Prähistorische Anthropologie: Leitfaden der Feld- und Labormethoden*, Springer Verlag, Berlin.
- REIMER, P.J., BARD, E., BAYLISS, *et al.* (2013), "IntCal13 and Marine 13 radiocarbon age calibration curves 0 to 50,000 years cal BP", *Radiocarbon*, 55 (4): 1869-1887.
- ROGERS, S. (1982), *The aging skeleton: Aspects of human bone involution*, U.S.A., Charles C. Thomas Publisher.
- SMITH, B.H. (1984), "Patterns of molar wear in hunter-gatherers and agriculturalists", *American Journal of Physical Anthropology*, 63: 39-56.
- VALERA, A.C., (2013), *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*, ERA Monográfica, 1, Lisboa, NIA-Era.
- VALERA, A.C.; SIMÃO, I.; NUNES, T.; PEREIRO, T. do; COSTA, C. (no prelo), "Neolithic ditched enclosures in Southern Portugal (4th millennium BC): new data and new perspectives", *Estudos do Quaternário*, submetido em 9-3-2017.
- UBELAKER, D. (1989), *Human Skeletal Remains - excavation, analysis, interpretation*, Second edition, Washington, Smithsonian Institution.

A FAUNA DEPOSITADA SOB O “CAIRN 1” DOS PERDIGÕES (REGUENGOS DE MONSARAZ)¹

Nelson Cabaço ²

Resumo:

O presente trabalho é referente à coleção arqueofaunística recolhida sob *Cairn 1* do sector Q dos Perdigões, contexto datado dos últimos 150 anos do 3º milénio AC. Neste contexto estão presentes os seguintes táxons: equídeos (*Equus* sp.), veado (*Cervus elaphus*), bovino doméstico (*Bos taurus*), bovino não determinado (*Bos* sp.), ovino/caprinos (*Ovis/Capra*), suínos (*Sus* sp.), coelho (*Oryctolagus cuniculus*), Lagomorfos (coelho ou lebre), sendo dominantes os mamíferos de grande porte. Os dados obtidos indicam que estes restos faunísticos foram consumidos, eventualmente em contextos de rituais de comensalidade.

Abstract:

The fauna deposited under Cairn 1 of Perdigões (Reguengos de Monsaraz)

The present paper refers to the collection of faunal remains collected under the *Cairn 1* of sector Q of Perdigões, a context dated from the last 150 years of the 3rd millennium BC. In these context, the following taxa are present: Equidae (*Equus* sp.), deer (*Cervus elaphus*), domestic bovine (*Bos taurus*), ovine / caprine (*Ovis / Capra*), swine (*Sus* sp.), rabbit (*Oryctolagus cuniculus*), Lagomorphs (rabbit or hare), dominated by large mammals. The data obtained indicate that these faunal remains were consumed, possibly in a context of rituals of commensality.

1. Introdução

A coleção arqueofaunística em estudo provém dos trabalhos de escavação no Sector Q dos Perdigões, Reguengos de Monsaraz, que decorreram entre 2015 e 2016. Nesta área, situada no centro do conjunto de recintos, foi identificado e intervencionado um contexto constituído por duas fossas circulares escavadas numa depressão realizada em depósitos de cronologia calcolítica, a qual foi no final coberta por um empedrado formando um verdadeiro “cairn” (Valera, 2017). No decorrer da sua escavação, verificou-se que uma das fossas (Fossa 79) continha diferentes momentos de deposições de grande quantidade de restos faunísticos.

No enchimento desta fossa foi possível definir três momentos diferenciados: 1ª fase correspondente às unidades [500]=[491], a 2ª correspondente à unidade [488] e a 3ª fase correspondente às unidades [466] e [440]. Esta fossa foi depois coberta pelo fino depósito [429] e seguidamente pelo cairn [400]. Estes contextos, em termos de cronologia, inserem-se na transição entre o Calcolítico e a Idade do Bronze, estando datados dos últimos 150 anos do 3º milénio AC (Valera e Basílio, no prelo).

O presente estudo centra-se exclusivamente na componente arqueofaunística, tendo como objectivo a caracterização taxonómica da coleção, identificação das partes anatómicas presentes, idades à morte, verificação de evidências de manipulação antrópica e caracterização dos processos pós-deposicionais. Estes aspetos de análise foram considerados por forma a compreender o processo de formação do conjunto arqueofaunístico e contribuir para a compreensão das intencionalidades que estiveram na origem deste contexto arqueológico peculiar.

¹ Trabalho integrado no âmbito do Programa Global de Investigação dos Perdigões (INARP) e no projecto PTDC/EPH-ARQ/0798/2014 financiado pela FCT.

² Colaborador do Núcleo de Investigação Arqueológica da ERA Arqueologia e do Programa Global de Investigação Arqueológica dos Perdigões.



Figura 1 – Aspecto do "cairn" que encerra a depressão onde foram escavadas as fossas (foto de António Valera).



Figura 2 – Aspecto das fossas sob o "cairn". Ao centro a Fossa 79, sendo visível a aglomeração de restos faunísticos (foto de António Valera).

2. Metodologia

O estudo desta coleção foi iniciado com a identificação taxonómica, tendo sido consultada a Coleção de Referência de vertebrados do Laboratório de Arqueociências da Direção Geral do Património Cultural (MORENO GARCIA *et al.* 2003).

Estas coleções, compostas por restos faunísticos que geralmente se encontram muito fragmentados, apresentam alguns desafios na identificação, quer dos elementos anatómicos presentes, bem como na sua identificação taxonómica. Por este motivo, durante o processo de classificação foi necessária a definição de categorias gerais que permitissem uma análise mais aproximada da realidade arqueológica, nomeadamente: mamíferos de grande porte; mamíferos de médio porte, mamíferos de pequeno porte e microfauna.

A existência de espécies que possuem características morfológicas muito semelhantes, como os casos dos ovinos e caprinos ou suínos selvagens e suínos domésticos, torna

difícil a sua distinção. Esta pode, muitas vezes, ser realizada através da análise dos caracteres de diagnose estabelecidos por Boessneck (1969). No caso dos ovinos e dos caprinos, sempre que os caracteres diagnósticos não estejam preservados e reconhecíveis, estes foram inseridos no grupo morfológico *Ovis/Capra* (ovino/caprino). No caso da separação entre porco doméstico e javali, esta seria possível através da osteometria que, no presente estudo, não foi realizada, uma vez que os restos recuperados não o permitiam, tendo estes sido classificados ao nível do género (*Sus* sp.).

Além da classificação taxonómica, foi possível determinar o perfil da representação anatómica e quais os elementos que se encontravam melhor representados. Para tal foi realizada a distinção entre as diferentes partes apendiculares: esqueleto apendicular superior do membro anterior, esqueleto apendicular inferior do membro anterior, esqueleto apendicular superior do membro posterior e esqueleto apendicular inferior do membro posterior (Stiner 1991 e 2002). Este aspeto é importante para a determinação dos agentes responsáveis pela acumulação original e dos agentes que possivelmente interferiram posteriormente à sua acumulação. Contudo, os agentes acumuladores podem atuar como agentes perturbadores das acumulações iniciais, sendo difícil distinguir uns de outros. Em casos de acumulações de origem antrópica, contudo, torna-se mais difícil a deteção de padrões, uma vez que o comportamento humano é complexo, existindo assim diversos fatores que podem influenciar a presença/ausência de determinados táxones, como de elementos anatómicos (Domínguez-Rodrigo, 1999; Enloe, 2004; Faith e Gordon, 2007; Lupo, 2001; 2006; Marean e Clegghorn, 2003). Para além dos humanos, os tipos de agentes que influenciam a representação de partes esqueléticas numa coleção arqueofaunística vão desde os animais (Lloveras *et al.* 2008a; 2008b; Faith, *et al.*, 2007; Laudet e Selva 2005; Munson e Garniewicz, 2003), aos agentes naturais (Coard, 1999; Coard e Dennell, 1995; Fernandez-Jalvo e Andrews, 2003; Trapani, 1998), e à diagénese (Fernandez-Jalvo, *et al.*, 2010; Hedges, 2002; Hedges, *et al.*, 1995; Nielsen-Marsh e Hedges, 2000; Nielsen-Marsh, *et al.*, 2007; Smith, *et al.*, 2007). Embora diferentes, estes agentes podem produzir um padrão de representação anatómica idêntico, provocando um fenómeno designado de equifinalidade (*equifinality*, no original) (Lyman, 2001; Munro e Bar-Oz, 2004). Um outro aspeto que influencia a representatividade anatómica, é a diferença estrutural dos ossos das diferentes partes do esqueleto. Sendo que ossos com uma estrutura esponjosa (vértebras e costelas) são menos resistentes dos que os ossos com uma estrutura densa, tais como os tarsais, capais e metápodos (Behrensmeyer, 1978; Pickering, *et al.*, 2003).

Em termos de quantificação foram usados quatro métodos: Número de Espécimes Identificados (NISP), Número Mínimo de Indivíduos (MNI), Número Mínimo de Elementos do esqueleto (NME) e o Número Mínimo de Unidades Anatómicas (MAU).

O NISP reflete o número de espécimes ósseos identificados por cada táxon (Lyman, 2008), o que será corrigido pelo

cálculo do MNI, que, tratando-se de um método analítico, apenas representa uma estimativa (Valente, 1997; Lyman 2001; 2008). Uma vez que este último método é calculado através do elemento ósseo mais abundante em cada táxon, (no qual também foi tida em conta a idade à morte do animal e zona diagnóstico presente), considerou-se pertinente realizar o cálculo do NME, por forma a que se possa perceber o grau de fragmentação que cada táxon apresentava, quando comparado com NISP, e de uma estimativa de quantos elementos anatómicos presentes em cada táxon. Tal como o NMI, este método é igualmente um método quantitativo derivado, ou seja, a sua contabilização é sujeita à definição de critérios. As formas como este método é aplicado são diversas (Lyman, 2001), sendo que no presente caso foram considerados todos os espécimes classificados taxonomicamente, tendo em conta a lateralidade (esquerdo/direito), zona diagnóstica e idade à morte do animal.

O último método quantitativo, MAU, tem como objetivo perceber como cada porção da carcaça está representada na coleção em estudo. Este método é calculado através dos valores de NME, que são divididos pelo número de vezes que cada elemento está presente num esqueleto completo (Lyman, 2001).

Na análise desta coleção foram registadas todas as marcas presentes nos restos. Estas podem ser agrupadas em três grandes grupos: marcas antrópicas, marcas produzidas por animais e marcas de origem natural. Para além deste tipo de marcas, também se verificou se os ossos evidenciavam efeitos de ação térmica. Este aspeto poderá estar ligado a diversas atividades, onde se incluem o consumo de carne até à utilização dos ossos como combustível. O critério utilizado para determinação da exposição ao fogo foi a coloração.

De forma a compreender os fenómenos que ocorreram após a deposição e consequente enterramento dos restos faunísticos, foram considerados processos de origem física e química, como a meteorização, ação das raízes, corrosão e abrasão, fragmentação, precipitação de óxidos ou carbonatos de cálcio. No caso da meteorização seguiram-se os seis estádios de alteração definidos por Behrensmeyer para a classificação dos ossos de animais de tamanho superior a 5 kg, depois adaptada por Andrews, para táxons de menor dimensão (Fernández-Jalvo e Andrews, 2016). Estes estádios variam entre o osso fresco (estádio 0) e o estágio máximo, que representa a desintegração do osso *in situ* (estádio 5) (Behrensmeyer, 1978; Andrews, 1990, Fernández-Jalvo e Andrews, 2016). Relativamente à fragmentação foi definida a presença de fraturas antigas, sobre osso frescos ou seco (Bunn, 1989; Outram, 2004, Lyman, 2001; Klein e Cruz-Urbe, 1984, p. 69-72; Irving, *et al.*, 1989; Fernández-Jalvo e Andrews, 2016). Realizou-se uma avaliação osteométrica do comprimento máximo de todos os fragmentos que compõem a presente coleção (Lyman e O'Brien, 1987, p. 493). Estas medições foram obtidas com o recurso a cravadeira digital, cujos resultados são apresentados em milímetros (mm).

Importa ainda referir que, com o intuito de perceber quais são as semelhanças e diferenças entre cada um dos contextos deposicionais da Fossa 79, onde foram registados três momentos de enchimento, foram aplicados por fase os mesmos métodos de contabilização que foram realizados para a caracterização geral. Aliás todos os aspetos do presente estudo foram realizados de uma forma geral, englobando os contextos por estrutura e por fase de utilização definida, sendo que os dados serão apresentados dos momentos mais antigos para os mais recentes.

A presente metodologia, segue a que foi utilizada para o estudo de outros contextos dos Perdigueiros (Costa, 2010a; 2010b; 2013), com a exceção do uso de dois métodos quantitativos (NME e MAU). A sua inclusão neste trabalho, deve-se sobretudo aos objetivos pretendidos, considerando que os dados obtidos por estes métodos seriam relevantes.

3. Caracterização geral da coleção.

A presente coleção é constituída por 1724 restos, dos quais foi possível identificar taxonomicamente apenas 11,31%. Esta baixa percentagem de classificação deve-se sobretudo ao seu elevado grau de fragmentação. As restantes percentagens encontram-se distribuídas pelos seguintes grupos: Mamíferos não identificados – 38,58 % e restos não determinados – 50,17% (Tabela 1).

No que se refere à diversidade taxonómica, esta é limitada, dominando as espécies selvagens. Ao nível de táxons presentes, estes correspondem a equídeos (*Equus* sp.), veado (*Cervus elaphus*), bovino doméstico (*Bos taurus*), bovino não determinado (*Bos* sp.), ovino/caprino (*Ovis/Capra*), suínos (*Sus* sp.), coelho (*Oryctolagus cuniculus*), Lagomorfos (coelho ou lebre) (Tabela 1).

Na generalidade o táxon que domina é o veado (*Cervus elaphus*), que representa 6,5% do total da coleção, em segundo lugar surgem os equídeos (*Equus* sp.), com uma representação de 1,33% e em terceiro lugar o grupo dos suínos (*Sus* sp.), com 1,22% do total. Os outros táxons contam com contribuições inferiores nomeadamente o grupo dos ovinos/caprinos (*Ovis/Capra*) – 0,93%; o grupo dos bovinos não determinados (*Bos* sp.) – 0,58%, coelho (*Oryctolagus cuniculus*) – 0,35%, o grupo dos Lagomorfos – 0,23% e por fim o bovino doméstico (*Bos taurus*) – 0,17% (Tabela 1). Contudo, nesta análise deve ser tido em conta que estas contribuições podiam ser diferentes se não fosse o seu elevado grau de fragmentação. Na observação do conjunto dos restos classificados taxonomicamente e dos que apenas permitiram a sua inserção em categorias gerais, verifica-se o claro domínio dos animais de grande porte (Tabela 1).

No que se refere à contabilização do NMI geral, observa-se que é o veado (*Cervus elaphus*) que apresenta o maior número, com 8 indivíduos. Estes são seguidos pelo grupo dos suínos (*Sus* sp) com 4 indivíduos e em terceiro lugar os ovinos/caprinos (*Ovis/Capra*) e os equídeos (*Equus* sp.), com 2 indivíduos cada. Os restantes táxons estão presentes com apenas 1 indivíduo cada (Tabela 1).

No caso do NME, é o veado (*Cervus elaphus*) que apresenta o maior número de elementos identificados - 85, sendo secundado pelos equídeos (*Equus* sp.) com 15. Seguem-se os suínos (*Sus* sp.), com 14 elementos. Já os restantes possuem NME inferiores. As diferenças entre os valores de NISP, NMI e de NME, serão alvo de maior discussão nas secções referentes às questões de representação anatómica. Refira-se que relativamente às idades à morte dos indivíduos presentes, os dominantes são os animais adultos, sendo que também se regista a presença de indivíduos jovens (Tabela 5).

4. Caracterização da coleção por fase

No faseamento foram considerados quatro momentos, correspondendo três ao enchimento da Fossa 79 (com - 95,36% do total da coleção) e o restante ao fino depósito e ao cairn que a cobrem (com os restantes 4,64%).

4.1. Fossa 79 – 1ª Fase de deposição.

A esta fase, correspondem 453 espécimes, que representam 26,28% do total da coleção em estudo. Destes, foi possível classificar taxonomicamente 9,27% dos espécimes. As restantes percentagens estão divididas da seguinte forma: Mamíferos não determinados – 38,41% e Restos indeterminados – 52,32%. No que concerne aos táxones presentes, estão todos aqueles que foram mencionados na caracterização geral, com a exceção do bovino doméstico (*Bos taurus*). Em semelhança ao que foi referido na caracterização geral, nesta fase o táxon dominante é o veado (*Cervus elaphus*), que representa 4,19%, seguido pelo grupo dos suínos (*Sus* sp.), com uma representação de 1,99% e em terceiro lugar os ovinos/caprinos (*Ovis/Capra*), com uma representação de 1,32%. Os restantes táxones surgem com contribuições inferiores, sendo todas elas iguais entre si, representando 0,44% cada um (Tabela 2).

No que respeita ao NMI estão presentes 10 indivíduos: o veado (*Cervus elaphus*) com 3 indivíduos, os ovinos/caprinos (*Ovis/Capra*) com 2 indivíduos e os restantes táxones com 1 indivíduo cada (Tabela 2).

Relativamente ao NME, os táxones que apresentam os maiores valores são o veado (*Cervus elaphus*) com 12, seguido dos ovinos/caprinos (*Ovis/Capra*) com 6 e dos suínos (*Sus* sp.) com 5. Os restantes táxones apresentam valores inferiores (Tabela 2).

4.2. Fossa 79 – 2ª Fase de deposição

Nesta fase estão integrados 591 espécimes, o que representa 34,28% do total da coleção. 14,55% dos espécimes permitiram uma classificação a nível taxonómico que, a pesar de ser baixa, é a maior entre todas as fases consideradas.

Relativamente aos táxones presentes, encontram-se animais de médio e grande porte, entre os quais se destaca o veado (*Cervus elaphus*) com 11% dos restos, seguindo-se os equídeos (*Equus* sp.) com 2,20%, os suínos (*Sus* sp.) com

0,85% e o bovino doméstico (*Bos taurus*) com 0,34%. Por último encontra-se o grupo dos ovinos/caprinos (*Ovis/Capra*), com uma representação de 0,17% (Tabela 2).

Em relação ao NMI, é possível observar uma uniformidade entre os vários táxones identificados, uma vez que, com a exceção do veado (*Cervus elaphus*) onde se registou um NMI de 4, cada táxon está representado nesta fase por um indivíduo (Tabela 2). No NME o veado (*Cervus elaphus*) é, uma vez mais, o que apresenta o maior número (45 elementos), tendo as restantes espécies valores muito inferiores, sendo o mais próximo o grupo dos equídeos (*Equus* sp.) com 11 elementos. Suínos (*Sus* sp.) com 4 elementos, bovinos domésticos (*Bos* sp) com 2 e ovinos/caprinos (*Ovis/Capra*) com apenas 1 elemento identificado completam o universo (Tabela 2).

4.3. Fossa 79 – 3ª Fase

A este momento correspondem 600 espécimes, o que representa 34,80% do total da coleção em estudo.

A determinação taxonómica apenas foi possível em 10,33% dos espécimes, estando presentes todos os táxones mencionados na caracterização geral. Domina, uma vez mais, o veado (*Cervus elaphus*) com 4,33%, seguido pelos ovinos/caprinos (*Ovis/Capra*) com 1,50% e pelos equídeos (*Equus* sp.) com conta com 1,33%. Já os restantes táxones contribuem de forma reduzida, como se pode observar na tabela 2.

No que se refere ao NMI, assiste-se à presença de um único indivíduo para cada táxon, com a exceção do veado (*Cervus elaphus*), onde estão presentes 3 indivíduos (Tabela 2). O maior NME é o correspondente ao veado (*Cervus elaphus*), com 21 elementos presentes, seguido pelo grupo dos suínos (*Sus* sp.) com 5 elementos. Já os restantes táxones apresentam um NME inferior.

4.4. Depósito [429] e Cairn

Fase com apenas 80 espécimes, o que representa 4,64% do total da coleção em estudo. É também nesta fase que se verifica a menor taxa de identificação taxonómica, com apenas 6,25% da amostra, e a menor diversidade taxonómica, estando apenas presentes: o veado (*Cervus elaphus*), o grupo dos bovinos indeterminados (*Bos* sp), com 2 restos cada, o que faz com que tenham cada um uma representação de 2,50% e o coelho (*Oryctolagus cuniculus*) com apenas 1 resto (1,25%) (Tabela 3). No que se refere ao NMI, a espécie que apresenta um maior valor é o veado (*Cervus elaphus*), com 2 indivíduos presentes, enquanto que os outros táxones estão apresentados por apenas 1 indivíduo cada (Tabela 3). Os NME são iguais aos números de NISP em cada um dos táxones identificados (Tabela 3).

5. Caracterização taxonómica e representatividade anatómica

Na coleção estudada estão presentes elementos de todas as divisões do esqueleto: esqueleto craniano, esqueleto axial e

esqueleto apendicular, ainda que para uma grande percentagem (52%) de restos faunísticos não tenha sido possível estabelecer uma atribuição anatómica. Tal fica a dever-se ao elevado grau de fragmentação que a coleção apresenta. No restante, verifica-se que dominam os elementos do esqueleto apendicular (membros), seguidos dos do esqueleto axial (costelas e vértebras) e por último o esqueleto craniano.

5.1. *Equus* sp. (cavalo)

Apresenta 23 restos, todos pertencentes à fossa 79. Contudo não podemos excluir a possibilidade de que este grupo esteja sub-representado, podendo existir restos que lhe pertençam, mas que foram inseridos na categoria de mamíferos de grande porte. No que respeita à distribuição anatómica, observamos que apesar de estarem presentes elementos de todas as partes do esqueleto, a maioria são os elementos do esqueleto apendicular e, dentro destes, são os membros posteriores que estão melhor representados (Tabela 4). Na determinação do NME, os 23 restos correspondem 15 elementos, onde também predomina o esqueleto apendicular, sobretudo do membro posterior. O NMI é de 2 indivíduos. A determinação de MAU revela que a presença destes elementos na coleção é cerca de metade da frequência que ocorrem num esqueleto completo. Os únicos elementos que possuem uma representatividade igual ou superior à sua frequência num esqueleto completo são os metacarpos (frequência igual), os sesamoides e as 1ª falanges (frequência superior).

A análise da distribuição anatómica pelas diferentes fases de enchimento da fossa, mostra consonância com os dados globais. Deste modo, o que importa sublinhar é a relação entre o número de NISP e o NME, que apresentam um maior número na fase 2 de deposições da Fossa 79. No caso dos valores de MAU, observa-se que em todas as fases definidas os elementos representam sempre cerca metade da frequência em que ocorrem num esqueleto completo.

5.2. *Cervus elaphus* (veado)

Foram identificados 112 restos, podendo esta espécie estar igualmente representada nos restos que foram classificados como mamífero de grande porte. A distribuição anatómica geral mostra que estão presentes elementos do esqueleto craniano e apendicular, sendo que são estes últimos os dominantes. No NME geral verifica-se que os 112 restos correspondem a 15 elementos, correspondendo a um NMI de 8. No caso da determinação dos valores de MAU, não se observa um padrão reconhecível, sobretudo nos elementos do esqueleto apendicular. A existência de elementos que apresentam valores de MAU inferiores à sua frequência num esqueleto completo, como são os casos de carpais (piramidal e escafoide), patela, astrágalo, calcâneos, tarsais (navicular-cuboide), 2ª falanges e 3ª falanges, contrastam com elementos com valores de MAU superiores às suas frequências num esqueleto completo (escápulas, úmeros, rádio, ulna, fémur, tíbia e metatarsos e 1ªs falanges). Quando se realiza a análise por fase verifica-se que, uma vez mais, um maior número de NISP ocorre na fase 2 de

deposições da Fossa 79, o mesmo acontecendo com os valores de NME e NMI, apesar de que a diferença entre NMI das três fases de deposição nesta estrutura seja mínima. Já um aspeto que é comum é o domínio dos elementos do esqueleto apendicular, principalmente dos membros anteriores.

No que se refere à comparação entre os valores de NME e de MAU, o que verificamos é que na 1ª fase os elementos presentes representam metade da frequência em que estes ocorrem num esqueleto completo, sendo as exceções as escápulas, com um valor de MAU superior, e as 2ª falanges, com um valor de MAU inferior. No caso da 2ª fase os valores de MAU de quase todos os elementos são superiores à frequência em que estes ocorrem num esqueleto completo, o mesmo ocorrendo na fase 3. No processo de identificação dos espécimes, verificou-se, neste táxon e nesta última fase, a presença de restos que são compatíveis entre si. Os elementos em causa são metacarpos do lado direito, que “encaixam” com carpais (figura 3). Note-se, contudo, que durante a escavação não se registou qualquer conexão anatómica.



Figura 3 – Metacarpus e Carpais de *Cervus*.

Importa ainda referir que existem algumas diferenças entre a frequência dos mesmos elementos entre as 3 fases, mas que não são significativas em termos da parte do esqueleto a que pertencem, pois em todas as fases estão presentes elementos de todas as divisões do esqueleto, onde dominam os elementos do esqueleto apendicular.

Já na fase 4, correspondente ao depósito [429] e “Cairn”, apenas dois restos foram atribuídos a este táxon, podendo também este número ser superior se tivermos em conta os que foram classificados apenas como mamífero de grande porte. Os restos identificados correspondem apenas ao esqueleto apendicular, sendo respetivamente um fragmento de úmero e uma 2ª falange.

5.3. *Bos taurus* (boi doméstico) e *Bos* sp. (bovino não determinado)

A *Bos taurus* só se associaram 3 restos em toda a coleção. Anatomicamente correspondem a falanges, sendo uma 1ª falange, uma 2ª falange e uma 3ª falange, logo um NME de 3, estando apenas presentes na fossa 79. No que se refere a esta espécie, temos de ter em conta que possivelmente o seu número real será maior, uma vez que existem restos classificados com *Bos* sp. e como mamíferos de grande porte. Relativamente à distribuição destes elementos a 1ª e a 2ª falange foram registadas na fase 2 e a 3ª falange na fase 3.

Já como *Bos* sp. foram classificados 10 restos, sendo que, tal como já foi mencionado para os bovinos domésticos, o seu número real poderá ser mais elevado, devido ao número de restos classificados como mamíferos de grande porte. Estes restos estão presentes nas fases 1, 3 e 4. A nível das partes anatómicas presentes, a sua maioria são referentes ao esqueleto craniano, nomeadamente dentes. No que respeita à determinação do NME e dos valores MAU, apenas foi possível realizar essa contabilização para os restos da fase 1, uma vez que na fase 3 apenas estão presentes dentes soltos, que, em termos de metodologia, não são considerados para estas contabilizações. Deste modo, na fase 1 temos 2 elementos, que correspondem a um fragmento de mandíbula e um fragmento de pélvis, o que, em termos de MAU, representa metade da respetiva frequência num esqueleto completo.

5.4. *Ovis/Capra* (ovinos/caprinos)

No geral, este grupo está apenas presente na fossa 79, contudo não podemos excluir a possibilidade da sua existência no “Cairn”, dado a existência de restos classificados como mamífero de médio porte nessa estrutura. Assim, na fossa 79, foi possível identificar 16 restos que correspondem a um NME geral de 8. A nível anatómico estão presentes elementos do esqueleto craniano (dentes soltos) e do esqueleto apendicular, sendo os primeiros os dominantes. Na determinação dos valores de MAU gerais, nos quais não foram considerados os dentes soltos, verifica-se que os elementos representam apenas metade das respetivas frequências de ocorrência num esqueleto completo.

Entre as fases da fossa 79, o que se verifica é uma maior diversidade anatómica, estando presentes elementos do esqueleto craniano e apendicular, na fase 1. Os valores de NME e de MAU por fases mantêm o padrão geral.

5.5. *Sus* sp. (javali/porco)

Determinaram-se no geral 21 restos, todos provenientes do interior da Fossa 79, representando um NME de 14 e um NMI de 4. No que respeita à distribuição anatómica, estão presentes elementos do esqueleto craniano e apendicular. A determinação dos valores gerais de MAU, mostra que a maioria dos elementos presentes ocorrem com metade das suas frequências num esqueleto completo, sendo a exceção a mandíbula, que apresenta um valor superior.

Em termos de faseamentos, verificamos que, apesar de se verificar um maior número de restos deste grupo na fase 3, a diferença entre as fases não é significativa. Os valores de NME e de MAU pelas diferentes fases acompanham o que foi definido para a globalidade do contexto.

5.6. *Oryctolagus cuniculus* (coelho) e *Lagomorpha*

Foram registados apenas 6 restos, correspondentes a elementos do esqueleto craniano e apendicular. Os valores gerais de NME e MAU indicam que a maioria dos elementos presentes correspondem à frequência a que estes ocorrem num esqueleto completo. Ocorrem em todas as fases, sem particulares distinções. A identificação de restos de lagomorfo, que poderão corresponder a coelho, é reduzida, estando apenas presentes elementos do esqueleto apendicular. Os valores de NME e de MAU, quer os gerais quer por fase, mostram metade da frequência de ocorrência num esqueleto completo.

6. Representatividade anatómica dos mamíferos não identificados

Tendo em conta os objetivos propostos e os dados presentes ao momento, sobretudo a baixa percentagem de restos que permitiram a sua classificação taxonómica, considerou-se pertinente realizar uma análise de representatividade anatómica dos que foram classificados com mamíferos de médio, grande e pequenos porte. Esta análise é passível de ser realizada, uma vez que foram registados espécimes que permitiram a determinação da divisão do esqueleto a que pertenciam. Em alguns casos foi possível determinar o elemento presente, apesar de não se conseguir a sua atribuição a um táxon ou grupo taxonómico, por falta de caracteres diagnósticos.

As categorias de mamíferos não determinados e de microfauna representam 38,52% do total da coleção, sendo que a categoria microfauna não possui uma representação significativa. Nas restantes categorias verifica-se um domínio dos mamíferos de grande porte. A nível da distribuição anatómica, os fragmentos do esqueleto apendicular dominam, seguidos pelo esqueleto axial (Tabelas 1). A presença do esqueleto axial nestas categorias gerais, e a sua ausência nas espécies e nos grupos taxonómicos mencionados anteriormente, deve-se sobretudo ao facto de corresponderem a costelas e a vértebras, sendo a sua classificação difícil mesmo com recurso à coleção de referência. Uma vez mais, o fator que influenciou em muito a

determinação taxonómica destes restos foi o elevado grau de fragmentação.

No geral, a categoria de mamíferos de médio porte confirma o domínio do esqueleto axial e apendicular. Contudo, na sua distribuição por fases verificamos algumas diferenças na representatividade anatómica. O primeiro aspeto a ressaltar é a ausência do esqueleto craniano no *Cairn* (fase 4), algo que já se verificava aquando da caracterização dos suínos e do grupo dos ovinos/caprinos. A outra diferença é o domínio na fase 2 do esqueleto axial, com a presença de grande número de fragmentos de vértebras. Quanto aos mamíferos de grande porte e de pequeno porte apresentam o mesmo domínio do esqueleto axial e apendicular.

7. Análise tafonómica

7.1. Fragmentação

Na avaliação dos tamanhos dos restos foram definidas as seguintes classes: muito pequenos (0 - 10 mm), Pequenos (10 - 50 mm), Médios (50 - 100 mm) e Grandes (>100 mm). Deste modo, pode-se verificar que no conjunto dominam os espécimes de tamanho pequeno. Este dado é confirmado também na distribuição por fases.

No que concerne à análise das classes de tamanho quando enquadradas nos táxons e nos grupos taxonómicos identificados, o que se verifica é que em todos estes dominam os restos de tamanho pequeno, não existindo uma relação entre o porte do táxon e o tamanho do respetivo fragmento. Este dado, em conjunto com a dimensão e frequência dos restos indeterminados e a relação entre o NISP e NME, é revelador do elevado grau de fragmentação desta coleção.

Quanto ao tipo de fraturas, regista-se a presença de fraturas recentes, fraturas antigas e fraturas verdes, sendo as fraturas antigas as preponderantes. No caso dos ossos completos, estes correspondem sobretudo a elementos de pequena dimensão como carpais, tarsais e sesamoides.

Nesta análise é também importante perceber como é que os tipos de fratura influenciam os tamanhos dos espécimes que compõem esta coleção. Um primeiro aspeto que importa ressaltar, é que, apesar da existência de fraturas recentes, estas parecem não alterar significativamente quer as taxas de determinação taxonómica, quer o padrão da dimensão dos restos faunísticos. O outro aspeto que parece importante frisar é a presença de fragmentos de pequena dimensão originados por fraturas antigas. Apesar da dificuldade em determinar o agente responsável por esta fragmentação, o mais plausível é que seja antrópico dada a natureza da deposição.

7.2. Restos queimados

No que concerne à exposição dos restos ao fogo, verifica-se que 71% da coleção possui evidências dessa mesma exposição. Entre os vários graus de exposição o que domina é o Lb (ligeiramente queimado), que representa 46% do

total. Este domínio dos restos queimados foi também verificado em cada uma das fases consideradas, ainda que de forma diferenciada, sendo que na sua maioria essa exposição foi moderada.

7.3. Alterações de origem antrópica e animal

A observação macroscópica das superfícies permitiu identificar marcas que podem ser interpretadas como marcas de origem antrópica. Correspondem a marcas de corte, marcas de precursão e possíveis marcas de dentes humanos. Contudo, 97,73% da coleção não apresenta quaisquer marcas nas suas superfícies. No geral, as marcas antrópicas melhor representadas são as de precursão, que ocorrem sobretudo na fossa 79, com uma maior expressão na fase 2. Embora com menor expressão, as marcas de corte também ocorrem na mesma fase. No caso das marcas de dente humano têm aparentemente uma expressão muito reduzida. No seu conjunto, estas marcas antrópicas estão relacionadas com o processo de preparação das carcaças dos animais e seu consumo e não tanto com o abate dos mesmos.

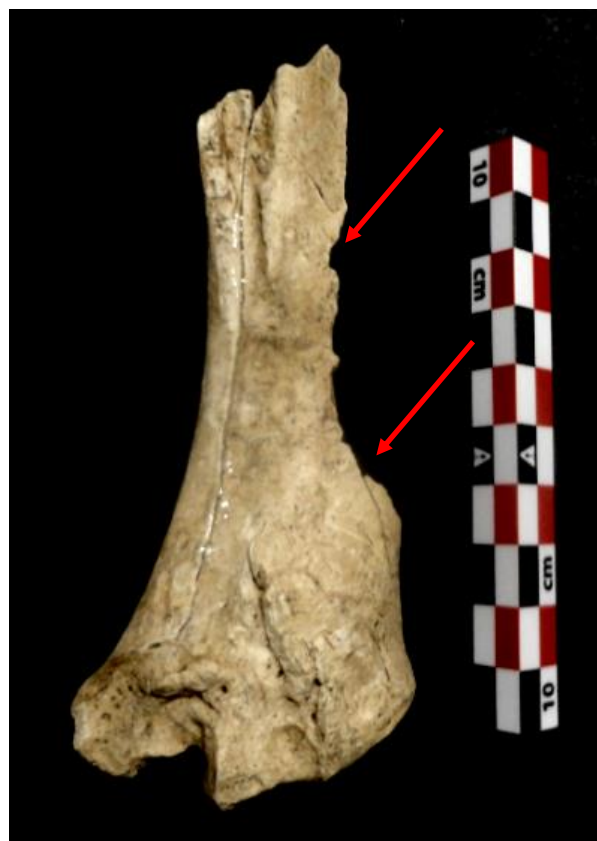


Figura 4 – Rádio de *Cervus* com marcas de precursão.

Relativamente a alterações de origem animal, elas são ainda mais reduzidas, registando-se em apenas 0,35%, o que se poderá relacionar com uma aparente deposição rápida dos restos e a sua igualmente rápida cobertura e encerramento da estrutura.



Figura 5 – Tibia de *Cervus* com marcas de dentes.

7.4. Meteorização

Foi observada em 59,22% dos restos. Os estádios presentes (segundo os estádios de Behrensmeyer e de Andrews (Behrensmeyer, 1978; Andrews, 1990, Fernández-Jalvo e Andrews, 2016) correspondem aos estádios 1, 2 e 3. Entre estes o que domina o estádio 1, quer no conjunto geral quer por fases. Importa, contudo, referir que o estádio 3, apenas se verifica num resto que foi recuperado no Cairn. Estes dados indicam que os restos faunísticos estiveram pouco tempo exposto aos elementos atmosféricos. Assim, reforça-se a ideia de que o espaço de tempo entre o consumo destes animais e deposição dos restos foi bastante reduzido, bem como a colmatação/encerramento das estruturas em causa.

7.5. Covas / Depressões

Na superfície de alguns restos faunísticos verificou-se a existência de covas/depressões. Estas podem ser originadas por diversos tipos de agentes: antrópicos, animais e físicos e químicos (Fernández-Jalvo e Andrews, 2016, p. 101-155). Esta diversidade de agentes torna difícil a atribuição destes efeitos a uma origem concreta. A presença deste aspeto verifica-se em apenas 1,80% da coleção.

7.6. Pisoteio (*Trampling*)

Registou-se a presença de marcas de pisoteio (*Trampling*) em 2,49% da coleção, estando presentes apenas nos restos da fossa 79. Uma vez mais os baixos valores podem ser relacionados com a rápida formação e encerramento do contexto.

7.7. Corrosão

Este fenómeno verifica-se em 26,45%, sendo que é nos restos da fossa 79 que este é mais expressivo. A corrosão pode deve-se sobre tudo a agentes naturais, quer orgânicos e inorgânicos (Fernández-Jalvo e Andrews, 2016, p. 235-280). No caso concreto dos contextos em estudo, a corrosão estará possivelmente relacionada com o Ph do sedimento no qual os restos faunísticos estavam integrados.

7.8. Acção de raízes

As marcas de raízes ocorrem em 23,49% do conjunto, com preponderância na fase 2 de deposições.

7.9. Precipitação de Óxidos de Manganésio.

A determinação por observação macroscópica da presença deste tipo de óxidos é frequentemente difícil. Esta dificuldade deve-se sobretudo ao facto de esta se tratar de uma observação da coloração que o resto faunístico apresenta na sua superfície, sendo que pode ser confundida com o efeito de exposição térmica (FERNÁNDEZ-JALVO e ANDREWS 2016:155-166). Nesta coleção verifica-se que a presença deste tipo de óxidos ocorre em 17,05% dos restos. Embora esteja globalmente presente, é no interior da Fossa 79 que atinge uma maior expressão.

Considerações Finais

Em resumo, a presente coleção é composta por 1724 espécimes, sendo que 95,36% provêm da Fossa 79 e os restantes 4,64% provêm do depósito [429] e Cairn. Esta apresenta uma diversidade taxonómica bastante limitada, onde estão presentes os seguintes táxons/grupos taxonómicos: equídeos (*Equus* sp.), veado (*Cervus elaphus*), bovino doméstico (*Bos taurus*), bovino não determinado (*Bos* sp.), ovino/caprinos (*Ovis/Capra*), suínos (*Sus* sp.), coelho (*Oryctolagus cuniculus*) e Lagomorfos (coelho ou lebre).

No conjunto dos contextos em apreciação, verifica-se um claro domínio de táxons de grande porte, facto que também é válido quando analisamos cada contexto em separado. O veado (*Cervus elaphus*) é o claro exemplo desse domínio, uma vez que é a espécie melhor representada em termos de número de NISP, NMI e NME.

No que toca à diversidade anatómica, embora estejam presentes todas as divisões do esqueleto, o que domina são os elementos do esqueleto axial e os elementos do esqueleto apendicular. Já a presença de partes do esqueleto craniano é apenas vestigial. Este aspeto é válido quer na análise do conjunto, quer para a análise faseada.

A coleção apresenta-se muito fragmentada, aspeto que influenciou de uma forma muito significativa a percentagem de determinação taxonómica. A classe de tamanho dos espécimes dominante é a de fragmentos pequenos (10-50 mm). Ainda sobre este aspeto verifica-se que não existe uma correlação entre o tamanho do fragmento com o porte do respetivo táxon, uma vez que grande parte dos restos pertencentes a animais de grande porte integram a classe de

tamanho mencionada. O registo do tipo de fraturas mostra a presença de fraturas recentes, fraturas antigas e fraturas verdes (*Green breaks*). Estas últimas, que usualmente são consideradas resultantes de ação humana, embora possam ocorrer por outros processos e agentes (Fernández-Jalvo e Andrews, 2016), possuem uma presença vestigial neste contexto. A determinação dos tipos de fraturas mostra o tipo dominante é a fratura antiga e que, apesar da presença de fraturas recentes, estas não influenciaram de forma significativa a taxa de determinação taxonómica.

Os restos faunísticos apresentam diversas alterações, de origem antrópica e natural. A primeira alteração de origem antrópica é a presença de restos queimados. No geral, 71% da coleção evidencia marcas de exposição ao fogo, quadro que não apresenta alterações quando analisamos cada uma das fases individualmente. No que respeita à intensidade da exposição ao fogo, verificamos que temos vários graus de exposição, uma vez que temos espécimes que se apresentam do parcialmente queimado (Pb) ao Calcinado (Ca). Este último é o menos representado, por seu lado o ligeiramente queimado (Lb) é o dominante. Importa ainda mencionar que a exposição ao fogo pode também influenciar o grau de fragmentação da amostra (Orton, 2010; Fernández-Jalvo e Andrews, 2016).

A outra alteração é a presença de marcas de corte, de percussão e, eventualmente, de dentição humana, que em conjunto com os restos queimados, apontam para o consumo alimentar. Tal como foi mencionado, estes dados necessitavam de métodos de análise mais aprofundados. Contudo, a presença destas marcas é aparentemente vestigial, sendo que as melhores representadas são marcas de precursão.

No que respeita às questões de marcas de origem natural, estas apontam para um ambiente estável a partir do momento em que foram feitas as deposições. As marcas de origem animal são vestigiais, o grau de meteorização indica que a deposição e a colmatação foram rápidas e a presença de marcas de raízes e de restos que indicam a absorção de óxidos de manganésio sugerem ambientes sem perturbações.

Deste modo, considerando todos os dados obtidos, aponta-se para uma acumulação de ossos resultante do consumo de porções de animais, principalmente de animais de grande porte e selvagens. Não se tratará do local de abate e preparação das carcaças dos animais, pelo que se assim fosse teríamos uma maior igualdade na representatividade das diversas divisões do esqueleto. Seria igualmente expectável uma maior presença de elementos de esqueleto craniano, o que na presente coleção não ocorre.

A representatividade anatómica, indica-nos que os elementos presentes correspondem às divisões do esqueleto que apresentam um maior potencial de aproveitamento de carne (esqueleto axial e esqueleto apendicular). Para além disto, não se registaram quaisquer conexões anatómicas, apesar de se ter identificado elementos que são compatíveis em termos de táxon, lado e relação anatómica. Estes dados

indicam a existência de transporte, uma vez que existe uma aparente perda partes anatómicas.

Por outro lado, se relacionarmos os aspetos anteriores com a existência de marcas antrópicas, de restos queimados, e de um elevado grau de fragmentação da coleção, a ideia de que este seria um local de deposição de restos de consumo sai reforçada. Os dados da fragmentação apontam para uma coleção do tipo “*pot-sizing*” (Orton, 2010). A isto podemos acrescentar que a maioria dos espécimes apresentam graus de exposição ao fogo, sendo o que grau dominante pode indicar que essa exposição seria indireta, ou seja, que uma porção de uma carcaça seja cozinhada dentro de recipientes.

O fato da quase totalidade desta coleção ser proveniente de uma fossa que foi intencionalmente selada por uma estrutura pétrea tipo “*cairn*” parece indicar uma clara intencionalidade de encerrar/afastar/proteger de uma forma definitiva o conteúdo da fossa. Este aspeto parece indicar, que o conteúdo da fossa está imbuído de um significado, podendo ser restos de um ritual em que o consumo de animais sejam parte integrante (Russel, 2012). Algo que eventualmente será melhor compreendido quando estes dados forem integrados com os resultados dos estudos das outras componentes artefactuais que compõem este contexto (em curso no âmbito de uma dissertação de mestrado).

Quanto ao facto de existir uma predominância dos animais selvagens sobre os domésticos (que se observa mesmo que hipoteticamente consideremos que todos os suínos e todos os bovinos fossem domésticos, o que provavelmente não será real), nomeadamente de um domínio dos cervídeos, introduz um contraste com o que já é conhecido para outros contextos do 3º milénio AC nos Perdígões, casos dos Fossos 1, 3 e 4 (Costa, 2013), onde a relação parece ser inversa. O significado desta inversão, porém, só poderá ser avaliado quando as faunas de mais e diferentes contextos tardios dos Perdígões forem estudadas, para se perceber se estamos perante uma alteração estrutural a nível das estratégias económicas no que respeita à componente pastorícia / atividades cinegéticas ou se, pelo contrário, a composição faunística deste contexto se relaciona mais com o tipo de práticas que lhe deram origem, e cujas prescrições podem condicionar o tipo e a proporção das espécies consumidas.

Referências Bibliográficas

- ANDREWS, P. (1990), *Owls, caves and fossils. Predation, preservation, and accumulation of small mammal bones in caves, with an analysis of the Pleistocene cave faunas from Westbury-sub-Mendip, Somerset, UK*, Chicago, University Chicago Press
- BEHRENSMEYER, A. K. (1978), “Taphonomic and ecologic information from bone weathering”, *Paleobiology*, 4 (2): 150-162.
- BEHRENSMEYER, A. K. (1989), “Non-human modification in Miocene fossils from Pakistan”, BONNICHEN, R., SORG, M. H. (eds), *Bone Modification. People of the Americas Publications edited volumes series*, Center for the study of the first Americans, Institute for the Quaternary studies, University of Maine, Orono, Maine, 99-120.
- BOESNECK, J. (1969), “Osteological differences between sheep (*Ovis aries* Linné) and goat (*Capra hircus* Linné)” In *Sciencein*

- Archaeology, edited by D. R. Brothwell and E. S. Higgs, Thames & Hudson, London, 331-358
- BUUN, H. T. (1989), "Diagnosing Plio-Pleistocene hominid activity with bone fracture evidence", BONNICHEN, R., SORG, M. H. (eds), *Bone Modification. People of the Americas Publications edited volumes series*, Center for the study of the first Americans, Institute for the Quaternary studies, University of Maine, Orono, Maine, 299-316.
- COORD, R. (1999), "One Bone, Two Bones, Wet Bones, Dry Bones: Transport Potentials Under Experimental Conditions", *Journal of Archaeological Science*, 26: 1369-1375.
- COORD, R., R. W. DENNELL (1995), "Taphonomy of some articulated skeletal remains: transport potential in an artificial environment", *Journal of Archaeological Science*, 22: 441-448.
- COSTA, C. (2010a), "Os restos faunísticos de animais vertebrados do sector I dos Perdigueiros (Fossos 3 e 4 e Fossas)", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6: 53-74.
- COSTA, C. (2010b), "Problemática do enchimento dos Fossos 3 e 4 (sector I) dos Perdigueiros (Reguengos de Monsaraz) com base da análise estratigráfica dos restos faunísticos", BETTENCOURT, A. M. S., ALVES, M. I. C., MONTEIRO-RODRIGUES, S. (eds.), *Variações Paleoambientais e Evolução Antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular / Palaeoenvironmental Changes and Anthropization in the Quaternary of Western Iberia*, Braga, 2010, 113-124.
- COSTA, C. (2013), "Tafonomia em contexto pré-histórico, A zooarqueologia como recurso para a compreensão das "estruturas em negativo" da Pré-História Recente" Vols. I e II – Dissertação para obtenção de grau de Doutor, *Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve* (policopiado).
- COSTA, J. B. (2004) *Caracterização e constituição do solo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 7ª ed.
- DOMÍNGUEZ-RODRIGO, M. (1999) "The study of skeletal part profiles: an ambiguous taphonomic tool for zooarchaeology", *Complutum*, 10: 15-24.
- ENLOE, J. G. (2004) – "Equifinality, assemblage integrity and behavioral inferences at Verberie", *Journal of Taphonomy*, 2 (3): 147-165.
- FAITH, J. T., GARDON, A. D. (2007), Skeletal element abundances in archaeofaunal assemblages: economic utility, sample size, and assessment of carcass transport strategies", *Journal of Archaeological Science*, 34: 872-882.
- FAITH, J. T., MAREAN, W. C., BEHRENSMEYER, A. K. (2007), Carnivore competition, bone destruction, and bone density", *Journal of Archaeological Science*, 34: 2025-2034.
- FERNÁNDEZ LOPEZ, S. R. (2000), *Temas de Tafonomia*, Departamento de Paleontología, Universidad Complutense de Madrid.
- FERNÁNDEZ-JALVO, Y., ANDREWS, P., PESQUERO, D., SMITH, C., MARÍN-MONFORT, D., SÁNCHEZ, B., GEIGL, E. M., ALONSO, A. (2010), "Early bone diagenesis in temperate environments Part I: Surface features and histology", *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 288: 62-81.
- FERNÁNDEZ-JALVO, Y. e ANDREWS, P. (2016), "Atlas of Taphonomic Identification, 1001+ Images of Fossil and Recent Mammal Bone Modification", Eric Delson and Eric J. Sargis (eds) *Vertebrate Paleobiology and Paleoanthropology Series*, Springer
- FERNÁNDEZ-JALVO, Y., ANDREWS, P. (2003) – "Experimental effects of water abrasion on bone fragments", *Journal of Taphonomy*, 1 (3): 147-163.
- HEDGES, R. E. M. (2002) – "Bone diagenesis: an overview of processes", *Archaeometry*, 44 (3): 319-328.
- HEDGES, R. E. M., MILLARD, A. R., PIKE, A. W. G. (1995), "Measurements and Relationships of Diagenetic Alteration of Bone from Three Archaeological Sites", *Journal of Archaeological Science*, 22: 221-209.
- IRVING, W. N., JOPLING, A. V., KRITSCH-ARMSTRONG (1989), "Studies on bone technology and taphonomy, Old Crow Basin, Yukon Territory", BONNICHEN, R., SORG, M. H. (eds), *Bone Modification. People of the Americas Publications edited volumes series*, Center for the study of the first Americans, Institute for the Quaternary studies, University of Maine, Orono, Maine, 347-380.
- KLEIN, R. G.; CRUZ-URIBE, K. (1984), *The analysis of animal bones from archaeological sites*, Chicago, University of Chicago Press.
- LAUDET, F., SELVA, N. (2005), "Ravens as small mammal bone accumulators: first taphonomic study on mammal remains in raven pellets", *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 226: 272-286.
- LLOVERAS, L., MORENO-GARCIA, M., NADAL, J. (2008a), Taphonomic analysis of leporid remains obtained from modern Iberian lynx (*Lynx pardinus*) scats", *Journal of Archaeological Science*, 35: 1-13.
- LLOVERAS, L., MORENO-GARCIA, M., NADAL, J. (2008b), "Taphonomic study of leporid remains accumulated by the Spanish Imperial Eagle (*Aquila adalberti*)", *Geobios*, 41: 91-100.
- LÓPEZ-GONZÁLEZ, F., GRANDAL-D'ANGLADE, A., VIDAL-ROMANÍ, J. R. (2006), "Deciphering bone depositional sequences in caves through the study of manganese coatings", *Journal of Archaeological Science*, 33 (5): 707-717.
- LUPO, K. D. (2001), "Archaeological skeletal part profiles and differential transport: an ethnoarchaeological example from Hadza bone assemblages", *Journal of Anthropological Archaeology*, 20: 361-378.
- LUPO, K. D. (2006), What explains the carcass field processing and transport decisions of contemporary hunter-gatherers? Measures of economic anatomy and zooarchaeological skeletal part representation", *Journal of Archaeological Method and Theory*, 13 (1): 19-65.
- LYMAN, R. L. (2001), *Vertebrate Taphonomy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LYMAN, R. L. (2008), *Quantitative Paleozoology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MAREAN, W. C., CLEGGHORN, N. (2003), "Large mammal skeletal element transport: Applying foraging theory in a complex taphonomic system", *Journal of Taphonomy*, 1 (1): 15-42.
- MARTIN, R. E. (1999), *Taphonomy. A process approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MORENO GARCIA, M.; PIMENTA, C. M., DAVIS, S. GABRIEL, S. (2003), "A osteoteca: uma ferramenta de trabalho", MATEUS, J. E., MORENO-GARCÍA, M., (eds.) *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura. Trabalhos de Arqueologia*, 29, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa
- MUNRO, N. D., BAR-ÖZ, G. 2004, "Debating issues of equifinality in ungulate skeletal studies", *Journal of Taphonomy*, 2 (1): 1-13.
- MUNSON, P. J., GARNIEWICZ, R. C. (2003), Age-mediated survivorship of ungulate mandibles and teeth in canid-ravaged faunal assemblages", *Journal of Archaeological Science*, 30: 405-416.
- NIELSEN-MARSH, C. M., SMITH, C. I., JANS, M. M. E., NORD, A., KARS, H. COLLINS, M. J. (2007), "Bone diagenesis in the European Holocene II: taphonomic and environmental considerations", *Journal of Archaeological Science*, 34: 1523-1531.
- NIELSEN-MARSH, C., HEDGES, R. E. M. (2000), "Patterns of Diagenesis in Bone I: The Effects of Site Environments", *Journal of Archaeological Science*, 27: 1139-1150.
- ORTON, D. (2010), "Taphonomy and Interpretation: An Analytical Framework for Social Zooarchaeology"- *International Journal of Osteoarchaeology* DOI: 10.1002/oa.1212
- OUTRAM, A. K. (2004), "Bone fracture and within-bone nutrients: and experimentally based method for investigating levels of marrow extraction", MIRACLE, P., MILNER, N. (eds), *Consuming Passions*

- and *Patterns of consumption*, Cambridge, MacDonald Institute for Archaeology, 51-64.
- PHOCA-COSMETATU, N. (2005), "Bone weathering and food procurement strategies", O'CONNOR, T. ed., *Proceedings of the 9th Conference of the International Council of Archaeozoology, Durham, August 2002. Biosphere to Lithosphere. New studies in vertebrate taphonomy*, Oxbow Books, 146-154.
- PICKERING, T. R., MAREAN, C. W., DOMINGUEZ-RODRIGO, M. (2003) "Importance of limb bone shaft fragments in zooarchaeology: a response to "On *in situ* attrition and vertebrate body part profiles" (2002), by M.C. Stiner", *Journal of Archaeological Science*, 30: 1469-1482.
- RUSSELL, N. (2012), *Social Zooarchaeology. Humans and animals in Prehistory*, New York, Cambridge University Press.
- SHAHACK-GROSS, R., BAR-YOSEF, O., WEINER, S. (1997), "Black-coloured bones in Hayonim Cave, Israel: Differentiating between burning and oxide staining", *Journal of Archaeological Science*, 24: 439-446.
- SMITH, C. I., NIELSEN-MARCH, C. M., JANS, M. M. E., COLLINS, M. J. (2007), "Bone diagenesis in the European Holocene II: taphonomic and environmental considerations", *Journal of Archaeological Science*, 34: 1485-1493.
- STINER, M. C. (1991), "Food procurement and transport by human and non-human predators", *Journal of Archaeological Science*, 18: 455-482.
- STINER, M. C. (2002), "On *in situ* attrition and vertebrate body part profiles", *Journal of Archaeological Science*, 29: 979-991.
- TRAPANI, J. (1998), "Hydrodynamic Sorting of Avian Skeletal Remains", *Journal of Archaeological Science*, 25: 447-487.
- VALENTE, M. J. (1997), "A quantificação faunística: principais unidades, alguns parâmetros, regras e problemas", *Estudos do Quaternário*, 1: 83-96.
- VALERA, A.C. (2017), *Perdigões. Relatório da campanha de 2017*, Lisboa, Era Arqueologia, Policopiado.

Anexos

Caraterização geral						
Espécies	NISP	%NISP	NMI	%NMI	NME	%NME
Mamíferos Identificados	195	11,31	20	100	136	100
<i>Equus</i> sp. (cavalo)	23	1,33	2	10,00	15	11,03
<i>Cervus elaphus</i> (veado)	112	6,50	8	40,00	85	62,50
<i>Bos taurus</i> (boi doméstico)	3	0,17	1	5,00	3	2,21
<i>Bos</i> sp. (bovino não determinado)	10	0,58	1	5,00	2	1,47
<i>Ovis/Capra</i> (ovino/caprino)	16	0,93	2	10,00	8	5,88
<i>Sus</i> sp. (javali/porco)	21	1,22	4	20,00	14	10,29
<i>Oryctolagus cuniculus</i> (coelho)	6	0,35	1	5,00	6	4,41
<i>Lagomorpha</i>	4	0,23	1	5,00	3	2,21
Mamíferos não identificados	664	38,52				
Mamíferos de médio porte	217	12,59				
Mamíferos de grande porte	421	24,42				
Mamíferos de pequeno porte	25	1,45				
Microfauna	1	0,06				
Restos Indeterminados	865	50,17				
Total	1724	100				

Tabela 1 – Caracterização geral.

Caraterização por fase de utilização	Fossa 79											
	(3ª fase)						(2ª fase)					
Espécies	NISP	%NISP	NMI	%NMI	NME	%NME	NISP	%NISP	NMI	%NMI	NME	%NME
Mamíferos Identificados	62	10,33	10	100	35	100	86	14,55	8	100	63	100
<i>Equus</i> sp. (cavalo)	8	1,33	1	10	3	8,57	13	2,20	1	12,5	11	17,46
<i>Cervus elaphus</i> (veado)	26	4,33	3	30	21	60,00	65	11,00	4	50	45	71,43
<i>Bos taurus</i> (boi doméstico)	1	0,17	1	10	1	2,86	2	0,34	1	12,5	2	3,17
<i>Bos</i> sp. (bovino não determinado)	6	1,00	1	10								
<i>Ovis/Capra</i> (ovino/caprino)	9	1,50	1	10	1	2,86	1	0,17	1	12,5	1	1,59
<i>Sus</i> sp. (javali/porco)	7	1,17	1	10	5	14,29	5	0,85	1	12,5	4	6,35
<i>Oryctolagus cuniculus</i> (coelho)	3	0,50	1	10	3	8,57						
<i>Lagomorpha</i>	2	0,33	1	10	1	2,86						
Mamíferos não identificados	218	36,33					237	40,10			174	38,41
Mamíferos de médio porte	78	13,00					78	13,20			48	10,60
Mamíferos de grande porte	124	20,67					154	26,06			125	27,59
Mamíferos de pequeno porte	15	2,50					5	0,85			1	0,22
Microfauna	1	0,17										
Restos Indeterminados	320	53,33					268	45,35			237	52,32
Total	600	100					591	100			453	100
%NISP Geral	34,80						34,28				26,28	

Tabela 2 – Caracterização do conjunto faunístico da Fossa 79.

Caraterização por fase de utilização	Cairn					
Espécies	NISP	%NISP	NMI	%NMI	NME	%NME
Mamíferos Identificados	5	6,25	4	100	3	100
<i>Equus</i> sp. (cavalo)						
<i>Cervus elaphus</i> (veado)	2	2,50	2	50	2	66,67
<i>Bos taurus</i> (boi doméstico)						
<i>Bos</i> sp. (bovino não determinado)	2	2,50	1	25		
<i>Ovis/Capra</i> (ovino/caprino)						
<i>Sus</i> sp. (javali/porco)						
<i>Oryctolagus cuniculus</i> (coelho)	1	1,25	1	25	1	33,33
<i>Lagomorpha</i>						
Mamíferos não identificados	35	43,75				
Mamíferos de médio porte	13	16,25				
Mamíferos de grande porte	18	22,50				
Mamíferos de pequeno porte	4	5,00				
Microfauna						
Restos Indeterminados	40	50,00				
Total	80	100				
%NISP Geral	4,64					

Tabela 3 – Caracterização do conjunto faunístico do “Cairn”.

Distribuição Anatômica - Geral	Equus sp.	Cervus e Iapetus	Bos taurus	Bos sp.	Ovis/Capra	Sus sp.	Oryctolagus cuniculus	Lagomorpha	Total
E. Craniano (Lado Direito)									
Haste/Corno									
Crânio									
Mandíbula		1	1	3	1				6
Dentes soltos superiores									
Dentes soltos inferiores	1								1
Dentes soltos indeterminados									
E. Craniano (Lado Esquerdo)									
Haste/Corno									
Crânio	1								1
Mandíbula		1							1
Dentes soltos superiores	4								4
Dentes soltos inferiores	1			1	8	1			11
Dentes soltos indeterminados									
E. Craniano (Lado indeterminado)									
Haste/Corno				1					1
Crânio		1							1
Mandíbula				1					1
Dentes soltos superiores		3							3
Dentes soltos inferiores			4						4
Dentes soltos indeterminados	1	1	3	6	1				12
E. Apicular anterior (Lado Direito)									
Escápula									
Úmero		8							8
Rádio	1	7		1	1				10
Ulna	1	4							5
Carpais		8							8
Metacarpo	1	4							5
Falange									
E. Apicular anterior (Lado Esquerdo)									
Escápula		4		1					5
Úmero	1	4		2	1	1			10
Rádio		4		1			1		6
Ulna		1							1
Carpais									
Metacarpo	1								1
Metacarpo III					1				1
Metacarpo V					1				1
Falange									

Tabela 4 – Distribuição Anatômica por Táxon determinado – Geral

E. Apicular anterior (lado indeterminado)										
Escápula										
Úmero										
Rádio										
Ulna										
Carpais										1
Metacarpo										1
Falange										
E. Apicular posterior (lado direito)										
Pélvis	2									2
Fémur	7									7
Patela	1									1
Tíbia	4		1							5
Fíbula										
Astrágalo					1					1
Calcâneo	1									1
Metatarso	6									6
Metatarso II						1				1
Metatarso III										
Metatarso IV						1				1
Tarsais		3		1						4
Sesamóide	2									2
Falange										
E. Apicular posterior (lado esquerdo)										
Pélvis	2	1	2							5
Fémur	1									1
Patela	1									1
Tíbia	1	4		1	1					7
Fíbula										
Astrágalo		1								1
Calcâneo										
Metatarso	1									1
Metatarso II										
Metatarso III										
Metatarso IV	1				1					2
Tarsais		2								2
Sesamóide	1									1
Falange I	1									1
E. Apicular posterior (lado indeterminado)										
Pélvis	1									1
Fémur										
Patela										
Tíbia										
Fíbula										
Astrágalo										
Calcâneo										
Metatarso										
Metatarso II										
Metatarso III										
Metatarso IV										
Tarsais										
Sesamóide										
Falange										
Elementos Gerais										
Metapódio	1	4								5
Falange I	2	14	1							17
Falange II		5	1	1						7
Falange III		1	1		1					3
Falange		1								1
Total	23	112	3	10	16	21	6	4		195

Estado de fusão epifisiária		Gaim	Fossa 79		
			3ª fase	2ª fase	1ª fase
<i>Equus sp.</i> (cavalo)	Não fusionado			1	2
	Parcialmente fusionado				
	Totalmente fusionado		1	8	11
<i>Cervus elaphus</i> (veado)	Não fusionado	1	3	13	
	Parcialmente fusionado				
	Totalmente fusionado	1	15	35	
<i>Bos taurus</i> (boi doméstico)	Não fusionado				
	Parcialmente fusionado				
	Totalmente fusionado		1	1	
<i>Bos sp.</i> (bovino não determinado)	Não fusionado				
	Parcialmente fusionado				
	Totalmente fusionado				
<i>Ovis/Capra</i> (ovino/caprino)	Não fusionado				1
	Parcialmente fusionado				1
	Totalmente fusionado		1		3
<i>Sus sp.</i> (javali/porco)	Não fusionado			1	2
	Parcialmente fusionado		1		
	Totalmente fusionado		2		2
<i>Oryctolagus cuniculus</i> (coelho)	Não fusionado				
	Parcialmente fusionado				
	Totalmente fusionado		2		
<i>Lagomorpha</i>	Não fusionado				
	Parcialmente fusionado				
	Totalmente fusionado				
Mamíferos de médio porte	Não fusionado		2	2	1
	Parcialmente fusionado				
	Totalmente fusionado	1	2		
Mamíferos de grande porte	Não fusionado		5	6	17
	Parcialmente fusionado			1	
	Totalmente fusionado		6	4	6
Mamíferos de pequeno porte	Não fusionado		1		
	Parcialmente fusionado				
	Totalmente fusionado				

Tabela 5 – Estados de fusão epifisiária

PEDAÇOS DE UM PASSADO COMUM: OCUPAÇÕES DO 4º E 3º MILÉNIO AC NA ZONA DO RIO SECO / BOA HORA (AJUDA, LISBOA)

Ana Catarina Basílio¹

Tiago do Pereiro²

Resumo:

No âmbito de uma intervenção de diagnóstico e avaliação, foram intervencionados diversos contextos na actual freguesia da Ajuda, entre os quais foi possível identificar o que se assemelha a uma estrutura de tipo cabana e um possível derrube/muro, associados a um considerável conjunto de materiais arqueológicos pré-históricos. Estas associações permitem pensar numa cronologia Neo-Calcolítica das realidades identificadas, em relações com a paisagem antrópica contemporânea no seu entorno mais imediato (os sítios da Travessa das Dores e do Antigo Quartel do Rio Seco).

Abstract:

Pieces of a common past: occupations of the 4th and 3rd millennia BC in Rio Seco / Boa Hora area (Ajuda, Lisboa)

In the context of a diagnostic excavation, various structures were surveyed in the present area of Ajuda, among which it was possible to identify a hut-like structure and a possible wall, associated to a considerable set of materials. These associations allow us to think the Neo-Chalcolithic chronology of the realities and contexts in relations with the contemporary anthropic landscape in its immediate surroundings (like the Travessa das Dores and the former Quartel do Rio Seco).

1. Contextualização do sítio

O sítio da Rua dos Quartéis foi intervencionado no decorrer de 2017, no âmbito de um processo de diagnóstico e avaliação do potencial arqueológico de um terreno localizado entre a Rua dos Quartéis e a Rua Alfredo da Silva, na actual freguesia da Ajuda, em Lisboa. Esta intervenção consistiu na realização de cinco sondagens de diagnóstico, permitindo a identificação de um conjunto de contextos e estruturas de cronologia neolítica e calcolítica. Estes achados são passíveis de ser relacionados com os identificados, em 2013, na Travessa das Dores (Neto *et al.* 2015), e mais recentemente no Antigo Quartel do Rio Seco (Costa, 2017), em especial pela sua proximidade geográfica, encontrando-se estes locais separados por cerca de 150m.

As divergências a nível material, assim como o recurso a diferentes arquitecturas, permite pensar e questionar a associação directa entre estes sítios. Ainda assim, é necessário reconhecer que as evidências a nível espacial e cronológico, somando-se o facto de que as

estruturas e os contextos identificados na Rua dos Quartéis foram apenas sondados, se apresentam como argumentos fortes para considerarmos a aglutinação dos três contextos num único sítio arqueológico.

Note-se que este artigo se vai essencialmente focar numa análise mais artefactualista e comparativa entre os materiais destes sítios arqueológicos, carecendo o sítio da Rua dos Quartéis de futuras intervenções que permitam conhecer as suas arquitecturas e fases/ritmos, criando uma base empírica mais sólida e sustentada.

2. Localização e biografia

O sítio da Rua dos Quartéis localiza-se entre a Rua dos Quartéis e a Rua Alfredo da Silva, na actual freguesia da Ajuda, em Lisboa, numa área com um declive pouco acentuado, na margem esquerda de uma antiga ribeira – nas proximidades do Rio Seco. A nível geológico, implanta-se sobre a “Formação da Bica”, sendo esta composta por calcários do Cenomiano Superior Cretácico, mais concretamente por Calcários de Rudistas, que se apresentam mais margosos nas cotas mais elevadas, alternando, por sua vez, entre margas de tons amarelados e rosadas esbranquiçadas, com uma matriz mais silto-argilosa (Pais, 2016: 9).

¹ ICAREHB (catarinabasilio@gmail.com)

² Era Arqueologia (tiagopereiro@era-arqueologia.pt)



Figura 1 – Localização do sítio da Rua dos Quartéis num excerto da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha 431.

A nível biográfico, a área intervencionada foi, pelo menos entre 1807 e 1911, utilizada para fins agrícolas, não tendo sido identificadas edificações e estruturas na cartografia disponível (Pereiro e Cabaço, 2017). Esta circunstância explica o estado de conservação e preservação dos contextos arqueológicos identificados, reconhecendo-se uma afectação superficial, inerente aos trabalhos agrícolas e à respectiva construção do edificado contemporâneo. A construção dos armazéns actualmente existentes no local, ao aproveitar o aplanamento efectuado para os trabalhos agrícolas, apresenta um reduzido impacto, resultante de um pequeno nivelamento do terreno para a construção do pavimento em betão.

3. Contextos, materiais e cronologias

A intervenção realizada na Rua dos Quartéis consistiu na realização de sondagens de diagnóstico, cujo objectivo visava a avaliação do potencial arqueológico e eventuais contextos a afectar pelo empreendimento planeado para o terreno. Assim sendo, foram implantadas cinco sondagens dispersas pela propriedade, que perfizeram um total de 39.5m², na tentativa de amostrar o maior número de área possível. Esta realidade permitiu, em primeira instância, detectar comportamentos e tendências diferenciadas a nível das realidades arqueológicas, podendo reconhecer-se uma concentração de estruturas e materiais nas duas sondagens da área Sudoeste da intervenção, junto à Rua Alfredo da Silva, em oposição à inexistência de contextos verificada nas sondagens localizadas mais a Norte, mais próximas da Rua dos Quartéis.

A dimensão das sondagens (5m² e 6m²) não possibilitou o completo reconhecimento das realidades intervencionadas e das suas respectivas funcionalidades e natureza. Contudo, possibilitou a identificação, no caso da sondagem 1, de um aglomerado pétreo, composto por blocos de calcário e basalto de médio/grande calibre, assente e coberto por depósitos repletos de materiais de cronologia Pré-histórica (Pereiro e Cabaço, 2017), podendo esta estrutura corresponder a um possível derrube, ou ainda a um troço de uma estrutura de tipo muro, eventualmente uma muralha semelhante às dos contextos de *habitat* da Península de Lisboa. Já na sondagem 2, foi individualizada



Figura 2 – Sondagem 1 (fotografias de Catarina Furtado).

uma estrutura semi-circular, associada a um piso de circulação e a uma estrutura de combustão e, sob esta, níveis de seixos rolados, que podem indiciar a existência de construções de tipologia indeterminada (Pereiro e Cabaço, 2017). Neste caso, ainda que a planta da estrutura semi-circular não seja integralmente conhecida, por imposição dos limites da sondagem, esta parece poder ser referente a uma estrutura de tipo cabana, contando, aparentemente, com contextos de utilização conservados no seu interior. A sondagem 3 forneceu igualmente materiais arqueológicos, ainda que estes sejam provenientes de depósitos de origem coluvionar (Pereiro e Cabaço, 2017), encontrando-se os mesmos desprovidos de informações contextuais sólidas.

As intervenções realizadas nas sondagens 1 e 2 permitiram, em suma, reconhecer que, ainda que os contextos pré-históricos se encontrem relativamente próximos da superfície, contam com um bom estado de conservação, apresentando uma forte potência arqueológica, que atinge os 0,90 cm como valor mínimo, observação realizada numa micro sondagem (Pereiro e Cabaço, 2017).

Os materiais são, aliados à tipologia e características das estruturas identificadas, o principal elemento datante da intervenção realizada na Rua dos Quartéis, sustentando uma cronologia pré-histórica, aparentemente enquadrável entre o Neolítico Final e o Calcolítico.



Figura 3 – Sondagem 2 (fotografias de Tiago do Pereira).

Note-se, contudo, que os resultados aqui apresentados reflectem uma caracterização essencialmente baseada em categorias tipológicas e morfológicas pré-determinadas para o Neolítico e Calcolítico da Estremadura Portuguesa, quer no que toca aos artefactos líticos, quer aos recipientes cerâmicos e respectivos motivos decorativos, devendo-se esta opção metodológica ao carácter reduzido da intervenção e à dimensão do conjunto artefactual. Assim sendo, o principal objectivo no estudo da componente material passou por uma descrição genérica, aliada à procura de elementos datantes que permitam definir, de forma mais precisa, eventuais fases de ocupação, ou momentos de maior intensidade/visibilidade. Pretendemos ainda testar a correspondência entre o conjunto da Rua dos Quartéis e o conhecido para o sítio da Travessa das Dores, que se localiza a cerca de 150 metros da intervenção alvo deste trabalho.

O conjunto de materiais arqueológicos classificáveis não ultrapassa os 340 artefactos. Destes, 75% correspondem a materiais líticos, incluindo-se aqui elementos de pedra lascada e pedra afeiçãoada, representada apenas por dois fragmentos, correspondentes a um dormente e o outro a um movente.

O conjunto de pedra lascada encontra-se representado por lascas, produtos alongados, foliáceos, furadores e seixos talhados, aos quais se podem adicionar núcleos, restos de talhe, flancos de núcleo, restos indeterminados e seixos. Neste conjunto dominam, de forma geral, os restos de talhe (76), seguindo-se as lascas (em bruto ou com evidências de uso), com 36 registos. A utensilagem é maioritariamente composta por segmentos de produtos alongados (20 sobre lâmina e 7 sobre lamela), verificando-se igualmente utensílios que implicaram algum nível de transformação, como é o caso dos três furadores e dos três fragmentos de foliáceos. Recolheram-se ainda cinco seixos, dois deles com sinais de talhe, cinco núcleos (dos quais, dois piramidais), três flancos de núcleo e 33 fragmentos inclassificáveis. Quanto à matéria-prima, o sílex é dominante no conjunto, sendo utilizado em 107 dos 251 artefactos líticos (1862 gramas), atestando-se a sua relevância na presença de três nódulos de matéria prima. Segue-se o quartzito, com uma representatividade aproximada a nível de peso (1316 gramas), devendo-se sobretudo à presença de oito exemplares de indústria sobre seixo. Com uma expressão reduzida ocorrem ainda artefactos realizados em quartzo leitoso e xisto.

O número de bordos e bojos decorados é relativamente reduzido, contando apenas com 80 exemplares, dos quais 66% apresentam formas indetermináveis. Os restantes correspondem a morfologias relativamente comuns no Neolítico e Calcolítico estremenhos, tendo sido atestada a presença de taças, tigelas, recipientes de tipo esférico/globular e pratos. Sublinhamos ainda a reduzida expressão de taças carenadas (apenas dois fragmentos), pratos (dois casos) e de fragmentos decorados, cingindo-se este último grupo a oito exemplares, onde se incluem três fragmentos de bordos denteados. A nível dos motivos, a dimensão dos fragmentos em estudo dificulta a compreensão do padrão decorativo, ainda que as decorações representem, essencialmente, motivos geométricos. Foi possível, ainda assim, identificar um fragmento de Campaniforme inciso, um fragmento com uma linha pontilhada e ainda um prato de bordo espessado, com decoração na superfície interna. Existem ainda três objectos sobre calcário de morfologia sub-cilíndrica cuja natureza antrópica não é clara, podendo eventualmente ser conectados com as componentes mais ideotécnicas destes grupos. A este grupo artefactual soma-se um pequeno recipiente em mármore, fragmentado pela metade, com uma morfologia típica para este tipo de artefactos (Sousa, 2010, p. 223). Artefactos comuns noutros contextos destas cronologias na região em questão estão ausentes: conchas afeiçãoadas, artefactos em osso polido, pedra polida, ou elementos de adorno e pontas de seta.

No que concerne à cronologia relativa do conjunto de estruturas e materiais identificados no decorrer da intervenção no sítio da Rua dos Quartéis, esta resulta principalmente da conjugação entre presenças e ausências artefactuais, em combinação com os dados disponíveis para os sítios vizinhos e para os grandes sítios regionais. É de destacar, em primeira instância, a reduzida expressão de taças carenadas, o que poderia sugerir uma cronologia

essencialmente do 3º milénio a.C., numa fase plena do Calcolítico, podendo ainda adicionar-se o surgimento de fragmentos de cerâmica Campaniforme e de recipientes com morfologias já relativamente tardias (concretamente uma taça de carena baixa – Figura 5: 7). Contudo, a presença de bordos denteados parece indicar igualmente uma cronologia do Neolítico Final. Ainda assim, os restantes artefactos e tipologias parecem atestar a coexistência e contemporaneidade do sítio da Rua dos Quartéis com as ocupações do final do Neolítico e do Calcolítico a nível regional, podendo algumas das assimetrias e representatividades materiais e arquitectónicas ser justificadas por diferentes visibilidades no registo arqueológico que, no caso da intervenção da Rua dos Quartéis, parecem destacar as ocupações mais tardias, dentro do 3 milénio a.C.. Esta questão pode também encontrar resposta na materialização dos condicionalismos impostos pelas diferenças na área intervencionada e na dimensão dos conjuntos materiais, enviesando o processo comparativo.

Em suma, a ocupação da Rua dos Quartéis pode ser balizada entre o Neolítico Final e o Calcolítico, ainda que dentro deste período cronológico se possa individualizar alguns materiais indicadores de momentos mais tardios dentro do 3º milénio a.C.

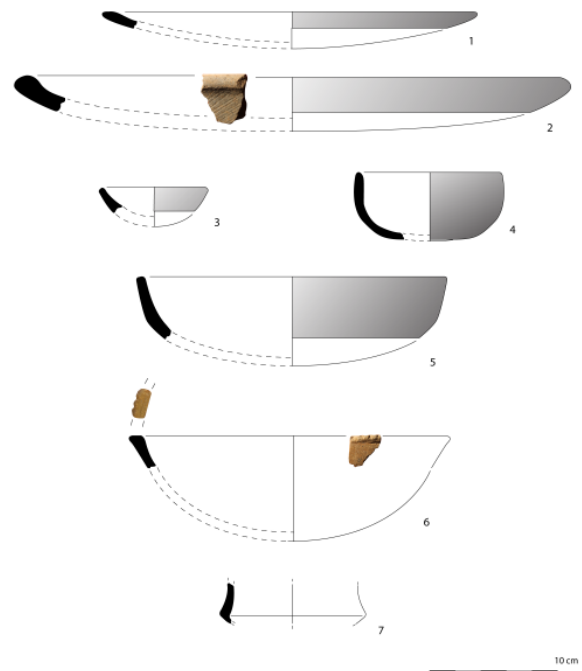


Figura 5 – Formas dos recipientes da Rua dos Quartéis.



Figura 4 – Amostragem do conjunto de Pedra Lascada da Rua dos Quartéis. 1 – Nódulo; 2 e 3 – Lascas; 4 – Furador; 5 a 10 – segmentos de produtos alongados.



Figura 6 – Cerâmicas decoradas identificadas na Rua dos Quartéis. 1 – Decoração geométrica incisa; 2 – Campaniforme inciso; 3- Linha pontilhada; 4 – Decoração interior incisa.



Figura 7 – Recipiente de mármore proveniente da intervenção da Rua dos Quartéis.

4. A Rua dos Quartéis no seu entorno

Compreender os contextos e os artefactos recuperados no âmbito da intervenção realizada na Rua dos Quartéis implica, após um primeiro momento de reflexão e conhecimento interno, identificar e caracterizar a paisagem natural e construída, contemporânea e imediata ao sítio. Em segundo plano, é necessário proceder ao seu enquadramento e interpretação numa área que, durante o 4º e o 3º milénio a.C., apresenta uma grande variedade de ocupações, com dinâmicas muito diversificadas.

Os contextos identificados na Rua dos Quartéis não podem deixar de ser associados, como previamente sublinhado, aos contextos que têm vindo a ser intervencionados na freguesia da Ajuda, em especial aqueles localizados entre a Calçada da Boa Hora, a Rua Aliança Operária e a Rua Diogo Cão. Nesta área, os achados atribuíveis à Pré-História Recente, têm permitido abordar a ocupação do actual território da cidade de Lisboa durante a Pré-História Recente.

A aparente coexistência dos contextos intervencionados na Travessa das Dores, no Antigo Quartel do Rio Seco e agora na Rua dos Quartéis, permite questionar a sua relação, podendo apontar-se para diferentes sítios arqueológicos autónomos, mas contemporâneos ou sequenciais, numa área inferior a 3,82 hectares, ou assumir-se a existência de um único sítio arqueológico, do qual seriam parte integrante os achados das três intervenções. Esta questão é fulcral na compreensão dos processos em curso durante o Neolítico Final e o Calcolítico nesta área concreta, verificando-se a necessidade de confrontação e articulação entre as intervenções nas diferentes áreas.

4.1. Separação ou aglutinação?

No caso da Travessa das Dores, os contextos identificados apresentam características que diferem do conhecido para a região de Lisboa, com a presença de um número mínimo de 20 fossas com morfologias diferenciadas, interpretadas como silos (Neto, *et al.* 2015: 238), que antecedem a edificação de estruturas nas paredes e no interior do que foi interpretado como um fosso, escavado na substracto margoso de base. No interior deste, foram identificados níveis de ocupação que incluem a formação de pisos e de estruturas de combustão, atingindo uma cota máxima intervencionada de 2,90m de profundidade, com uma largura que varia entre os 3,70m e os 8m (Neto, *et al.* 2015). Conta com uma morfologia tendencialmente rectilínea, cortando parte de algumas das estruturas negativas mais antigas, tendo sido aparentemente construído com recurso a escalonamento, verificando-se a mesma solução no que parecem ser “degraus” que facilitam o acesso ao seu interior (Neto, *et al.* 2015). Este tipo de arquitectura (fosso escalonado com estruturas no interior) é desconhecida em território nacional, ainda que em alguns recintos de fossos se tenha registado a abertura de fossas nos seus enchimentos ou algumas estruturas de combustão. Esta última realidade encontra-se presente nos recintos dos Perdigueiros, no caso concreto do Fosso 1 (Márquez *et al.*, 2013) e no Fosso 6, no Fosso 2 do Porto Torrão (Valera, Filipe, 2004) podendo

ainda aludir-se à presença de estruturas interpretadas como “habitacionais” no interior do fosso do recinto de Santa Vitória (Dias, 1996).

Pelo carácter ímpar da ocupação identificada na Travessa das Dores e pelo tipo de implantação e geologia identificadas, pensamos que a estrutura que tem vindo a ser interpretada como fosso pode ser repensada. Não é totalmente claro que a estrutura seja originalmente resultado de uma acção antrópica, podendo corresponder à utilização / adaptação de uma circunstância natural prévia. O tipo de substracto pode tanto originar a formação de grandes diáclases, como proporcionar canais cársicos, como ocorre no vizinho vale do Rio Seco. Ou seja, a presença de um efectivo recinto definido por um grande fosso, não sendo impossível, está ainda por demonstrar. No entanto, no que à Travessa das Dores respeita, não deixamos de estar perante uma maneira de ocupar e aproveitar o espaço existente desconhecida, até ao momento, na região, durante o 4º e 3º milénio a.C.

É igualmente questionável a interpretação imediatista do conjunto de fossas como uma “grande unidade de armazenamento comunitário” (Neto, *et al.* 2015: 273) sem que para isso sejam apresentados argumentos sólidos, assim como a existência de “fossas de armazenagem inacabadas” (Neto, *et al.* 2015: 285), sabendo-se que estas estruturas podem apresentar funcionalidades e dimensões muito diversificadas, como tem vindo a ser atestado em diversos contextos de fossas peninsulares (Bellido Blanco, 1996, Márquez Romero, 2001, Valera, 2008). Este tipo de estruturas apresentam características que não têm necessariamente de ser transversais, podendo a sua operacionalidade passar por diferentes esferas da vida social.

Esta singularidade estrutural identificada na intervenção da Travessa das Dores não se alarga aos materiais, já que foi possível verificar uma correspondência com as materialidades recuperadas na intervenção da Rua dos Quartéis, representando elementos “típicos” das cronologias avançadas para ambos. O denominador comum entre estes é a presença de bordos denteados, pratos com decoração interna e decoração de tipo folha de acácia, ainda que a segunda intervenção (Rua dos Quartéis), pelo seu carácter de diagnóstico, apresente menos material, podendo esta questão justificar uma expressão menos intensa da ocupação do Neolítico Final, materializada na reduzida representatividade das taças carenadas e de outros elementos diagnóstico. A presença de grandes conjuntos malacológicos é também uma característica partilhada, sendo o ponto discordante a identificação de artefactos em osso polido na Travessa das Dores, ausentes na Rua dos Quartéis, e a recuperação de um recipiente de mármore e possíveis fragmentos de cerâmica Campaniforme neste último sítio, inexistentes na Travessa das Dores.

Já a recente intervenção no antigo Quartel do Rio Seco (segundo os dados publicado no Jornal Expresso, de 16 de Setembro de 2017), permitiu reconhecer algumas semelhanças a nível estrutural, com a indentificação



Figura 8 – Implantação das intervenções mencionadas no texto, com indicação da possível área do sítio arqueológico..

de aglomerados pétreos que podem pertencer a um mesmo conjunto arquitectónico. Também os escassos materiais divulgados e publicitados parecem indiciar uma ocupação contemporânea entre os três sítios, ainda que as poucas informações disponíveis para o Antigo Quartel do Rio Seco não permitam balizar taxativamente as evidências materiais.

Assim sendo, as características dos contextos identificados nas diversas intervenções, parecem suportar a possível existência de um único sítio arqueológico na área do Rio Seco, indo ao encontro das características reconhecidas para a Estremadura portuguesa nesta cronologia, ainda que não se possa avançar com uma caracterização inequívoca do tipo de sítio em presença. No entanto, não podemos deixar de considerar a existência de dinâmicas sincrónicas e diacrónicas internas no sítio, passíveis de originar processos de reorganização, concentração, expansão, abandono e até descentralização das principais áreas de actividade, que podem justificar a presença e as diferentes representatividades espaciais de elementos que apontam para uma ocupação aparentemente mais tardia na Rua dos Quartéis, em oposição à Travessa das Dores, onde só foi possível caracterizar uma revisitação, da Idade do Bronze final, nos depósitos remexidos (Neto, Cardoso, 2017). O mesmo cenário foi há muito reconhecido em sítios da região, como o Castro de Leceia (Cardoso, 2010), o Penedo do Lexim (Sousa, 2010) ou o Castro do Zambujal (Kunst, 2006), ilustrando a intensa ocupação da Estremadura no período em análise, principalmente materializada pelo que tradicionalmente se designa, de forma abrangente, por povoados fortificados.

A partilha de características regionais é visível não só a nível das arquitecturas, como na identificação de possíveis estruturas habitacionais, de combustão, fossas e muros, que podem definir áreas amuralhadas, recorrendo a elementos pétreos disponíveis localmente, mas também a nível dos materiais, com presença dos elementos mais comuns e espectáveis em sítios da transição do 4º para o 3º milénio a.C., como a cerâmica, lisa e decorada, utensílios líticos foliáceos, peças em osso polido e artefactos mais raros, como recipientes de mármore/calcário.

A própria implantação dos três contextos no relevo de Lisboa, a meia encosta com uma forte ligação ao rio Tejo, consolida a sua associação, já sugerida pelos dados arqueológicos e pelas arquitecturas, verificando-se o desenvolvimento deste hipotético sítio arqueológico numa zona onde confluem antigas ribeiras, sendo a mais importante a do Rio Seco. Estes cursos de água desembocam directamente no rio Tejo, o qual à data teria a sua margem muito aproximada do sítio, situação geográfica concreta que é desconhecida para outros contextos da época, e na região, com estruturas delimitadoras. Este posicionamento e as arquitecturas presentes no sítio poderiam relacionar-se com estratégias específicas de ocupação do território, desenvolvidas no âmbito de uma rede local/regional de povoamento. Podemos ainda adicionar, como uma das valências que pode ter influenciado a implantação do sítio, a presença de cavidades cársicas, que acentuam a habitabilidade (para vivos e/ou para mortos) e os recursos disponíveis na área envolvente ao Rio Seco, dotando-o de características únicas.

5. Uma paisagem pré-histórica

Numa análise mais regional, as comparações encontram-se principalmente relacionadas com paralelismos materiais, reconhecendo que as informações disponíveis são parcas e não permitem caracterizar solidamente o tipo de sítio que aqui tratamos. Assim sendo, destaca-se, em primeira instância, o sítio de Montes Claros, que conta com uma forte ocupação do Neolítico Final, assim como com uma presença Campaniforme ímpar (Jalhay et al., 1944; Cardoso e Carreira, 1995). Desenvolve-se no topo de Monsanto, atingindo aproximadamente os 160 m, contrastando com a implantação dos sítios na Ajuda, com aproximadamente 38m de altura. A nível de materiais, tal como verificado nos sítios vizinhos, verifica-se uma correspondência genérica nos tipos e morfologia identificadas, quer a nível cerâmico, como a nível dos artefactos líticos. Também a presença de exemplares com motivos decorativos Campaniformes incisos relaciona a Rua dos Quartéis ao sítio de Montes Claros, podendo conjecturar-se uma possível ligação entre ambos, dada a proximidade espacial e cronológica.

Acrescem outras intervenções pontuais, resultantes de trabalhos desenvolvidos ao longo do século XX em diversas áreas da Freguesia da Ajuda, permitiram recuperar vestígios de cronologia Pré-Histórica, ainda que estes se reportem principalmente a achados isolados, sem contexto arqueológico caracterizados de forma sistemática e sólida. Como outros sítios identificados, com uma implantação que deixa compreender claras relações com o Tejo, podem ser apontados, como o caso da Junqueira (Vaultier e Byszewski, 1947; Leitão, et al., 2017, p. 168) e ainda a Cerca dos Jerónimos (Correia, 1913; Leitão, et al., 2017, p. 168).

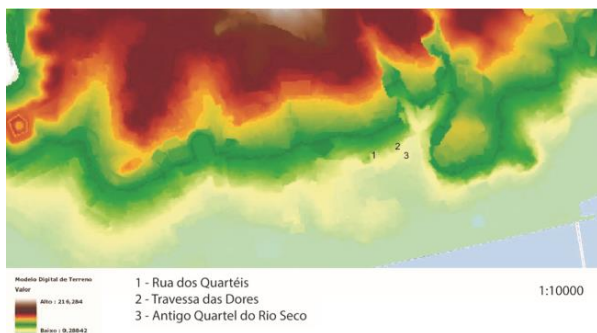


Figura 9 – Implantação das intervenções mencionadas no texto, em relação com o relevo (<http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>).

6. Alguns apontamentos...

Em suma, o cariz de diagnóstico da intervenção realizada na Rua dos Quartéis, assim como a dimensão do conjunto de materiais recolhida, não permite compreender ou avançar com a caracterização precisa sobre uma teórica funcionalidade do sítio e dos contextos identificados. Ainda assim, o balizamento cronológico avançado, entre o Neolítico final e o Calcolítico Final, parece-nos sustentado

não só pelos materiais, como pelas intervenções adjacentes (Travessa das Dores e Antigo Quartel do Rio Seco). Estas podem, no nosso entender, ser agrupadas num único possível sítio arqueológico, ainda que não possamos nomear o tipo de ocupação identificada, ou os correspondentes limites, evitando incorrer em interpretações precipitadas e baseadas em considerações pouco sustentadas pelo registo arqueológico. Podemos, contudo, afirmar que os sítios arqueológicos estremenhos tendem a apresentar-se como dinâmicos a nível de ocupação, podendo sofrer processos de abrandamento, expansão e descentralização, que podem justificar a incidência e a maior visibilidade de determinadas cronologias, em áreas/intervenções concretas.

Se a imagem já obtida em todas estas intervenções nos parece remeter para um importante (e grande) sítio arqueológico da Pré-História Recente, os dados disponíveis são ainda frágeis e muito parcelares, sustentando mais hipóteses do que interpretações bem fundamentadas. Daqui decorre que várias das ideias agora apresentadas, devem ser confirmadas, relacionadas e confrontadas com dados que possam advir de novas intervenções e respectivas publicações, que abordem o sítio de forma integrada, não caindo no erro de o de o tratar de forma fragmentada e desassociada.

Referências Bibliográficas

- BELLIDO BLANCO, Antonio, (1996), *Los campos de hoyos. Inicio de la economía agrícola en la submeseta norte*, Studia Archaeologica, 85, Valladolid, Universidad de Valladolid.
- CARDOSO, J. L. (2010), Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): evolução arquitectónica do sistema defensivo e das técnicas construtivas correlativas, *Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Colóquio Internacional* (Cascais, 2005), 43-63.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. (1995), O povoado pré-histórico de Montes Claros (Lisboa): Resultados das escavações de 1988. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 5: 277-298.
- CORREIA, V. (1913), *Lisboa prehistorica. III A estação da Cerca dos Jerónimos*, Lisboa, Imprensa Progresso.
- COSTA, F. (2017), Obras da Misericórdia destapam povoação com cinco mil anos, *Jornal Expresso*, 16 de Setembro de 2017, Impresso.
- DIAS, A.C. (1996), *Elementos para o estudo da sequência estratigráfica e artefactual do povoado calcolítico de Santa Vitória*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- JALHAY, E.; PAÇO, A. DO; RIBEIRO, L. (1994), Estação pré-histórica de Montes Claros – Monsanto, Câmara Municipal de Lisboa, *Revista Municipal*, 20/21: 17-28.
- KUNST, M. (2006), Zambujal and the Enclosures of the Iberian Peninsula, (HARDING, A. SIEVERS, S.; VENCLOVÁ, N. ed.), *Enclosing the past: inside and outside in prehistory*. Sheffield: J. R. Collis, (Sheffield Archaeological Monographs. 15): 76-96.
- LEITÃO, E.; DIDELET, C.; CARDOSO, G. (2017), Análise espacial da área do município de Lisboa durante a Pré-História Recente. *SCIENTIA ANTIQUITATIS*, 1: 155-176.
- MÁRQUEZ ROMERO, J. E. (2001), De los campos de silos a los agujeros negros: sobre fosas, depósitos y zanjas en la Prehistoria Reciente del Sur de la Península Ibérica, *Spal*, 10: 207-220.

- MÁRQUEZ, J.E.; MATA VIVAR, E.; JIMÉNEZ JÁIMEZ, V.; SUÁREZ PADILLA, J. (2013), Dataciones absolutas para el fosso 1 de Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Reflexiones sobre su cronología y temporalidade, *Spal*, 22: 17-27.
- NETO, N.; CARDOSO, J.L. (2017), O sítio Neo-Calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda-Lisboa), *Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa*, 25-36.
- NETO, N.; REBELO, P.; CARDOSO, J. L. (2015), O povoado do Neolítico Final e do Calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda - Lisboa), *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 22: 235-280.
- PAIS, J. et al. (2006), *Notícia explicativa da folha 34*, Lisboa, Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação. Lisboa, 14.
- PEREIRO, T. do; CABAÇO, N. (2017), Relatório: *Pedido de informação Prévio (PIP) para o projecto de urbanização do espaço central do quarterão delimitado pela Rua dos Quarteis, Rua Alfredo da Silva e Calçada da Boa Hora, Freguesia da Ajuda, Lisboa*. Projecto nº 1711.17. ERA Arqueologia S.A.
- SOUSA, A.C. (2010), *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Tese de doutoramento em História com especialidade em Pré-História entregue à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VALERA, A.C. (2008), O recinto calcolítico dos Perdigões: fossos e fossas do Sector I, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3:19-27.
- VALERA, A.C.; FILIPE, I. (2004), O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), *Era Arqueologia*, 6: 28-61.
- VAULTIER, M.; ZBYSZEWSKI, G. (1947) – *Estação Pré-histórica da Junqueira. Lisboa e o seu termo. Estudos e documentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1. p.11-33.

LARGO DA ARTILHARIA Nº1 E 2, LISBOA: INTERVENÇÃO NO ESPAÇO DA APPI (ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA PRIMEIRA INFÂNCIA)¹

Alexandre Sarrazola²
Ever Calvo²

Resumo:

Os trabalhos de acompanhamento realizados pela ERA no âmbito da reabilitação do espaço da Associação para a Protecção da Primeira Infância (APPI) garantiram uma equilibrada relação entre desenvolvimento urbano e prevenção patrimonial, não obstante a ausência de evidências contextuais de carácter arqueológico. Destaca-se a proximidade entre o Local e o Museu Militar assim como de um cais setecentista.

Abstract:

Archaeological works at Largo da Artilharia, n. 1 and 2, Lisbon: intervention at APPI (association for Protection of Childhood).

The archaeological monitoring works carried out in 2013/2014 are planned as part of the project for alterations to the set of buildings located at Largo do Museu de Artilharia, n.º 1 awarded to Era-Arqueologia, S.A. by APPI - Associação Protectora da Primeira Infância. The space is located near the Military Museum, where there was a river wharf in the 17th century. In the absence of any material evidence of an archaeological nature, the work allowed not only an effective protection of the heritage, but also the continuation of the works of APPI without any cultural affection.

1. Empreendimentos privados e respeito pelo património cultural

Conforme já foi dito noutro lugar, “na actual conjuntura nacional e europeia não é possível perspectivar o desenvolvimento social e económico, na vertente em que este concerne à qualidade de vida das populações, sem focar uma especial atenção sobre o património cultural. Em concreto, a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável no presente, preparando as condições para a cidadania no futuro, não pode deixar de se alicerçar na construção plurifacetada do passado, projectado na vida social sob a forma de memória colectiva.” (Sarrazola, 2000). De facto, conforme se encontra expresso na Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico

(Revista) – de 1992, ratificada pelo Estado Português em 1997 – o património arqueológico constitui uma fonte de memória colectiva, constatando-se que a necessidade de o proteger “se deveria reflectir nas políticas de ordenamento urbano (...) de desenvolvimento cultural”. Considerando a amplitude do conceito e âmbito do património cultural, nos termos em que se encontra definido no enquadramento legislativo nacional (Lei do Património – Lei 107/2001 de 10 de Setembro de 2001) - i.e., abrangendo os campos de interesse “histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, social, industrial ou técnico”, assim como “bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas”, não admira que se assuma como um dos princípios gerais (da Lei 107/2001) a “coordenação, articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo”, com imperativo envolvimento e responsabilização dos privados, do estado (...) autarquias locais e restante Administração Pública nas tarefas fundamentais de conhecimento, estudo, protecção valorização e divulgação.

¹ O presente artigo contém informações que foram publicadas no órgão de divulgação da APPI (Associação Protectora da Primeira Infância).

² Era Arqueologia, S.A.



Figura 2 – Localização na carta de Braunio (Século XVI).



Figura 3 – Pormenor de elemento arquitectónico.

3. Resultados e considerações finais

De facto, todas as escavações realizadas limitaram-se ao interior dos edifícios em processo de reabilitação, alcançando cotas de afectação que variam entre cerca de 1 metro, no caso do edifício da Creche e a sapata da grua, até aos 40 cm do edifício do Refeitório.

Em todos estes casos, salvo o pequeno troço de perfil no edifício do refeitório com apenas cerca de 30cm visíveis e registados, foi impossível realizar o registo de cortes ou planos que permitam obter uma caracterização da estratigrafia existente no local antes do início da obra.

Não tendo sido detectada qualquer evidência material de carácter arqueológico, os trabalhos preveniram não só uma acção de efectiva salvaguarda patrimonial, como se garantiu a prossecução das obras da APPI sem afectação de bens culturais.

Bibliografia

- BARKER, P. (1989), *Techniques of archaeological excavation*, 2 ed. [1ª Ed. 1977], London, Batsford Book.
- CARANDINI, A. (1997), *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, [1ª Ed. 1981], Barcelona, Editorial Critica.
- HARRIS, E. C (1991), *Principios de Estratigrafia Arqueológica*, [1ª Ed. 1979], Barcelona, Editorial Critica.
- NEVES CARNEIRO, António (2010) – *Acompanhamento Arqueológico da Rua do Paraíso / Calçado do Forte nº58-62*, Texto policopiado, Lisboa, Era Arqueologia
- SANTANA, Francisco e Eduardo SUCENA, dir. (1994), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas e Associados.
- SARRAZOLA, A. (2000), *Arqueologia e acompanhamento de obras: um equilíbrio em construção*; Revista ERA, 2: 52-68.
- SILVA, A. Vieira da (1987), *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, [1ª Edição 1949].

UM OLHAR SOBRE A EVOLUÇÃO DO EXTINTO TRIBUNAL DA BOA HORA

Inês Simão¹
Catarina Furtado¹
Marina Lourenço¹
Lucy Shaw Evangelista¹

Resumo:

O edifício onde se instalou o extinto Tribunal da Boa Hora situa-se no actual Largo da Boa-Hora, na Baixa de Lisboa. A sua localização, numa área de elevada riqueza patrimonial e reconhecido potencial arqueológico, implicou que as obras decorrentes do seu projecto de reabilitação incluíssem um conjunto de trabalhos arqueológicos. Estes trabalhos permitiram recolher um conjunto diverso de dados arqueológicos que possibilitam um olhar sobre a evolução desta área edificada, tanto ao nível da sua construção e evolução arquitectónica, como dos seus antecedentes, contribuindo para um melhor entendimento da evolução da baixa lisboeta.

Abstract:

Approaching the evolution of the extint Boa Hora court.

The building where the Boa Hora court functioned is located in the Boa-Hora square, downtown Lisbon. It is in an area of significant heritage and archaeological interest, implicating the inclusion of archaeological work in the rehabilitation project. In this work, a diversified assemblage of archaeological data about the evolution of the building was collected, regarding its construction and architecture and precedent structures, contributing to a better understand of the development of the historical center of the city of Lisbon.

1. Equadramento e contextualização histórica

O antigo Tribunal da Boa Hora situa-se na esquina da Calçada de S. Francisco com a Rua Nova do Almada, prolongando-se até ao Largo da Boa-Hora, na Baixa de Lisboa. Esta localização, numa área de elevada riqueza patrimonial e reconhecido potencial arqueológico, implicou que as obras decorrentes da execução do seu projecto de adaptação parcial, para construção de uma nova Escola Básica e Jardim de Infância, incluíssem um conjunto de trabalhos arqueológicos.

Assim, os trabalhos agora realizados, a cargo da Era Arqueologia S.A., consistiram numa abordagem arqueológica integrada que contemplou diversas vertentes, entre as quais: um conjunto de sondagens de diagnóstico arqueológico, que nos permitiu compreender o real potencial arqueológico do sítio; um conjunto de sondagens parietais, nas áreas onde o projecto previa afectações do edificado, para registo da evolução construtiva do edificado; e o posterior acompanhamento arqueológico dos trabalhos de implementação do projecto (Simão, Furtado, Lourenço, 2016).

O edifício onde se instalou o extinto Tribunal da Boa-Hora, ocupando um amplo quarteirão da Rua Nova do Almada, na actual freguesia lisboeta de Santa Maria Maior, tem as suas raízes no antigo Convento da Boa Hora, construído no século XVII.

¹ Era – Arqueologia, S.A.

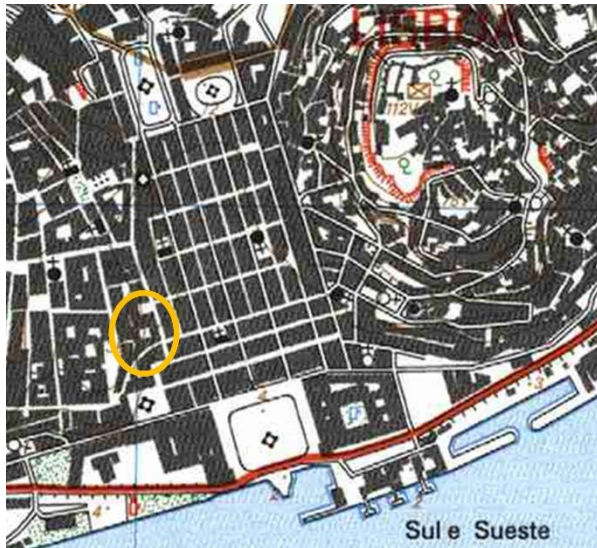


Figura 1 – Localização do antigo Tribunal da Boa Hora na Carta Militar de Portugal, 1:25 000, Folha 431 e fragmento da Planta de Lisboa com a área do Convento da Boa Hora e sua igreja antes (a vermelho) e depois do terramoto de 1755 (a negro), (Vieira da Silva, 1987).

Figura 2 – Localização da área edificada após 1755 na Planta Topográfica de Lisboa de 1780 e no Levantamento de Lisboa de Filipe Folque, 1856-1859. Na 1ª planta observa-se a localização da nova igreja junto ao Largo da Boa Hora (correspondendo na sua legenda ao nº61).

Este convento terá sido fundado em 1633, por D. Luís de Castro do Rio, Senhor de Barbacena, cujo palácio se instalava também neste quarteirão, ao ceder o antigo sítio conhecido por Pátio das Comédias ou Fangas da Farinha, num edifício contíguo ao seu palácio. Nesta fase inicial este espaço monástico foi ocupado por padres dominicanos irlandeses que aí terão construído uma igreja provisória, passando depois para os irmãos da Congregação de S. Filipe de Néri (Araújo, 1993: 32).

Em 1677 o espaço é finalmente cedido aos Eremitas Descalços de Santo Agostinho que o ocupam até ao terramoto de 1755. Será com a chegada dos padres agostinhos, no último quartel do século XVII, que se constrói uma nova igreja, ladeando a recentemente aberta Rua Nova do Almada. Este espaço religioso é dedicado à Nossa Senhora da Boa Hora, sob a protecção da Rainha D. Luísa de Gusmão e tendo como padroeiros os vizinhos Senhores de Barbacena (Santana, Sucena, 1994: 177-178).

O terramoto de 1755 terá danificado muito o edifício, obrigando à sua total reconstrução. Os relatos conhecidos dizem-nos que entre o elevado conjunto de conventos existentes na parte antiga da cidade, o da Boa-Hora foi um dos que ficaram reduzidos a cinzas, tendo-se perdido inclusive a sua excelente e antiga biblioteca (Mendonça, 1758: 127).

A reconstrução do convento traz-nos a fisionomia que hoje observamos, seguindo os princípios urbanísticos e arquitectónicos da nova baixa pombalina, com o seu grande claustro, em volta do qual várias dependências foram sendo construídas.

Nesta altura a igreja terá mudado de localização, para o actual Largo da Boa Hora, precisamente para a área de implementação do projecto da nova Escola da Baixa (Barbosa, 2014: 21).

Com a extinção das Ordens Religiosas em 1834, o convento veio a servir de quartel ao 1º Batalhão dos Bombeiros Voluntários do Comércio, assim como, de sede da Guarda Nacional de Lisboa, para, finalmente, ficar na dependência do Ministério da Justiça, transformando-se no Tribunal da Boa-Hora (Santana e Sucena, 1994: 177-178).

Já neste contexto, vão-se realizar, durante todo o século XX, importantes obras de adaptação à sua nova função, assim como de ampliação do edifício de origem pombalina, como exemplifica o acrescento de pisos no mesmo.

2. Contextos identificados

Tendo em conta a evolução histórica conhecida para esta área edificada, pode considerar-se que a traça geral de todo o quarteirão que englobava o Tribunal da Boa Hora é de origem pombalina, correspondendo à reconstrução pós-terramoto do muito afectado Convento da Boa Hora e antigo Palácio dos Condes de Barbacena.

As ocupações ocorridas após o abandono do seu uso como convento, durante os séculos XIX e XX, trouxeram alterações tanto ao nível da sua compartimentação interior, com o surgimento de um conjunto de novos compartimentos, (delimitados por paredes de tabique com tijolo industrial), como da própria área construída, tendo sido acrescentado nesta altura o edifício de três pisos que ocupa a zona Oeste deste quarteirão e onde se instalará a futura escola.

No piso 0, os trabalhos realizados permitiram genericamente verificar que este edifício se encontra construído sobre o substrato geológico local, apresentando um subsolo muito afectado por obras decorridas em período contemporâneo, fruto do seu uso como tribunal.

Neste piso não se identificaram vestígios associados a uma ocupação mais antiga desta área da cidade, surgindo sim, alguns contextos relacionados com a sua utilização como espaço conventual, destacando-se as realidades estruturais observadas na sala de entrada da futura escola, na zona

Oeste deste quarteirão, e os contextos funerários identificados sob um vão de escada de acesso ao piso 1.

Num dos compartimentos a Oeste deste edifício, na sala de acesso à nova escola, os trabalhos realizados permitiram identificar um conjunto de estruturas em alvenaria de argamassa, com elevado grau de preservação.

Formavam um compartimento subterrâneo, rectangular, medindo cerca de 6mx3,5m, dividido, a Oeste, em três pequenos nichos, delimitados por arcos de volta perfeita.



Figura 3 – Vistas gerais da área compartimentada identificada.



Figura 4 – Localização do conjunto osteológico identificado em fotografia aérea.

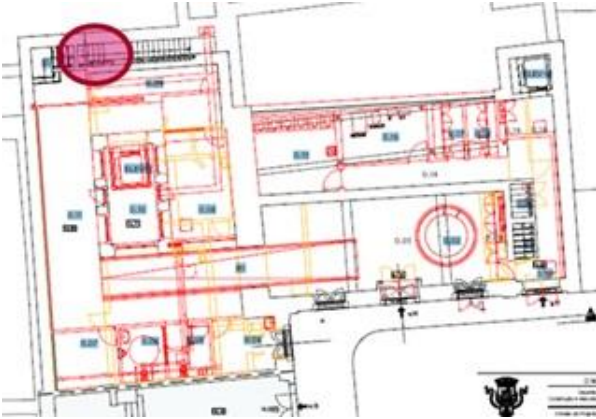


Figura 5 – Localização do conjunto osteológico identificado no projecto de obra da CML.

Esta área encontrava-se integralmente preenchida por níveis de aterro do século XX, verificando-se a presença de lixos diversos e abundante material de construção industrial.

O seu desaterro permitiu identificar, a cerca de 1,80m de profundidade, um nível de pavimentação constituído por alcatrão, encostado às suas paredes.

A presença deste tipo de material, conjugado com a presença de um reboco em cimento nos alçados interiores destas paredes, permitiu compreender que a mesma foi reutilizada durante o século XX, com provável função de armazenamento de água, tendo estes materiais sido utilizados como impermeabilizantes.

As suas paredes foram edificadas sobre um nível de aterro, com elementos característicos do século XVII/XVIII, sendo possível ponderar a construção da presente realidade num momento cronológico pós-terramoto, na 2ª metade do século XVIII, possivelmente associada à reconstrução do Convento da Boa Hora. De acordo com a cartografia antiga de Lisboa, será neste momento que o convento se expande para a zona do Largo da Boa Hora.

Contudo, com os dados disponíveis não foi possível compreender a sua função original.

Perante a identificação deste contexto arqueológico e tentando preservar ao máximo as estruturas identificadas, procedeu-se a algumas alterações do projecto em execução, subindo-se a cota do pavimento desta sala e prevendo-se a instalação de uma “janela” no novo pavimento, de forma a permitir observar o interior desta realidade.

Já num outro compartimento do mesmo piso 0, a abertura parcial de uma parede, permitiu observar o interior do vão de escada que permitia o acesso ao Piso 1, local onde se encontrava um amontoado de ossos humanos, depositados directamente no chão, sob a referida escadaria.

Claramente descontextualizados, correspondiam a uma deposição secundária, decorrida provavelmente durante uma das campanhas de obras do Tribunal, em meados do século XX.

As fortes alterações deste edificado, durante este período, vieram descaracterizar por completo a antiga igreja e o convento, espaços aos quais se deveria associar, também, uma área de necrópole.

As obras mais recentes, entre as quais se conta a construção de uma placa de betão a cerca de 1m de profundidade na zona das celas dos prisioneiros, (correspondendo à área de implantação da igreja pós 1755), trouxeram a provável identificação e afectação dos contextos funerários associados a este espaço religioso.

O que é inusitado é precisamente o “cuidado” que houve, nessa altura, em transportar este espólio osteológico e depositá-lo debaixo desta escadaria, selando-se posteriormente o seu vão.

Perante a sua identificação, compreendeu-se desde logo a necessidade de uma intervenção de cariz antropológico que permitiu remover os ossos deste local e recolher os dados ainda possíveis sobre os mesmos.



Figura 6 – Vista geral do espólio osteológico identificado e trabalhos de recolha do mesmo.

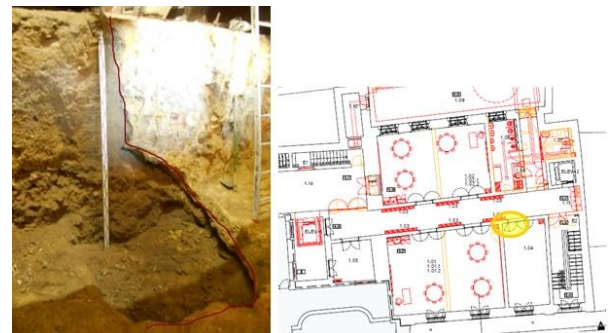


Figura 7 – Vista geral do silo identificado e sua localização no projecto de obra.

Os trabalhos de exumação permitiram observar um ossário de grande dimensão, que correspondia à grande maioria dos ossos aqui empilhados, directamente assentes sobre o piso de betão e aqui deixados sem qualquer cobertura.

Verificou-se depois que os mesmos foram colocados em redor e por cima de duas caixas em madeira, também com espólio osteológico no seu interior.

No piso 1 os trabalhos de acompanhamento realizados permitiram verificar que, a parte Norte do edifício, assentava sobre o substrato geológico local, enquanto a zona Sul assentava sobre um grande nível de aterro contemporâneo, provavelmente associado à construção desta ala Norte do edifício durante o século XIX ou suas remodelações no século XX.

Neste piso, os trabalhos de construção de uma nova área técnica, colocaram à vista uma estrutura negativa tipo silo, escavada na rocha, já parcialmente destruída pela construção desta ala do edifício. Apesar do elevado grau de afectação foi possível observar que apresentava um perfil “em saco”, com cerca de 2,5m de diâmetro máximo observável.

Uma primeira limpeza desta estrutura negativa, permitiu verificar que se encontrava preenchida, no nível colocado à vista, por um nível de entulho com materiais da 2ª metade do século XVII / 1ª metade do século XVIII.

Desde logo se compreendeu que a escavação desta realidade arqueológica, preservada debaixo das paredes do edifício em remodelação, trazia sérios problemas de segurança, não tendo, assim, sido possível realizar nenhuma intervenção sobre a mesma. Uma vez que não foi necessária nenhuma afectação desta estrutura negativa no âmbito do presente projecto, esta foi recoberta e preservada in situ.

Não foi assim possível realizar uma adequada caracterização desta realidade arqueológica, principalmente no que toca ao seu enquadramento cronológico. É possível afirmar que corresponde a uma estrutura negativa de construção prévia aos imóveis pombalinos, tendo sido afectada pela sua edificação, no entanto não é viável apontar-lhe uma data de execução, sendo possível, pela sua tipologia, ponderar um enquadramento genérico no período Medieval / Moderno.

No piso 2 os trabalhos de escavação arqueológica e acompanhamento incidiram genericamente sobre os dois logradouros do edifício, instalados na encosta que leva ao actual Chiado.

Neste piso importa destacar o logradouro Sul, onde foi possível identificar um conjunto de contextos arqueológicos preservados, constituídos por algumas estruturas e níveis de pavimento em calçada, que foram integralmente intervencionados na área de afectação prevista em projecto.

Correspondendo a um conjunto de realidades contemporâneas entre si, estes contextos vêm documentar o

urbanismo deste espaço durante o período Moderno, nomeadamente, com a presença de uma antiga artéria urbana e áreas edificadas.

Importa referir as habituais limitações na interpretação destas realidades, observadas parcialmente, fruto da área e cota de intervenção restritas ao projecto em curso.

Mesmo assim a estratigrafia observada e os dados da cartografia antiga de Lisboa, permitem ponderar uma associação destes contextos à antiga Rua dos Cabides, uma artéria urbana de Lisboa pré-terramoto, que permitia a ligação da zona alta do Convento de S. Francisco ao actual Largo da Boa Hora, e ao antigo Palácio do Visconde de Barbacena, localizado na área de implantação do actual Tribunal.



Figura 8 – Vistas gerais dos contextos identificados no logradouro Sul do Piso 2.

O espaço é marcado pela presença de uma calçada, junto à parede que limita a Oeste a área do logradouro, e que corresponde provavelmente à referida antiga artéria urbana, com cerca de 2m de largura e uma forte pendente para Norte.

O muro [706] surge paralelo à actual parede Oeste do logradouro, definindo-se como limite entre esta calçada e a área edificada a Este do mesmo. Corresponderia assim ao

antigo limite do Palácio dos Barbacenas, separando-o da Rua dos Cabides.

O actual limite deste logradouro deveria assim corresponder ao limite dos edificios a Oeste do Palácio dos Barbacenas, tendo esta artéria urbana posteriormente sido fechada e integrada no espaço do actual edificio.

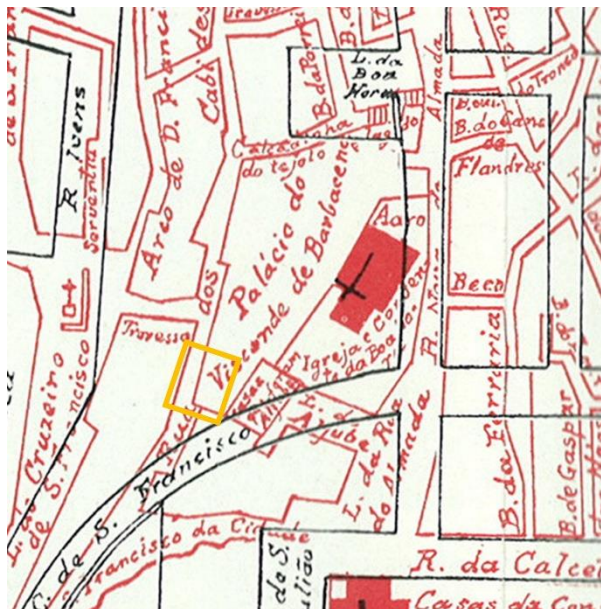


Figura 9 – Fragmento da Planta de Lisboa com localização da antiga Rua dos Cabides, o Palácio do Visconde de Barbacena e o Convento da Boa Hora na sua localização pré-terramoto. (Vieira da Silva, As muralhas da Ribeira de Lisboa, vol.1, CML, 1987). A amarelo observa-se a área agora intervencionada.



Figura 10 – Vista geral das estruturas que se podem associar ao antigo Palácio dos Condes de Barbacena..

Ao nível da área edificada, a Este do mencionado muro [706], esta é constituída por dois muros, que, embora de contornos não totalmente compreendidos no âmbito destes trabalhos, demonstram uma alteração do espaço arquitectónico que hoje corresponde ao Tribunal da Boa Hora.

As áreas delimitadas por estes muros têm níveis de pavimento, também em calçada, de características similares ao arruamento já referido, podendo corresponder a antigas áreas exteriores ou de logradouro do Palácio dos Barbacenas.

Ao nível da estratigrafia observada verificou-se que estes contextos se encontravam cobertos por níveis de aterro do século XIX / XX, caracterizados pela presença de abundantes elementos construtivos industriais, vestígios da remodelação deste espaço em período contemporâneo.

Os depósitos sobre os quais foi construída a referida calçada, (intervencionados apenas numa pequena sondagem onde o piso já se encontrava destruído), continham alguns materiais arqueológicos, nomeadamente fragmentos de cerâmica comum e faiança, que permitem apontar-lhe uma cronologia da 2ª metade do século XVII / 1ª metade do século XVIII.

Conforme referido, estes contextos arqueológicos representam assim parte da evolução urbana desta área da cidade de Lisboa, podendo, com as devidas limitações, ser enquadrados cronologicamente num período pré-terramoto e destacando-se por um elevado grau de preservação.

Considerando a sua presença numa área exterior, onde o projecto de obra previa a implantação de uma área de pátio ajardinado, foi possível à equipa de projectistas algumas alterações de projecto, de forma a preservar in situ estas realidades patrimoniais.

Após os trabalhos de registo arqueológico estas estruturas foram cobertas com geotêxtil e areia, prosseguindo depois os trabalhos associados à presente empreitada.

3. Antropología biológica: resultados

Como mencionado, os trabalhos realizados no âmbito deste projecto puseram a descoberto um vasto conjunto de material osteológico descontextualizado, correspondendo a deposições secundárias ocorridas em meados do século XX, no âmbito de obras ocorridas no Tribunal da Boa Hora. A sua presença neste edifício deverá estar associada à utilização original do Convento da Boa Hora, durante os séculos XVII a XIX, como área de necrópole (Lourenço, *et al.*, *no prelo*).

O material, identificado após a demolição de uma parede lateral do vão da escadaria, estava disposto directamente sobre um chão de betão, na extremidade mais baixa deste vão, sendo claro o carácter contemporâneo da acção antrópica que armazenou os restos esqueléticos neste local.

Tendo em conta a descontextualização do material, os dados relativos à arquitectura funerária ficaram severamente condicionados, contudo, alguns elementos dos rituais funerários resistiram. De facto, o conjunto de ossos, incluía duas caixas de madeira com aproximadamente 50 cm de largura por 70 cm de comprimento. Foram denominadas por caixa 1 e caixa 2 e ambas estavam ocupadas na totalidade por peças ósseas. A caixa 1 apresentava uma divisória central e uma tampa e a 2 apenas um espaço amplo onde os ossos foram cuidadosamente arrumados, estando 4 crânios alinhados, paralelamente a um conjunto de ossos longos dos membros inferiores e perpendicularmente a estes um conjunto de ossos dos membros superiores.

O espólio arqueológico que acompanhava este conjunto é discreto, porém bastante interessante. Estava concentrado maioritariamente no compartimento Este da caixa 1 e é constituído por uma variedade de fragmentos de tecido de diferentes tipologias, que poderão enquadrar-se em mortaldas ou forros funerários, bem como em peças de vestuário, várias solas de sapato de fabrico artesanal, assim como pegas em ferro de caixão e alguns pregos.

Os fenómenos de origem tafonómica que caracterizam esta amostra são diversos, apesar de não ser conhecido o ambiente original de deposição. Alguns achados orgânicos como pequenas madeixas de cabelo, pilosidades e restos de massa encefálica mumificados, são possíveis indicadores de uma cronologia relativamente recente,

Foram identificados fenómenos de colonização de fauna e flora através da presença de várias teias de aracnídeos, impressões e crescimento de algumas raízes. As alterações cromáticas consequentes do contacto com metais também marcam presença, distinguindo-se sobretudo manchas verdes resultantes do contacto com o cobre/bronze, machas alaranjadas do contacto com o ferro e tonalidades acastanhadas da proximidade com os tecidos. As fracturas de origem post mortem encontradas resultaram provavelmente do desenterramento das ossadas para posterior arrumação em caixas de ossário ou redução. Determinadas peças foram consideravelmente atingidas por argamassa e betão.

O agente tafonómico que se destaca particularmente nesta amostra, quer pela sua extensão quer por estar relacionado com ambientes específicos, é a formação de cristais salinos na superfície dos ossos. Esta condição ocorre quando existe contacto entre superfícies impregnadas com sais que migram através da humidade para superfícies que as absorve.

No que concerne à análise paleodemográfica, foram analisados na totalidade aproximadamente 1606 peças completas ou fragmentos osteológicos. Em várias situações foi clara a compatibilidade entre ossos pertencentes ao lado direito e ao lado esquerdo de um mesmo indivíduo, assim como a relativa correspondência entre o número dos ossos bilaterais. A estatística geral aponta para um conjunto que constitui um ossário artificial composto por um número mínimo de 43 indivíduos, (contabilizado a partir da totalidade

de úmeros direitos dos indivíduos adultos). De acordo com os perfis biológicos traçados, verificam-se 39 adultos (90,70%) e 4 não adultos (9,30%). Estes dados reflectem que esta não corresponde a uma amostra natural, devido à grande percentagem de indivíduos adultos relativamente aos não adultos. Quanto à diagnose sexual, avaliada nos adultos, apuraram-se 11 indivíduos (28,21%) do sexo feminino, 17 (43,59%) do sexo masculino e 11 (28,21%) onde esta análise se mostrou indeterminada.



Figura 11 – Trabalhos de exumação do material osteológico.



Figura 12 – Vista geral do ossário e das caixas em madeira cobertas pelo mesmo.

A média da estimativa das estaturas para o sexo feminino é de 151,89 cm, atingindo um mínimo de 1145,38 cm e um valor máximo de 156,97 cm. No caso dos indivíduos do sexo masculino, os valores da estatura sobem sensivelmente 13 cm, a média estimada para estes é 165,84 cm, com um mínimo de 157,33 cm e uma estatura máxima de 170,70 cm.

Foram detectados diversos tipos de patologias, embora deva ser tido em conta que este estudo tem por base peças ósseas isoladas e não indivíduos completos, o que reduz significativamente a possibilidade de aferir diagnósticos diferenciais precisos.

A patologia degenerativa articular está presente em cerca de 15,85% da amostra, atingindo sobretudo as articulações dos joelhos e cotovelos e a coluna vertebral, apresentando, esta última, formas graves, sob a forma de osteoartrite com desenvolvimento de osteófitos nas vértebras, de nódulos de Schmorl e um caso de DISH. Verificaram-se vários exemplos de eburnação e de osteoartrite. Estas lesões devem-se normalmente aos processos degenerativos próprios do avançar da idade, mas também podem resultar de stresses mecânicos ou de lesões ocorridas durante a vida activa.

A patologia degenerativa não articular ou entesopatia afecta 13,05% do conjunto. No geral a sua severidade é ligeira, mas existem casos bastante expressivos, como por exemplo, na linea aspera de um fémur, na fossa solear de uma tibia e na inserção do tendão de Aquiles de um calcâneo. Estes casos em particular são característicos da existência de carga física repetitiva ou agressiva no quotidiano dos indivíduos ao qual pertencem. Em 3 peças ósseas (0,17%) foram detectadas patologias traumáticas. Estas ocorreram em dois metatársicos e em duas vértebras lombares, tendo ambas sucedido em vida e consolidado completamente.

A patologia infecciosa atinge 2,67% dos elementos, sendo mais incidente nos ossos longos dos membros inferiores. Verificaram-se casos que poderão corresponder a casos de sífilis e osteomielite, embora seja importante reforçar que alguns destes casos não são totalmente claros, sendo aqui apontados sobretudo com carácter identificativo. Será necessária uma análise mais minuciosa que se encara como fundamental para um diagnóstico diferencial assertivo.

A patologia metabólica e os indicadores de stresse foram identificados apenas em 6 fragmentos pertencentes a não adulto (0,34%) através de porosidades em fragmentos de um crânio, uma mandíbula e um úmero. Em primeira análise estes factores não são viáveis para diagnósticos exclusivos. No entanto, um indicador de stresse específico, *cribra orbitalia*, foi encontrado no tecto de uma órbita de não adulto. Esta lesão está associada, entre outros factores, à deficiência em ferro, característica da anemia.

As evidências de lesão neoplásica encontraram-se sob a forma de tumores benignos, osteomas: um no seio nasal esquerdo de um frontal e outro junto ao grande trocânter de um fémur direito

Outra conclusão importante diz respeito à patologia/anomalia congénita. Esta está presente em 2 esternos com o processo xifoide fundido, numa L5 com fusão incompleta dos processos posteriores, 2 sacralizações da L5 com a S1, uma completa e outra incompleta, em 2 sacralizações do cóccix, bem como na formação de espinha bífida incompleta num sacro. Verificam-se ainda dois casos de vértebras lombares com espondilólise, situação que ocorre quando a vértebra lombar se encontra fragilizada, devido a um defeito congénito ou adquirido.

De referir que neste conjunto foram registados alguns caracteres discretos que merecem ser mencionados, como a abertura septal nos úmeros, calcâneos com faceta contínua e faceta dupla, um crânio com sutura metópica, e outros menos comuns como a *plaque*, um crescimento em placa que cobre a fossa de Allen na margem antero-superior da cabeça do fémur, a presença de faceta sacral acessória na superfície auricular de um ilíaco esquerdo e de um sacro e ainda um caso de foramen supraescapular numa escápula esquerda.

Contam-se ainda 2 casos de osteocondrite dissecante, um distúrbio circulatório, manifestado na extremidade distal de uma tibia direita e no corpo de uma vértebra lombar. Há também a registar um caso de *concha bullosa* e consequente desvio do septo nasal num crânio. Finalmente contabilizaram-se dois casos de hiperostose frontal interna ou síndrome de Morgagni, condição que corresponde a um espessamento da tábua interna do osso frontal e pode estar relacionada com distúrbios endócrinos. E por último,

No que respeita à análise odontológica, verificou-se uma percentagem média de desgaste dentário, presente em 35% dos maxilares, em 48,15% das mandíbulas e em 94,87% dos dentes soltos. Este é um indicador que revela a incorporação de alguns elementos abrasivos na dieta destes indivíduos.

A perda de dentes ante morte atinge 45% das peças e encontrava-se quer na dentição anterior, como na posterior, registando-se várias situações de reabsorção alveolar completa.

O tártaro abrangia 70% da dentição superior, 62,96% na dentição inferior, e 79,48% dos dentes soltos, não alcançando uma severidade elevada. Registaram-se 25 cáries, maioritariamente concentradas na dentição posterior, algumas com dimensões graves, embora a maioria fosse discreta.

Outras patologias como os quistos periapicais/abscessos estão presentes em 4 maxilares e em 6 mandíbulas. Foi detectado um caso de agénese dos dentes 32 e 42 de uma mandíbula e um caso de *torus mandibular*.

Finalmente, a existência de hipoplasias do esmalte dentário foi possível em 4 dentes anteriores mandibulares. Este resultado ténue, apenas timidamente permite conjecturar acerca de uma dieta relativamente adequada destes indivíduos em termos nutricionais.

É imprescindível referir que as conclusões aqui apresentadas são fruto do estudo efectuado em campo, carecendo do rigor que uma análise laboratorial cuidada permite. Esta é uma amostra de grande valor científico, que apresenta um excelente estado de preservação e que facultou numerosas informações relevantes, assumindo uma importância essencial para um conhecimento e caracterização da história funerária da época moderna em Lisboa.

4. Considerações finais

Como mencionado, a localização deste edifício, assim como a sua função religiosa original, levou a que se programasse um conjunto de trabalhos arqueológicos, tanto numa perspectiva de diagnóstico e avaliação do potencial científico e patrimonial desta área urbana, como considerando a possível detecção de eventuais vestígios arqueológicos que poderiam ser afectados por trabalhos decorrentes do desenvolvimento das referidas obras.

Estes trabalhos permitiram recolher um conjunto diverso de dados arqueológicos que possibilitam um olhar sobre a evolução desta área edificada, tanto ao nível da sua construção e evolução arquitectónica, como dos seus antecedentes, contribuindo para um melhor entendimento da evolução da baixa lisboeta.

Considerando a evolução histórica conhecida para esta área edificada, pode considerar-se que a traça geral de todo o quarteirão que engloba o antigo Tribunal da Boa Hora é de origem pombalina, correspondendo à reconstrução pós-terramoto do muito afectado Convento da Boa Hora e antigo Palácio dos Condes de Barbacena.

No piso 0, as sondagens e trabalhos de acompanhamento realizadas permitiram genericamente verificar que este edifício se encontra construído sobre o substrato geológico local, apresentando um subsolo muito afectado por obras decorridas em período contemporâneo, fruto do seu uso como tribunal.

Nesta área, tanto a reconstrução pombalina, como as mencionadas obras contemporâneas, terão destruído os vestígios de ocupações mais antigas, persistindo alguns elementos associados ao seu uso religioso, como exemplifica o material osteológico identificado, último eco da sua área de necrópole.

Nos pisos superiores, construídos sobre a encosta que permitia o acesso à zona alta, onde se instalava o antigo Convento de São Francisco, foi já possível verificar a presença de contextos mais antigos, associados a uma ocupação pré-terramoto desta área urbana. Entre estes destaca-se a área edificada identificada no logradouro Sul, que se pode associar à antiga Rua dos Cabides, uma artéria urbana de Lisboa pré-terramoto, que permitia a ligação desta zona alta ao actual Largo da Boa Hora, e ao antigo Palácio do Visconde de Barbacena.

Bibliografia

- ARAÚJO, N., (1993), *Peregrinações em Lisboa*, Livro XIII, Lisboa, Vega.
- BARBOSA, A.L. (2014), *Contributos para a definição de uma Metodologia do Projecto de Reabilitação em edifícios de valor patrimonial: Interpretação Arquitectónica e Construtiva de Edifícios. O caso de estudo do Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora – Adaptação a Tribunal e a Escola*. Projecto de Especialização Formativa, Universidade de Lisboa, Instituto Superior Técnico (texto policopiado)
- CUNHA, E. (1994), *Paleobiologia das Populações Medievais Portuguesas: Os casos de Fão e S. João de Almedina*, Dissertação de doutoramento em Antropologia, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC. Coimbra, Universidade de Coimbra, policopiado.
- CUNHA, E. (1996), "Viajar no tempo através dos ossos: a investigação paleobiológica", *Al-Madan*, II Série, 5: 1–11.
- CRUBEZY, E. (1988), *Interactions entre facteurs bio-culturels, pathologie et caracteres discrets. Exemple d'une population medievale*. Canac (Aveyron), These Docteur en Medicine. Faculte de Medecine, Universite de Montpellier I.
- DIRKMAAT, D. C.; CABO, L. L.; OUSLEY, S. D.; SYMES, S. A. (2008), "New perspectives in forensic anthropology", *Yearbook of Physical Anthropology*, Vol. 51:33-52.
- FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STOUKAL, M. (1980), "Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons", *Journal of Human Evolution*, 9(7):517-549
- Finnegan, M. (1978), "Non-metric variation of the infracranial skeleton", *Journal of Anatomy*, 125(1): 23 – 37.
- LOURENÇO, M. et alii, (no prelo), "Debaixo do vão de escada: o inusitado conjunto osteológico humano do extinto Tribunal da Boa Hora, Lisboa", *Actas do Encontro A Morte em Lisboa. Novos dados, novas problemáticas*, Comissão de Estudos Olisiponenses, Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MENDONÇA, J. J. M. De, (1758), *História Universal dos Terramotos*, Lisboa.
- ORTNER, D. (2003), *Identification of pathological conditions in human skeletal remains*, 2ª ed., Amsterdam, Academic Press.
- SANTANA, F.; SUCENA, E., (dir.), (1994), *Dicionário da História de Lisboa*, 1.ª ed., Sacavém, Carlos Quintas & Associados – Consultores, 177-178.
- SIMÃO, I.; FURTADO, C.; Lourenço, M., (2016), *Escola da Baixa JI+EB1 / Projecto de Adaptação Parcial do Extinto Tribunal da Boa Hora, Largo da Boa Hora 15-17*, Lisboa. Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos, Era Arqueologia S.A.
- UBELAKER, D. (1989), *Human skeletal remains: excavation, analysis, interpretation*, Washington, Taraxacum Washington.
- WASTERLAIN, R. S. (2000), *Morphé: Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da colecção de esqueletos identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*, Dissertação de Mestrado em Evolução Humana, Coimbra: Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, policopiado.]

ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO: *IURIS URBE INORDINATIONEM*

Alexandre Sarrazola¹

Para o Miguel Lago e para a Maria José de Almeida

“Perhaps, after all, there is something in the theory that only
the ultra-busy can find time for everything”
(James Agate, *Ego* 4, 1939, Nov. 11 Saturday)

Resumo:

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico têm vindo a assumir, nos últimos anos, uma inequívoca importância no panorama da arqueologia portuguesa, quer pelo crescente número de profissionais que exponencialmente ocupam quer pelo volume de dados que a sua realização continuamente disponibiliza. Face à constatação do desfasamento entre a lei vigente (e os problemas burocráticos que vem gerando) e a dinâmica social, económica e cultural que enquadra este tipo de actividades, sustentadas por um enquadramento legal lacunar e insuficiente, sugerem-se, a título de contributo, algumas medidas regulamentares susceptíveis de, no âmbito das políticas do Património Cultural estimular uma relação equilibrada entre o desenvolvimento urbano e o respeito pela memória colectiva.

Abstract:

Urban Archaeology: *Iuris Urbe et Inordinationem*

In the last two decades, the work of archaeological monitoring has assumed an unequivocal importance in Portuguese archeology, both by the growing number of professionals that occupy and by the volume of data that its realization makes available. Concerning lack of clarity between the current law and the social, economic and cultural dynamics that characterize this type of activity, supported by a weak and inadequate legal framework, some regulatory measures are suggested to stimulate a more balanced relationship between urban development and cultural heritage.

1. Introdução

O regresso do signatário deste breve ensaio à temática dos trabalhos de Acompanhamento Arqueológico (Sarrazola, 2000; Sarrazola, 2006) justifica algumas considerações preliminares conducentes ao esclarecimento das razões que subjazem à eleição de uma matéria de tal grau de especificidade. Para tal, julga-se também de elementar pertinência esclarecer as razões atinentes à escolha do assunto no quadro restrito dos seguintes limites de ordem vária: i. e. não extravasar regressivamente a análise da produção legal para além do ano de 1985; confinar o seu tratamento a meios urbanos e particularmente a Lisboa; fazer incidir a abordagem do acompanhamento no âmbito estrito da arqueologia empresarial. Para além de razões de economia de texto e de concentração temática, outras se afiguram não despendidas de sentido, como adiante se explanará.

A maioria dos trabalhos de arqueologia em curso hoje corresponde a acompanhamentos de obras públicas e privadas, constatação que pode ser facilmente corroborada mediante consulta do Portal do Arqueólogo da Direcção Geral do Património Cultural – Ministério da Cultura (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>). Tal crescimento exponencial dos trabalhos de acompanhamento arqueológico (em comparação com projectos de escavação e prospecção/ levantamento) era já eloquentemente abordado em 2008 na análise estatística de Jacinta Bugalhão relativa aos anos de 1995 a 2005 em Lisboa. Para uma ideia imediata, em 2005 ocorreram na capital 61 intervenções de acompanhamento e 18 de escavação arqueológica (Bugalhão, 2008: 221). Em discreta nota de rodapé, a autora afirma: “Os acompanhamentos arqueológicos, embora, por vezes, «mal-amados», têm-se revelado extraordinariamente eficazes e frutuosos, em

¹ Era – Arqueologia, S.A.

grande parte do perímetro urbano de Lisboa” (Bugalhão, 2008: 221).

Por outro lado, a cidade de Lisboa é vetusta de três milénios. Uma complexa história de 3000 anos de urbanismo. Tal diacronia de ocupação, associada à sua sismicidade, remete para a noção de que, ao longo do tempo, “se multiplicaram os reaproveitamentos e reutilização de estruturas pré-existentes e os revolvimentos do subsolo, pelos mais variados motivos (...)”, sendo que “(...) tais situações saldaram-se por frequentes e sucessivos aterros que constantemente alteram a sua primitiva topografia” (Fabião, 1994:149). É, pois, oportuno sublinhar neste passo que a associação entre grandes empreendimentos de obras de organização urbana e o achado de dados arqueológicos que actualizam o nosso conhecimento sobre a história da cidade não constitui um dado recente. “As grandes descobertas efectuadas no decurso da reconstrução pombalina de Lisboa” após o Grande Terramoto de 1755 são eloquentes da relevância de tal associação. De facto, “sem grande exagero, pode dizer-se que, nessa altura, se verificam as primeiras intervenções de «arqueologia urbana», embora, como é natural, com os objectivos e perspectivas próprios da época” (Fabião, 1994: 150). A título de exemplo elenquem-se as Termas dos Cassios, Rua das Pedras Negras em 1772, o Criptopórtico da Rua da Prata em 1770 e 1773 e o Teatro Romano, Rua de São Mamede em 1797 e 1798. Uma tendência que caracterizou os anos vindouros, particularmente o intervalo de tempo entre a década de sessenta do século XX e a actualidade, com três picos de relevância: nas obras do Metropolitano de Lisboa, 1960¹ (Moita, 1964); na construção do Parque de Estacionamento da Praça da Figueira, 2000² (Banha da Silva, 2005) e nas múltiplas intervenções na área da Lisboa Ribeirinha³, 2012-2017 (Alexandre Sarrazola, José António Bettencourt, André Teixeira, 2014).

A opção por uma via de análise centrada na arqueologia empresarial decorre da necessidade de entender o retorno cultural da chamada arqueologia por contrato (Lago, 2000;

Valera, 2006; Fabião, 2006), já que os canais de comunicação institucional da Academia, do Estado e de outras organizações sem aparentes fins lucrativos ocupam um espaço que actualmente é partilhado com as empresas, mas assim o não era antes do dealbar do nosso século. Refira-se que no I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Arnaud, 2013) 14% das comunicações foram apresentadas por empresas (20 de um total de 140; 1/6 assaz proporcional se tivermos em conta, em números redondos, as remanescentes entidades entre academia, autarquias, institutos, museus e centros de investigação). Acresce que alguns dos mais interessantes sítios arqueológicos revelados desde então têm tido origem em projectos realizados por empresas de arqueologia e, amiúde, no decurso, ou na sequência de acompanhamentos. Podemos mencionar o exemplo paradigmático do Fundeadouro Romano de Olisipo, objecto de ampla divulgação, nomeadamente no recente documentário estreado no Cinema Municipal São Jorge (Raul Losada /ERA-Arqueologia, 2015; <https://documentariofundeadouoromano.wordpress.com/>;) e patente na exposição do Museu Nacional de Arqueologia “O Tempo Resgatado ao Mar” (Sarrazola, Bettencourt, Teixeira, 2014), fruto de um trabalho de dois anos da empresa ERA-Arqueologia, SA para a Emparque, SA no âmbito da construção do Parque de Estacionamento da Praça Dom Luís I (Sarrazola, 2013; Parreira e Macedo, 2013) que, de moto próprio, construiu nas suas instalações um museu de sítio a mote dos achados arqueológicos no local.

Refira-se ainda que, já em 2005, o número de trabalhos de arqueologia realizados por empresas privadas mais que duplicou aqueles executados pela administração pública local (numa relação de 57 para 21) e que o financiamento privado de trabalhos arqueológicos quintuplicou os números do financiamento público – 70 para 14 (Bugalhão, 2008: 225).

¹ Para um conhecimento aprofundado dos resultados dos trabalhos arqueológicos aquando das obras de construção do Metropolitano de Lisboa na Praça da Figueira cf. MOITA, I. (1964) “Hospital Real de Todos-os-Santos I”, Revista Municipal, nº 101/ 102 e MOITA, I. (1965) “Hospital Real de Todos-os-Santos II”, Revista Municipal, nº 104/ 105.

² A este respeito cf. BANHA DA SILVA, Rodrigo (2002) PFRIA. Projecto de Digitalização dos Registos da Intervenção Arqueológica da Praça da Figueira, DM-DPC, CML; BANHA DA SILVA, Rodrigo (2005) “Marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.). Tese de Mestrado. Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais. Braga. Texto policopiado; e BANHA DA SILVA, Rodrigo (2010) Arqueologia viária romana em Lisboa: a i.a.u. da Praça da Figueira, Cira-Arqueologia I, ATAS MESA REDONDA “DE OLISIPO A IERABRIGA”

³ O Projecto Lisboa Ribeirinha, liderado Pela ERA-Arqueologia e coordenado pelo Centro de História Além-Mar (CHAM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa integra uma equipa multidisciplinar e inter-institucional (ERA, CHAM; Câmara Municipal de Lisboa; Direcção Geral do Património Cultura – Gabinete de Paleo-Ciências; Instituto Superior de Agronomia; Instituto Tecnológico e Nuclear; Instituto Superior Técnico; Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra; Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. O seu objectivo fundamental é o incremento do conhecimento da Lisboa Ribeirinha em Época Moderna através dos mais recentes achados arqueológicos realizados nesta zona da cidade de uma perspectiva holística, não só em termos académicos mas muito focada no retorno social e na sua ampla divulgação para um público generalizado. Para uma síntese dos seus resultados cf. SARRAZOLA, BETTENCOURT, TEIXEIRA, 2014.

Observar a produção legislativa⁴ a partir do ano de 1985 remete para a convicção aqui assumida de que – para a arqueologia, mas também para todas as dimensões da res publica – tal ano marca o início de uma conjuntura na nossa história recente que talvez ainda não tenha chegado ao seu termo. Destaque-se a assinatura do tratado de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 12 de Junho desse ano, a promulgação da Lei nº 13/ 85 de 6 de Julho (Lei do Património Cultural Português), assim como a Directiva Comunitária 85/337/ CEE de 27 de Junho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente, esta última implicando uma concepção de Ambiente alargada ao Património Arqueológico, com claras repercussões – a partir de então – na actividade dos arqueólogos (Sarrazola, 2006: 24), mormente após a abertura da Convenção de Malta (1992) ratificada pelo Estado Português em 1997. Os desenvolvimentos deste alargado impulso fundador deixaram uma marca indelével na nossa história do imediato, desde as repercussões do fenómeno Cda na agenda política do XIII Governo Constitucional (1995) e respectiva produção legislativa – criação do Instituto Português de Arqueologia (Decreto-lei nº 117/97 de 14 de Maio), do primeiro Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-lei nº 270/99 de 15 de Julho) e da Lei do Património Cultural nº 107/2001 de 20 de Setembro – até à relativa maturidade da implantação de um certo status quo da tutela e da regulamentação (respectivamente, Lei Orgânica da Direcção Geral do Património Cultural, Decreto-lei 115/2012 de 25 de Maio e Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de Novembro – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos), não forçosamente inofensivo.

*

No momento em que este texto está a ser escrito, as acções de acompanhamento arqueológico em curso respeitam (assim se espera) os termos da legislação em vigor (Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de Novembro – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos; Lei nº 107/2001 de 20 de Setembro – Lei do Património Cultural; Despacho IGESPAR 12 de Agosto de 2010 – Documentação fotográfica a constar nos relatórios arqueológicos). Uma vez que estamos a centrar o caso em Lisboa, estes trabalhos estarão a seguir também o Plano Director Municipal (Aviso n.º 11622/2012: Diário da República, 2.ª série — N.º 168 — 30 de agosto de 2012) assim como, se for caso disso, o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina (Aviso n.º 7126/2011: Diário da República, 2.ª série — N.º 55 — 11 de março de 2011).

⁴ A este mote cf. INA (1996) Direito do Património Cultural; IPPAR (1996) Informar para proteger. Legislação Nacional; IPPAR (1996) Informar para Proteger. Cartas e Convenções Internacionais; e, mais recentemente, CASALTA NABAIS (2010) Introdução ao Direito do Património Cultural.

Conforme se abordará, o cumprimento dos aspectos regulamentares constantes dos diplomas citados é de ordinária exequibilidade. Porém, quando a sua praxis é eivada – o que amiúde também sucede – de um pendor casuístico e discricionário, a demanda pelo cumprimento da Lei pode tornar-se (para Empresas de Arqueologia, Tutela do Património, Autarquia e Empreendedores) um verdadeiro pesadelo de Sísifo.

Não se pretende, contudo, catapultar o tema para a dimensão do mito. A história das nossas vidas públicas, e de tudo o que lhes diz respeito, só é susceptível de adquirir contornos épicos quando vista à distância e organizada na narrativa do Passado. A nossa vida, e tudo o que lhe concerne, acontece na espuma dos dias. No Presente. É esse pendor contextual que se pretende imprimir às considerações que se seguem.

2. Enquadramento jurídico e conceptual

Num outro tempo e noutro lugar afirmou-se, com alguma ironia, que “abordar a temática do acompanhamento arqueológico de obras na sua vertente legal implica um desconcertante confronto com algo que se assemelha a uma construção periclitante concebida com materiais de empréstimo e recurso a soluções improvisadas. Imaginemos alguém que ocupa um apartamento devoluto e pede de empréstimo ao vizinho do lado o abastecimento de água e electricidade. Assim parece funcionar o suporte regulamentar do acompanhamento arqueológico: com esforço, imaginação e capacidade de improviso; um parente pobre de extensão e mangueria ligadas à casa do lado. (...) A casa do lado, i.e. a legislação exarada no contexto das políticas ambientais e de ordenamento do território, tem funcionado como garante da execução destes trabalhos e da sua sustentabilidade legal. Já assim o era no final do século XX (...) e, cinco anos volvidos - mesmo após a entrada em vigor de uma Lei do Património (Lei 107/2001, de 8 de Setembro) muito pouca coisa mudou” (Sarrazola, 2006: 23).

Aferir criticamente da actualidade do trecho citado constituiu um dos motes do regresso ao tema – decorrida uma década – sem relegar para segundo plano que a legislação atinente a uma área de actividade profissional, política, social e económica se repercute concomitantemente na visibilidade pública dos seus actores.

*

Uma primeira impressão que adquire carga de significado é o retumbante silêncio a que tem estado sujeita a temática do acompanhamento (não dos seus resultados mas da prática em si mesma) no quadro da produção bibliográfica portuguesa. De «mal-amados», a maioritários (Bugalhão, 2008: 221) e finalmente juridicamente enquadrados (Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de Novembro – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos) de forma alguma as comunicações e artigos de reflexão têm acompanhado a profusão da publicação dos seus resultados. De facto, os

artigos de reflexão teórica e metodológica em Portugal não ultrapassam o número dos dedos de uma mão, restringindo-se a dois artigos do signatário, na qualidade de arqueólogo e coordenador de projectos de acompanhamento numa entidade privada (“Arqueologia e Acompanhamento de Obras. Um Equilíbrio em Construção”; “Regulamentação legal associada a trabalhos de acompanhamento arqueológico (ou da arte de caçar com gato)” e a um artigo de António Manuel da Silva, na qualidade de arqueólogo numa entidade municipal (“O acompanhamento arqueológico de obra: uma intervenção muito própria”), (Sarrazola, 2000; Silva, 2005; Sarrazola, 2006).

Os artigos citados reflectem as preocupações dos seus autores assim como o espírito do tempo: um tempo de manifesta eclosão de trabalhos que careciam de um enquadramento metodológico⁵, teórico e jurídico, à data manifestamente incipiente. Veremos sumariamente o que descreviam, manifestavam e propunham.

Alexandre Sarrazola, 2000: “Arqueologia e Acompanhamento de Obras. Um Equilíbrio em Construção”:

Num momento em que ainda estavam em vigor a Lei 13/85 de 6 de Julho (Património Cultural Português) e o Decreto-lei 279/99 de 15 de Julho (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos), sublinhava-se a então muito marcada ponte entre Património Cultural e Património Ambiental, lamentando porém o seguinte: “se é notória a presença de uma base comum à legislação exarada dos Ministérios do Ambiente e da Cultura – no que respeita às suas filiações no direito comunitário – relativamente aos aspectos que ao património cultural concernem, o seu resultado prático, pelo contrário, reflecte mais um efectivo afastamento do que a articulação interministerial que seria conveniente e desejável”. (Sarrazola, 2000: 54-55). Manifestava-se perplexidade face à “ausência de regulamentação da Lei 13/85 que, a avaliar pela sua vetusta persistência, ameaça adquirir ela própria honras patrimoniais” (Sarrazola, 2000: 55). Abordava-se o enquadramento legislativo das políticas

de Ambiente e Cultura, (apresentando em anexo a listagem comentada de legislação e documentação oficiais atinentes ao tema com destaques de respectivos excertos), método e práticas, relações institucionais, do geral para o particular, sob um enfoque de partida que se resumia no seguinte: “Na actual conjuntura nacional e europeia não é possível perspectivar o desenvolvimento social e económico, na vertente em que este concerne à qualidade de vida das populações, sem focar uma especial atenção sobre o património cultural. Em concreto, a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável no presente, preparando as condições para a cidadania no futuro, não pode deixar de se alicerçar na construção plurifacetada do passado, projectado na vida social sob a forma de memória colectiva” (Sarrazola, 2000: 53).

António Manuel da Silva, 2005 “O acompanhamento arqueológico de obra: uma intervenção muito própria”:

O texto “analisa a problemática do acompanhamento das obras, entendido como um tipo de intervenção arqueológica específica dotada de metodologia própria (...)” num quadro em que “o significativo incremento da actividade arqueológica em Portugal na última década, designadamente nas vertentes da arqueologia comercial, das intervenções urbanas e nos trabalhos de avaliação e minimização de impactes arqueológicos de grandes obras, tem vindo a destacar a importância do acompanhamento arqueológico de obra (...) como acção muito corrente” (Silva, 2005: 459). Nos aspectos atinentes ao enquadramento legal era vincado o seguinte aspecto lacunar: “A Lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro) dedica o seu Capítulo II (artigos 74º a 79º) ao património arqueológico, não fazendo a mínima alusão, todavia, à noção de acompanhamento arqueológico. A expressão “arqueologia preventiva” é utilizada, sem maiores precisões, a propósito do ordenamento do território e obras (Art.º 79), enquanto na definição de “trabalhos arqueológicos” (Art.º 77) apenas se tipificam e descrevem as

⁵ I.e. uma aplicação aos trabalhos de Acompanhamento Arqueológicos dos pressupostos metodológicos propostos por BARKER, Philip (1993): *Techniques of Archaeological excavation*, Routledge, London; HARRIS, Edward (1989): *Principles of archaeological stratigraphy*, Academic Press, London e CARANDINI, A. (1997), *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, [1ª Ed. 1981], Barcelona, Editorial Critica. Tais títulos surgiram entre os finais dos anos setenta e o início dos anos oitenta para dar resposta às necessidades da arqueologia urbana de salvamento, num período em que as cidades do Reino Unido (para os casos de Harris e Barker), mas também da zona meridional da Europa (Carandini) sofriam profundas transformações em termos de ordenamento e requalificação urbana. Em Lisboa, um fenómeno que se possa assemelhar a tais transformações nas infraestruturas de abastecimento de água, saneamento, gás e telecomunicações, assim como na reabilitação do edificado, só vieram a ocorrer na década seguinte – em muito impulsionadas e impostas pelos fundos comunitários – o que, em parte, justifica análogo atraso na transposição para a prática arqueológica de tais preocupações.

⁶ Em concreto: Constituição da República Portuguesa; Directiva Comunitária 85/337/CEE, de 27 de Junho; Lei nº 13/85 de 6 de Julho; Lei nº 11/87 de 7 de Abril; Decreto-lei nº 186/90 de 6 de Junho; Despacho conjunto de 23 de Junho de 1990 dos Ministérios do Planeamento e Administração Interna, Obras Públicas Transportes e Comunicações, Ambiente e Recursos Naturais; Decreto Regulamentar nº 38/90 de 27 de Novembro; Convenção de Londres revista em La Valetta (Protecção do Património Arqueológico) Conselho da Europa, 16 de Janeiro de 1992; Procedimentos para o Processo de Avaliação de Impacte Ambiental de Projectos. Revisão 1 (MARN) de 2 de Agosto de 1995; Directiva 97/11/CE do Conselho que altera a Directiva 85/337 CEE; Decreto-lei nº 117/97 de 14 de Maio; Decreto-lei nº 278/97 de 8 de Outubro; Decreto Regulamentar 42/97 de 10 de Outubro; Memorando sobre a intervenção do IPA no Processo de Impacte Ambiental, enquanto não for transposta para a legislação portuguesa a nova Directiva comunitária 97/11 CE de 20 de Outubro; Decreto-lei nº 270/99 de 15 de Julho; e Decreto-lei nº 69/2000 de 3 de Maio.

acções de escavação e prospecção” (Silva, 2005: 460). Maior perplexidade decorre da constatação de que o “Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Dec.-Lei nº 270/99 de 15 de Julho) também não menciona o acompanhamento arqueológico, quer na definição de trabalhos arqueológicos (Art.º 2º), quer mesmo entre as diferentes categorias de trabalhos arqueológicos (Art.º 3º)” (Silva, 2005: 460). Em suma, nem a Lei de Bases nem o Regulamento de Trabalhos arqueológicos contemplavam a figura do acompanhamento arqueológico, omissão que, conforme veremos no próximo capítulo, só viria a ser corrigida, quase dez anos volvidos, no Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de Novembro – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos.

Alexandre Sarrazola, 2006 “Regulamentação legal associada a trabalhos de acompanhamento arqueológico (ou da arte de caçar com gato)”:

Face aos aspectos lacunares mencionados no artigo citado supra (Silva, 2005), afirmava-se o seguinte: “natural é que as instituições da tutela, as empresas de arqueologia e todos os organismos e indivíduos com funções associadas à actividade arqueológica se tenham aperfeiçoado (com diversos graus de habilidade) na difícil arte de caçar com gato.” (Sarrazola, 2006: 24-25). De tal arte, enunciava-se um exemplo de carácter ilustrativo: “em Circular do Instituto Português de Arqueologia (IPA) datada de 10 de Setembro de 2004 referente aos termos de referência para o descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental, pode ler-se (em nota de rodapé n.º 6 da página 4) uma definição de acompanhamento arqueológico assaz esclarecedora: «As medidas de minimização de carácter geral, contemplarão, necessariamente, o acompanhamento arqueológico de obra, o qual deverá ser sempre efectivo, continuado e directo de todas as mobilizações de solo. No capítulo das medidas de minimização deverá constar que, na circunstância da obra se desenvolver em mais do que uma frente em simultâneo, se garanta a presença dum arqueólogo por frente de obra. No caso de frentes muito próximas, o IPA admite a presença de um ou mais assistentes de arqueólogo sob a coordenação directa de um arqueólogo». Em suma, se pretendermos fundamentar do ponto de vista formal a necessidade de um trabalho de acompanhamento efectivo, continuado e directo recorreremos forçosamente à citada nota de rodapé em lugar de invocar uma lei ou um decreto” (Sarrazola, 2006: 25). À data, era impossível “não concluir que, se os aspectos normativos impostos oficiosamente aos promotores de empreendimentos – neste caso em concreto o acompanhamento arqueológico e respectiva definição – vierem a estar claramente expressos na lei geral, não só o Património Cultural mas também as Políticas de Ordenamento do Território sairão certamente beneficiadas. Não passaremos a viver no melhor dos mundos possíveis, mas não será despidendo de sentido tentá-lo, desde que não se perca de vista que «nas nossas vidas em que tudo é planificado e determinado, a última coisa de que se estaria à espera seria um engano da máquina administrativa, com as suas consequências imprevisíveis. O engano burocrático

tornou-se na única poesia (poesia negra) da nossa época» (Kundera, 2005: 119)” (Sarrazola, 2006: 25).

É importante destacar que este texto resume uma exposição pública do signatário no âmbito de um conjunto de três comunicações proferidas no Museu Nacional de Arqueologia por iniciativa da Associação Profissional de Arqueólogos (APA), em que os demais palestrantes eram o então Director do Instituto da Tutela e o Presidente da APA. À data era público que se preparavam alterações legislativas no Direito do Património Cultural (particularmente no que veio a ser o novo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos) e esta sessão correspondeu a uma de várias acções preliminares de informal auscultação aos diversos actores da área do Património Arqueológico. E propunha então o seguinte:

“a) Obrigatoriedade e definição de trabalhos de *acompanhamento arqueológico de obras*⁷, nos termos em que é contemplado na supracitada Circular do IPA, i.e. “sempre efectivo, continuado e directo de todas as mobilizações de solo” (às quais deverão acrescer acções que impliquem o levantamento de pavimentos, desmonte de paredes, ou outras acções que possam ter afectação directa de elementos edificados) sendo que «na circunstância da obra se desenvolver em mais do que uma frente em simultâneo, se garanta a presença dum arqueólogo por frente de obra»;

b) Recomendação da elaboração de relatórios periódicos (mensais ou bimensais) – cingindo-se a informações sucintas referentes a aspectos essenciais do trabalho e respectivos resultados – para projectos de acompanhamento de obras de duração superior a 2 meses, no sentido de proceder a recorrentes sistematizações dos dados recolhidos (note-se que estes trabalhos ocorrem frequentemente em contextos paisagísticos em contínua transformação, mesmo do ponto de vista topográfico) a apresentar ao IPA e a todas as entidades envolvidas nos empreendimentos em causa;

c) No caso particular das autorizações, seria justo e correcto que (...) fosse admitida a vinculação do trabalho a uma organização colectiva, não descurando, evidentemente, da nomeação formal de um responsável científico pelo projecto. Tal medida é susceptível de responsabilizar e proteger tanto o indivíduo que execute o trabalho como a instituição onde este se enquadre;

d) Ao contrário do que se propõe na Circular acima mencionada, consideramos mais eficaz e salutar que a autorização para um determinado trabalho de acompanhamento seja concedida a um arqueólogo (em regime direcção científica ou co-direcção) sendo que a eventualidade da multiplicação de diversas frentes de obra, deverá implicar o reforço da equipa em função das necessidades do projecto (e não obrigatoriamente uma autorização por frente de obra como é comum ocorrer)” (Sarrazola, 2006: 26).

⁷ Sublinhado nosso.

*

Finalmente, aquando do processo de Discussão Pública do Plano Director Municipal da Cidade de Lisboa (na Primavera de 2011), foi dirigida ao então Presidente da Câmara uma missiva (ERA/ Lago, Valera, Sarrazola, et al., 2011) concernente a aspectos regulamentares atinentes ao enquadramento de trabalhos de acompanhamento arqueológico, de que se elege o seguinte trecho:

«(...) Considerando os objectivos estratégicos expressos no artigo 2º do Regulamento Revisão do PDM - Março de 2011 - nomeadamente os que se expõem na alínea b), “promover a reabilitação e a regeneração urbana, alargando o conceito de área histórica a toda a Cidade consolidada como forma de defesa e valorização do seu património histórico, cultural e paisagístico” e f) “afirmar a identidade de Lisboa num mundo globalizado” – afiguram-se-nos consentâneas com tais objectivos as seguintes passagens (relativas a Áreas de Valor Arqueológico) do Relatório da Proposta de Plano Revisão PDM Março 2011 e do Relatório de Caracterização – Síntese Março 2011 expressa, respectivamente, nos seguintes termos:

“- num terceiro [nível de importância arqueológica], implementar um patamar mínimo de intervenção ao nível do acompanhamento presencial das operações urbanísticas consideradas impactantes, podendo a especificidade dos locais ser objecto de trabalho arqueológico de maior extensão e profundidade”.

“As “Áreas de Intervenção de Nível 3” são áreas condicionadas de potencial valor arqueológico. (...)” para as quais “se preconiza uma estratégia preferencial de intervenção arqueológica de acompanhamento presencial das operações urbanísticas que tenham impacto no subsolo”.

As passagens supracitadas expressam de maneira inequívoca – e em termos quase homólogos – as medidas de salvaguarda a adoptar nas áreas de nível 3, i.e., implementar um patamar mínimo de intervenção ao nível do acompanhamento presencial das operações urbanísticas. Porém, constata-se com perplexidade que tal medida é fixada no ponto 5º do artigo 33º do Regulamento Revisão do PDM - Março de 2011 através do seguinte articulado “Nas áreas de intervenção de nível 3, a Câmara Municipal, mediante parecer técnico-científico, pode sujeitar as operações urbanísticas que tenham impacto ao nível do subsolo a acompanhamento presencial da obra e à realização de acções ou trabalhos, com vista à identificação, registo ou preservação de elementos de valor arqueológico eventualmente existentes no local.”

Em suma: o texto do Regulamento adquire manifesta debilidade face aos anteriores termos (...) que definiam as medidas a aplicar às áreas de nível 3, obliterando a noção de obrigatoriedade e somando um carácter arbitrário, discricionário e eventual que não favorece a defesa e valorização do património histórico, cultural e paisagístico da

Cidade. Acresce que, não fora a obrigatoriedade de acompanhamento de obras (ainda em vigor nos termos do artigo 15º do actual PDM), não teria sido descoberta por nós a Fábrica Romana de Belém/ Casa do Governador, ampla e reiteradamente mencionada e valorizada na documentação técnica [municipal], nem tão pouco os contextos pré-históricos do palácio dos Lumiares (Bairro Alto)⁸ de inequívoca importância na nossa história, na formação da nossa memória colectiva e da afirmação da identidade de Lisboa num mundo globalizado.

Em face do exposto [solicita-se alteração] da redacção do texto do ponto 5º do artigo 33º do Regulamento Revisão do PDM -Março de 2011 para os seguintes termos:

“Nas áreas de intervenção de nível 3 as operações urbanísticas que tenham impacto ao nível do subsolo serão obrigatoriamente sujeitas a acompanhamento presencial da obra, podendo os resultados de tal metodologia conduzir à realização de acções ou trabalhos, com vista à identificação, registo ou preservação de elementos de valor arqueológico eventualmente existentes no local”» (ERA/ Lago, Valera, Sarrazola, et al., 2011).

*

Com efeito, “o Direito apresenta-se, estruturalmente, como uma ordem. Ordem que se traduz em unidade, coerência e hierarquia, e se vocaciona para a permanência, estabilidade e normalidade. Ordem que se contrapõe à desordem, à violação temporária da ordem ao tempo existente, mas, sobretudo, que se revela oposta ao caos, à anarquia, à não-ordem, à inexistência global de qualquer tipo de ordem” (Barbosa Rodrigues, 2015:11). Todavia, assumindo o património cultural como um assunto de todos (Casalta Nabais, 2010: 31), constitui pois “uma matéria que não pode deixar de dizer respeito a todos e a cada um dos membros da comunidade. O que significa, de um lado, recusar e combater o estatismo e (...), de outro, afirmar e defender o envolvimento de cada um dos membros e de toda a comunidade na protecção e valorização do património cultural” (Casalta Nabais, 2010: 31).

Como veremos, pode tratar-se aqui de uma questão de livre arbítrio/ sujeição, no mais lato sentido dos termos. Ou de outra maneira, convocando os conceitos de Isaiah Berlin de liberdade positiva e liberdade negativa, o primeiro, na acepção daquilo “que eu sou livre de fazer”, não dispensa que o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (ou o Plano Director Municipal e demais diplomas de Ordenamento)

⁸ Para um conhecimento dos resultados destas intervenções cf. FILIPE I. (2006); VALERA (2006) para o caso do Palácio dos Lumiares e FILIPE I, FABIÃO C. (2006/2007) para a Casa do Governador da Torre de Belém, objecto de um projecto multidisciplinar em curso: A Indústria de recursos haliêuticos no período romano; a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém, o estuário do Tejo e a fachada atlântica (PTDC/HAH/74057/2006).

contemple a obrigatoriedade de uma prática consentânea com os mais elevados padrões que conhecemos. Poderíamos fazê-lo mesmo que a lei a tal não nos obrigasse, mas um enquadramento legal adequado inibiria por certo os que usam da liberdade negativa de o não fazer. Por outro lado, ainda a mote de I. Berlin e do seu ensaio "The Hedgehog and the Fox" (1953), se é certo que "the fox knows many things, but the hedgehog knows one big thing", urge promover uma Lei e uma Política para o Património Cultural que impliquem uma abordagem holística que congregue estas duas visões e se afigure consentânea com a ordem vocacionada para a permanência, estabilidade e normalidade ao tempo existente: o de hoje.

3. A lei e prática hoje

Sem ter a veleidade de encontrar nexos entre os contributos descritos no capítulo anterior (Sarrazola, 2006: 26; ERA/Lago, Valera, Sarrazola, et al., 2011) e as alterações que se vieram a verificar nos anos vindouros no quadro da legislação de desenvolvimento, apraz notar que o actual quadro jurídico não enferma da sagaz noção de Lampedusa de que às vezes é preciso *mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma*⁹. Para tal, basta notar os benefícios públicos que, só para nos determos na cidade de Lisboa, se notam já da aplicação do Decreto-Lei 140/2009 de 15 de Junho, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

Para uma abordagem de carácter prático, focaremos adiante o articulado de quatro diplomas:

Plano Director Municipal de 1994 (revogado)⁹;

Plano Director Municipal de 2012 (vigente)¹⁰;

Regulamento de Trabalhos Arqueológicos de 1999 (revogado)¹¹;

Regulamento de Trabalhos Arqueológicos de 2014 (vigente)¹².

Em boa verdade, a redação do artigo 15º (Áreas de Potencial Valor Arqueológico) do Plano Director Municipal de 1994 enfermava de problemas de clareza e de efectivas imprecisões que acabavam por relegar para a arbitrariedade da Tutela os limites da sua aplicação. Se não, vejamos, atítulo de exemplo, o que se determinava no ponto 5: "nas áreas de nível 2 [área urbana delimitada fora do perímetro da área de nível 1, esta última correspondente ao interior da muralha fernandina e ao Bairro da Mouraria] a Câmara Municipal, com base em parecer da estrutura consultiva criada nos termos do disposto no nº 2 do artigo 4º¹⁴, pode estabelecer, no licenciamento de obras que impliquem escavações ou remeximento do subsolo, as condições a que deve obedecer a fiscalização e acompanhamento técnico municipal da obra, por forma que sejam asseguradas a identificação, preservação e registo de valores arqueológicos, nos termos da legislação em vigor". Com efeito, não só nos deparamos com a arbitrariedade a que fizemos menção, como o carácter casuístico subjacente ao emprego do verbo poder em lugar de dever, deixava uma brecha demasiado aberta a liberdades de criatividade exegética pouco consentânea com o mínimo que se exige de um preceito regulamentar.

Hoje, o Plano Director Municipal de 2012 constitui um diploma de rigor, actualidade e abrangência quando comparado com o seu equivalente de 1994 (mesmo salvaguardando eventuais anacronismos, considerando as especificidades do contexto histórico-político de meados dos anos noventa). Para tal basta notar a dimensão geográfica e qualitativa das áreas de nível arqueológico I, II e III, decorrentes de uma inequívoca actualização do estado dos nossos conhecimentos, à data, adaptada à redação do diploma¹⁵. Porém, leia-se o conteúdo do ponto 5º do artigo 33º (Áreas de Valor Arqueológico): "5 — Nas áreas de Nível Arqueológico III, a Câmara Municipal, mediante parecer técnico-científico, pode¹⁶ sujeitar as operações urbanísticas que tenham impacto ao nível do subsolo a acompanhamento presencial da obra e à realização de ações ou trabalhos, com vista à identificação, registo ou preservação". Estranhamente, e volvidos quase vinte anos (de 1994 a 2012), nem por isso nos libertámos de poder em lugar de dever.

⁹ Citação livre.

¹⁰ Resolução do Conselho de Ministros nº 94/ 94, Diário da República, I Série B, nº 226 de 29 de Setembro de 1994.

¹¹ Município de Lisboa, Aviso n.º 11622/2012, Diário da República, 2.ª série — N.º 168 — 30 de agosto de 2012.

¹² Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de julho.

¹³ Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro.

¹⁴ Eis os termos do disposto no nº 2 do artigo 4º: "Para o exercício dos poderes não vinculados previstos neste Regulamento, a Câmara poderá criar estruturas consultivas, ou socorrer-se das existentes, compostas por técnicos do município e por personalidades e entidades tecnicamente qualificadas, nomeadamente nas áreas do património, reabilitação urbana e estética urbana".

¹⁵ Para uma aferição cabal deste aspecto, cf. artigo 33º do PDM: Município de Lisboa, Aviso n.º 11622/2012, Diário da República, 2.ª série — N.º 168 — 30 de agosto de 2012.

¹⁶ Sublinhado nosso.

Na viragem do século, o preâmbulo do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos de 1999¹⁷ consubstanciava eloquente exemplo de uma (caduca) noção da Arqueologia que estava, já então, em transformação e mudança. I.e., não obstante expresse um programa de intenções louvável, ao “incrementar a actividade arqueológica em Portugal numa perspectiva de investigação interdisciplinar e interinstitucional” e destacar que o “estudo e publicação sejam igualmente considerados como uma das tarefas mais prioritárias da arqueologia nacional”, é também verdade que à data da sua promulgação se intensificava uma dinâmica empresarial no quadro da actividade arqueológica portuguesa que o diploma parece não acompanhar.

O artigo 5º (Pedidos de autorização para trabalhos arqueológicos) estabelecia uma autorização nominal e delimitada de cada trabalho arqueológico: “3- c) Indicação do nome do arqueólogo responsável pelos trabalhos de campo em cada sítio em caso de projectos que envolvam intervenções em mais de um sítio (...)” não contemplando a corresponsabilização de uma entidade institucional associada ao arqueólogo requerente. Porém, no ponto 2 do artigo 9º (Segurança e fiscalização) determinava-se que “o arqueólogo a quem foi concedida a autorização para a intervenção arqueológica, desde que essa intervenção não seja promovida por qualquer entidade pública ou privada, é responsável pela adopção das regras de segurança no local de trabalho previstas na lei”. Era, pois, mencionado um promotor público ou privado implícito cujas responsabilidades não se regulamentavam para efeitos de autorização, recaindo esta exclusivamente no arqueólogo, para prejuízo de ambos. Tal lacuna era debilmente emendada no ponto nove do artigo 11º (Direcção científica): “A contratação de arqueólogos ou equipas de arqueólogos para a realização de trabalhos (...) implica por parte da entidade contratante¹⁸ a aceitação das regras de prioridade científica estabelecidas neste Regulamento”.

No parágrafo introdutório do texto do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos de 2014¹⁹ assume-se que “o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro, carece de uma adaptação ao cenário atual da arqueologia nacional, sendo, desta forma, necessário aprovar um novo Regulamento. Tem-se vindo a assistir a um aumento expressivo do número de trabalhos arqueológicos realizados, com alterações significativas na natureza e nos agentes dessas intervenções, para cujas solicitações a regulamentação até agora em vigor já não consegue dar resposta”, acrescentando-se adiante que “o surgimento de empresas dedicadas à realização de trabalhos arqueológicos, consolidando a necessidade do reconhecimento de intervenientes como a «entidade

contratante» e a «entidade enquadrante»”. Tal reconhecimento legal vem, como veremos, colmatar a lacuna a que vínhamos fazendo menção.

Do artigo 2º (Definições) importa aqui citar o conteúdo das alíneas b), c) e g), em função do que temos vindo exposto ao longo destas linhas:

“b) «Entidade contratante», qualquer pessoa, singular ou coletiva, de natureza pública ou privada, que por sua iniciativa ou por imposição legal promova a realização de trabalhos arqueológicos;

c) «Entidade enquadrante», qualquer pessoa singular ou coletiva, responsável pela logística, organização e segurança dos trabalhos arqueológicos;

(...)

g) «Trabalhos arqueológicos», todas as ações realizadas em meio terrestre e subaquático que, através de metodologias próprias da arqueologia, visem a identificação, registo, estudo, proteção e valorização do património arqueológico, efetuadas por meio de prospeções, sondagens, escavações, acompanhamentos arqueológicos²⁰, ações de registo de contextos, estruturas arqueológicas e estratigrafia da arquitetura e ações de conservação e valorização em monumentos, conjuntos e sítios.” Com notável economia de texto, é dada letra de lei a três lacunas fundamentais do revogado Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de julho. Os acompanhamentos arqueológicos passam a estar regulamentados, assim como são corresponsabilizadas com o arqueólogo as entidades contratantes (para o caso presente o promotor público ou privado que adjudica a uma empresa de arqueologia – ou a outro tipo de entidade congénere – um determinado trabalho arqueológico) e enquadrante (a empresa de arqueologia – ou outro tipo de entidade congénere – a quem é adjudicado esse trabalho arqueológico). No ponto 6 do artigo 5º (Direcção científica) é reforçado que “O diretor científico e as entidades contratante e enquadrante respondem solidariamente pela salvaguarda, proteção e conservação sustentadas dos bens imóveis e móveis intervencionados e identificados até à conclusão dos trabalhos e depósito do espólio”.

Porém, na instrução de um processo de autorização que ocorra hoje, a Tutela (Direcção Geral do Património Cultural) exige (sob pena de não autorizar os trabalhos) identificação e declaração expressa da entidade proponente (Dono de Obra), o que, em boa verdade, não figura na lei.

*

Nos últimos anos, a comunidade arqueológica portuguesa amadureceu e parece acordar – uns demoradamente outros de supetão – para a necessidade de comunicar com o Público. Regressando à metáfora arquioloquiana de I. Berlin, não basta ser só raposa ou ouriço. Ironias de parte, terminemos, por ora, com três ideias fundamentais: urge continuar a legislar no sentido de que o conhecimento arqueológico decorrente de trabalhos de investigação,

¹⁷ Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de julho.

¹⁸ Sublinhados nossos.

¹⁹ Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro.

²⁰ Sublinhado nosso.

salvaguarda e mitigação seja divulgado de forma generalizada por todos os suportes disponíveis e num código que a todos seja acessível sem prejuízo da sua qualidade (com necessário incremento de medidas que promovam a comunicação e sensibilização/formação junto das comunidades intervenientes nos projectos de obras); impõe-se na Academia, nos Serviços Públicos e nas Empresas o desenvolvimento de uma formação contínua conducente à comunicação alargada, implicando isto a prática efectiva de uma transversalidade temática conducente à aquisição e transmissão de conhecimentos numa dinâmica de abertura, reciprocidade e cidadania.

4. Considerações finais

Recordemos um provérbio árabe: os homens são mais filhos do seu tempo do que dos seus próprios pais. Porventura meia verdade – o seu tempo: um dinâmico ponto de chegada de todos os pretéritos imperfeitos (os que gramaticamente implicam acção).

Desta forma, resta apelar activamente para a estrutura tripartida da narrativa fílmica que Syd Field (1984: 36; 1979: 167) tomou da narratologia que Tzvetan Todorov (2003: 79) herdou da Poética de Aristóteles:

Set up – um dado enquadramento jurídico do Património Cultural.

O melhor dos mundos possíveis com notáveis incrementos na produção legislativa (Lei de Bases e atinente legislação de desenvolvimento) acompanhando a curva ascendente dos empreendimentos de reabilitação e reordenamento urbano assim como o proporcional crescimento dos trabalhos arqueológicos.

Confrontation – uma dada dinâmica de conflito entre os actores sujeitos a esse enquadramento jurídico.

Sabemos bem que neste enredo o problema não é tanto a burocracia, mas muito mais os burocratas (e conhecemos-lhes os nomes, os tiques de retórica e o aprumo dos uniformes). Mas não é a democracia a gestão do conflito? Pois muito bem, como diria o assassino de Banquo na terceira cena do acto terceiro de Macbeth: “let it come down”.

Resolution – a gestão do conflito entre os actores em cena e uma imperativa mudança de tom.

A Arqueologia está hoje inserida num mundo complexo, participando de decisões sobre o futuro dos territórios e do património que nos chega do passado. Neste âmbito, a comunicação relativa ao trabalho dos arqueólogos deve ser aberta e fluida e rigorosa. Sem esquecer que interferem num palco de interesses e decisões, os arqueólogos devem afirmar uma Arqueologia Pública, verdadeiramente de todos. Tal desafio aclama uma articulação entre todos: arqueólogos, legisladores, empreendedores, cidadãos e tutela. A todos exorta a não permitir que o inferno burocrático faça tender a necessária ordem do Direito para uma desnecessária, global e danosa desordem.

Considerando que “todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural”²¹, eis a pergunta retórica: se a lei em vigor apresenta no seu articulado conteúdos textuais que se dão a exegéticos conflitos entre Tutela e Arqueólogos – lesivos do Património Cultural, da Ordem e da Cidadania – não urge actualizar a legislação de desenvolvimento?

Entretanto, já bem o sabemos, «cela est bien dit (...), mais il faut cultiver notre jardin»²².

Bibliografia

- AGATE, James (1946) *A Shorter Ego*, Harrap, London.
- ALMEIDA, M. J. (2008) “Avaliação de Impactes e Património Cultural – Que Papel Para o Arqueólogo e Para o Património Arqueológico?”, *Paxis Archaeologica* 3, pp. 161-166.
- ARAÚJO, J, CARDOSO, B., CASTELO, I., et. all. (2013) “A Arqueologia urbana em Lisboa: análise da actividade arqueológica entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial”, *I Congresso de Arqueologia Portuguesa da AAP*, pp. 97-102.
- ARNAUD, J. Moraes (2013) “Editorial”, *I Congresso de Arqueologia Portuguesa da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Actas, AAP*, pp. 179-188.
- BANHA DA SILVA, Rodrigo (2002) *PFRIA. Projecto de Digitalização dos Registos da Intervenção Arqueológica da Praça da Figueira*, DM-DPC, CML.
- BANHA DA SILVA, Rodrigo (2005) “Marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.). Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais. Braga. Texto policopiado.
- BANHA DA SILVA, Rodrigo (2010) “Arqueologia viária romana em Lisboa: a i.a.u. da Praça da Figueira, Cira-Arqueologia I”, *ACTAS MESA REDONDA “DE OLISIPO A IERABRIGA”*.
- BARBOSA RODRIGUES, I. (2015) *Introdução ao Direito – Geral, Interno, da União Europeia e Internacional*, 2ª ed. Quid Juris, Lisboa.
- BARKER, Philip (1993) *Techniques of Archaeological excavation*, Routledge, London.
- BERLIN, Isaiah (1953) *The Hedgehog and the Fox: An Essay on Tolstoy's View of History*, Weidenfeld & Nicolson, London.
- BUGALHÃO, J. (2008) “Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança”, *Era-Arqueologia*, nº8.
- CARANDINI, A. (1997) *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, [1ª Ed. 1981], Barcelona, Editorial Crítica.
- CLARO, J. Martins, (2011) “A Lei de Bases do Ambiente e as Outras Leis de Bases”, *Actas do Colóquio – A Revisão da Lei de Bases do Ambiente*, ICJP - FDL, Lisboa.
- COSTA PINTO, A. PIMENTEL I, (1995) “Entrevista com Zeev Stenhell. Fascismo: a recusa da herança das luzes” *História*, 15, pp. 46-53.
- ERA/ LAGO, VALERA, SARRAZOLA, et all (2011). *Revisão do Plano Director Municipal de Lisboa*. Carta. Policop.
- FABIÃO, Carlos (1994) “Ler as cidades antigas: arqueologia urbana em Lisboa”, *Penélope*, 147-162.
- FIELD, Syd (1979) *Screenplay. The Foundations of Screenwriting*, Dell Publishing, New York.
- FIELD, Syd (1984) *The Screen-Writer's Workbook*, Dell Publishing, New York.

²¹ Constituição da República Portuguesa, Art.º 78, 1.

²² Voltaire, Candide, Conclusion, Chapitre trentième.

- FILIPE I, FABIÃO C. (2006/2007) "Uma unidade de produção de preparados peixe de época romana na Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa). Uma primeira apresentação", *Arqueologia & História*, nº 58/59.
- FONSECA, C, BETTENCOURT, J, QUILHÓ, T (2013) "Entalhes, mechas e cavilhas: evidências de um navio romano na Praça D. Luís I (Lisboa)", *I Congresso de Arqueologia Portuguesa da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Actas, AAP*, pp. 1185-1192.
- HARRIS, Edward (1989) *Principles of archaeological stratigraphy*, Academic Press, London.
- INA (1996) *Direito do Património Cultural*.
- IPPAR (1996) *Informar para proteger. Legislação Nacional*.
- IPPAR (1996) *Informar para Proteger. Cartas e Convenções Internacionais*.
- KUNDERA, Milan (2005) *A Cortina. Ensaio em sete partes*, ASA, Lisboa.
- LAGO, M. (2008) "Gestão de Projectos de Arqueologia: Equívocos em torno do Caderno de Encargos", *Era-Arqueologia*, 8, pp. 6-13.
- LAGO, M. SARRAZOLA, A. (2013) "Para a construção de uma Arqueologia Pública: memória e comunicação", *I Congresso de Arqueologia Portuguesa da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Actas, AAP*, pp. 179-188.
- LOPES, F., CORREIA, M. B., (2004) *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Livros Horizonte, Lisboa.
- LOSADA, Raul/ERA(2015) <https://documentariodefundeadouro romano.wordpress.com>.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório Intercalar – Proposta de Lei de Bases do Património Cultural*, Lisboa, 1998.
- MIRANDA, J., CLARO, J. Martins., ALMEIDA, M. T., coord. (1996) *Direito do Património Cultural*, INA, Oeiras.
- MOITA, I. (1964) "Hospital Real de Todos-os-Santos I", *Revista Municipal*, nº 101/ 102.
- MOITA, I. (1965) "Hospital Real de Todos-os-Santos II", *Revista Municipal*, nº 104/ 105.
- NABAIS, J. Casalta (2010) *Introdução ao Direito do Património Cultural*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2010.
- PARREIRA, J, MACEDO, M (2013) "O fundeadouro romano da Praça D. Luís I", *I Congresso de Arqueologia Portuguesa da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Actas, AAP*, pp.747-754.
- RAMOS, J.L. Bonifácio (2011) "O Ministério da Cultura e as Políticas Culturais", *Direito da Cultura e do Património Cultural*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, pp. 247-287.
- REAL, Fernando, ALFARO, L. (2006) "Legislação e regulamentação em 2005", *Praxis Archaeologica*, n.º 1, 2006, pp. 23-38.
- SARRAZOLA, A BETTENCOURT e TEIXEIRA (2014) "Lisboa, o Tejo e a Expansão Portuguesa: os mais recentes achados arqueológicos da Lisboa Ribeirinha" *O Tempo Resgatado ao Mar*. Exposição. Catálogo. Museu Nacional de Arqueologia. INCM.
- SARRAZOLA, A. (2000) "Arqueologia e Acompanhamento de Obras: um equilíbrio em construção", *ERA-Arqueologia*. Lisboa, 2, p. 52-67.
- SARRAZOLA, A. (2006) "Regulamentação legal associada a trabalhos de acompanhamento arqueológico (ou da arte de caçar com gato)", *Praxis Archaeologica*, nº1, pp. 23-28.
- SARRAZOLA, A (2013) "Orla ribeirinha de Lisboa: contextos náuticos de Época Moderna (recentes descobertas)", *I Congresso de Arqueologia Portuguesa da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Actas, AAP*, pp. 1193-1196.
- SILVA, António Carlos (2008) "Arqueologia Empresarial: questões legais a montante dos Cadernos de Encargos", *Era-Arqueologia*, n.º 8, pp. 14-18.
- SILVA, A. M. S. P. (2005) "O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 8(1), p. 459-469.
- SOUSA, Ana Catarina, (2013) "A Revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos e os contextos sociais da arqueologia no século XXI: uma breve reflexão" *Revista Património*, n.º 1, Direção Geral do Património Cultural, pp. 36-42.
- TODOROV, Tzvetan (1993) *Poética*, Teorema, Lisboa.
- TODOROV, Tzvetan (2006) *As Estruturas Narrativas*, Perspectiva, São Paulo.
- VOLTAIRE, *Candide*, [2001 Blackmask Online].

DUAS DÉCADAS DE INVESTIGAÇÃO NOS PERDIGÕES: RESENHA DA BIBLIOGRAFIA PRODUZIDA

António Carlos Valera¹

Resumo:

Aproveitando o facto de a investigação continuada no complexo de recintos de fossos dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz) perfazer duas décadas, sublinha-se a sua importância para a valorização nacional e internacional deste sítio arqueológico e apresenta-se uma compilação das publicações e teses académicas produzidas, classificando-as por temáticas e assuntos abordados, referindo ainda as principais fontes de financiamento que têm permitido a implementação e o desenvolvimento do projecto.

Abstract:

Two decades of research at Perdigões: bibliographic compilation

The archaeological research program of Perdigões (Reguengos de Monsaraz) completes two decades this year. In the present paper, the importance of that research project to the national and international appreciation of the site is underlined and a compilation of the publications and academic theses is presented, classified by issues. The main sources of funding that allowed the development of the program so far are also referred.

Em 2017 perfazem vinte anos de investigação continuada, liderada pela equipa da ERA Arqueologia, no complexo de recintos dos Perdigões, processo iniciado em 1998 na sequência da campanha de diagnóstico (1997), após a surribo do sítio em 1996. Foi também neste ano de 2017 que o processo administrativo de classificação dos Perdigões como Monumento Nacional chegou ao fim, aguardando-se a publicação da decisão. Na base desta decisão está, em grande medida, o processo de investigação desenvolvido, pois foi este que paulatinamente construiu a (hoje inegável) relevância patrimonial e científica daquele complexo arqueológico, tanto a nível nacional como internacional.

Durante estas duas décadas, vários foram os investigadores e as instituições que colaboraram com o Programa Global de Investigação dos Perdigões (INARP) e vários foram os projectos e sub-projectos de investigação que, enquadrados naquele programa, desenvolveram investigação sobre o sítio, os seus contextos e conjuntos artefactuais. Produzindo conhecimento e problematizado, transformaram este lugar num dos mais emblemáticos da Pré-História Recente portuguesa, conferindo-lhe igualmente grande projecção internacional.

Na realidade, se várias circunstâncias, instituições e agentes contribuíram de forma decisiva para a preservação dos Perdigões e para o desenvolvimento do seu continuado e coerente processo de investigação, tem sido este o principal factor de valorização do sítio arqueológico. Reforça-se, assim, a importância de uma articulação entre processos de protecção / valorização de contextos arqueológicos e estratégias continuadas de investigação.

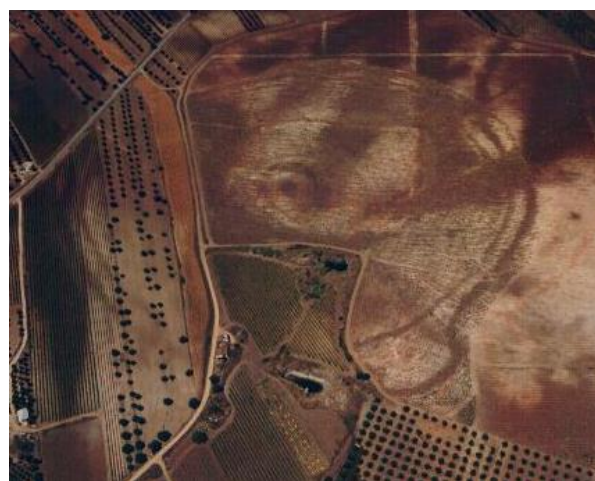


Figura 1 – Imagem aérea dos Perdigões após a surribo de 1996

¹ Era – Arqueologia, S.A / ICArEHB – Ualg.

Coordenador do Programa Global de Investigação dos Perdigões

Tomada na globalidade, esta investigação nos Perdígões tem incidido sobre múltiplas temáticas, naturalmente interligadas entre si, e que poderemos sintetizar nas seguintes categorias: a temporalidade do sítio, as práticas funerárias, interacção e mobilidade, práticas sociais e processos deposicionais, caracterização paleobiológica, recursos económicos, paleoambientes, processos tecnológicos e arquitecturas, todas concorrendo para a caracterização da natureza do sítio e do papel social que desempenhou, a diferentes escalas, na trajectória histórica do Neolítico e Calcolítico do Sudoeste Peninsular. Temáticas tratadas a partir de múltiplas áreas disciplinares, as quais vão conferindo ao programa de investigação o cariz transdisciplinar indispensável à abordagem de um sítio com as dimensões e a complexidade dos Perdígões.



Figura 2 – Escavação do Sepulcro 1 (1997). Foto de Miguel Lago.

Simultaneamente, o programa tem assumido um relevante papel na área da formação académica, quer ao nível das intervenções de campo (com a participação, ao longo destes vinte anos, de largas dezenas de estudantes de inúmeras universidades portuguesas e estrangeiras, destacando-se a relação protocolada com a Universidade de Bradford, para a qual os Perdígões funcionam como campo escola), quer ao nível da formação pós-graduada, com a realização de teses de mestrado e doutoramento.

Obviamente, a implementação de um programa de investigação com esta longevidade implicou a conjugação de múltiplas fontes de financiamento, as quais vão desde os fundos próprios de instituições que nele participaram aos vários projectos específicos aprovados e financiados. Neste âmbito, cabe naturalmente destacar o envolvimento financeiro de duas instituições privadas: o Esporão SA. (empresa proprietária de 2/3 do sítio) e a Era Arqueologia, que desde 1998 têm contribuído significativamente para sustentar o projecto. Mas outras fontes principais devem ser referidas, sem que se pretenda ser exaustivo: o Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, com o financiamento de dois projectos de 4 anos entre 1998 e 2006, a fundação Calouste Gulbenkian, o Archaeological Institute of America

em 2007-2008, a Fundação para a Ciência e Tecnologia através de dois projectos (um já concluído e outro em curso) e a Junta da Andaluzia (no âmbito da colaboração com a Universidade de Málaga).

Ao fim de duas décadas, todo o empenhamento e o esforço financeiro investidos no processo de investigação dos Perdígões encontram a sua tradução num conjunto alargado de textos produzidos, que contabilizam o número total de 84, correspondendo 72 a artigos e 12 a teses académicas (8 de mestrado e 4 de doutoramento).

No que respeita às teses, estas foram desenvolvidas nas universidades de Coimbra (4, com uma à espera de defesa), Algarve (3, com uma à espera de defesa), Porto (1), Bradford (1), Málaga (1), Évora (1) e Instituto Politécnico de Tomar (1), diversidade reveladora de uma política de colaborações aberta.

Quanto aos artigos publicados, estes distribuem-se por revistas da especialidade nacionais e internacionais e por actas de reuniões científicas onde foram apresentadas comunicações ou posters sobre os Perdígões (não se contabilizam as largas dezenas de apresentações e posters que não se traduziram em publicação). Assim, 40 artigos foram publicados em revistas nacionais, 19 em revistas internacionais (sendo 13 deles submetidos a processos de revisão por pares) e 13 em actas (2 igualmente submetidos a revisão por pares).

Os assuntos tratados nestas teses e publicações são muito variados, respondendo às múltiplas temáticas de investigação acima referidas, não sendo muitos deles fáceis de classificar dado o seu carácter transversal e interligado. Ainda assim, no sentido de apresentar uma visão global da diversidade de assuntos e abordagens, realizou-se uma classificação sustentada nas seguintes categorias: Intervenções (textos com descrições e interpretações de contextos intervencionados), Arqueometria (tecnologia, caracterização de matérias-primas e proveniência, abordagens isotópicas, cronometria), Arqueozoologia (de vertebrados e fauna malacológica), Práticas Funerárias / Antropologia Biológica, Estudos Paleoecológicos (palinológicos), Estudos de Conjuntos Artefactuais, Projecto / Gestão (textos sobre a organização e gestão do projecto de investigação e divulgação) e Temáticas Variadas.

A distribuição dos 84 textos por estas categorias (Tabela 1), revela uma preponderância de estudos arqueométricos (17 textos), que são muito variados, abrangendo a cronologia de contextos e estruturas, artefactos metálicos, recipientes cerâmicos, artefactos em mármore e calcário, contas de colar, estudos isotópicos de materiais (cinábrio), animais e humanos e pontualmente outros materiais (como o âmbar). Tratam-se de textos importantes para as problemáticas relacionadas com a interacção e mobilidade, mas também para questões relativas a tecnologias de produção e ao uso de certos artefactos. Seguem-se, com um valor idêntico (14 textos cada), a Práticas Funerárias / Antropologia Biológica, os Estudos de Materiais e as Intervenções, importantes na descrição e caracterização de contextos e arquitecturas,

processos deposicionais, estratégias económicas, interacção e mobilidade, definição de práticas sociais presentes no sítio, perfis biológicos e demográficos e paleopatologias. A Arqueozootologia vem em seguida (com 11 trabalhos), que caracterizam uma amostra que, na globalidade, já ronda os 20.000 restos faunísticos. As Temáticas Variadas, ou seja, textos que tratam problemáticas mais abrangentes (por exemplo as questões astronómicas, ou a expressão do fenómeno campaniforme) correspondem a 7 casos. Com menor expressão, surgem as categorias de textos relacionados com o Projecto / Gestão (7 casos) e, sobretudo, os relativos aos Estudos Paleoecológicos (apenas 2), revelando o trabalho que ainda há a fazer neste ângulo de abordagem ao sítio.

Na sua globalidade, estes trabalhos providenciam já uma importante base empírica e um conjunto de reflexões, problematizações e quadros interpretativos que tonam os Perdígões num sítio incontornável na investigação das trajetórias sociais das comunidades da segunda metade do 4º e do 3º milénios AC, à escala peninsular e europeia.

Faltam, contudo, trabalhos monográficos. As razões são várias, sendo a mais relevante a dimensão/complexidade do sítio, que obriga a grande quantidade de trabalho e tempo até que se possa, de forma coerente e minimamente completa, apresentar sínteses sobre contextos ou conjuntos de contextos. Esta insuficiência, contudo, começará a ser colmatada já em 2018, ano para o qual está prevista a publicação da monografia do Sepulcro 1, da monografia do Sepulcro 3, da monografia dos contextos de deposições de cremações humanas e da monografia dos Perdígões neolíticos (contextos, estruturas e materiais da fase neolítica do sítio e sua integração no desenvolvimento regional durante a segunda metade do 4º / inícios do 3º milénio AC).

Entretanto, fica a lista completa dos textos já escritos resultantes de duas décadas de investigação no complexo arqueológico dos Perdígões, quase todos já disponíveis gratuitamente na internet.



Figura 3 – Escavação do Sepulcro 3 (2017).

Bibliografia dos Perdígões (1998 – 2017)

2017

BASÍLIO, A.C. (2017), *Dinâmicas ocupacionais na segunda metade do 3º milénio a.C. nos Perdígões: Continuidades e descontinuidades*, Dissertação de Mestrado entregue à Universidade do Algarve.

BOTTAINI, C.E.; BRUNETTI, A.; MONTERO-RUIZ, I.; VALERA, A.; CANDEIAS, A.; MIRÃO, J. (2017), "Use of Monte Carlo Simulation as a Tool for the Nondestructive Energy Dispersive X-ray Fluorescence (ED-XRF) Spectroscopy Analysis of Archaeological Copper-Based Artifacts from the Chalcolithic Site of Perdígões, Southern Portugal", *Applied Spectroscopy*, 0(0) I-II.

DIAS, M.I.; KASZTOVSZKY, ZS.; PRUDÊNCIO, M. I.; VALERA, A. C.; MARÓTI, B.; HARSÁNYI, I.; KOVÁCS, I.; SZOKEFALVI-NAGY, Z. (2017), "X-ray and neutron based non-invasive analysis of Pre-historical stone artefacts: a contribution to understand mobility and interaction networks", *Archaeological and Anthropological Sciences Journal*, 457.

DIAS, M. I., PRUDÊNCIO, M.I., VALERA, A.C. (2017), "Provenance and circulation of Bell Beakers from Western European societies of the 3rd millennium BC: the contribution of clays and pottery analyses", *Applied Clay Science*, 146: 334-342.

DIAS, M. I., VALERA, A. C. (2017), Stone travelers. Contribution of non-invasive nuclear techniques to determine culture identity, mobility and interaction in the recent prehistory of South Portugal. B.3. Chapter 9 -Ceramics, marbles and stones in neutron Light. Characterization of ceramics, marbles and other stone materials by neutron methods. "Neutron Methods for Archeology and Cultural Heritage ed. Nikolay Kardjilov & Giulia Festa, 89-140.

EVANGELISTA, L.S. (2017), *Resting in peace or in pieces: Tomb I and death management in the 3rd millennium BC at the Perdígões Enclosure (Reguengos de Monsaraz, Portugal)*, Dissertação de Doutoramento entregue à Universidade de Coimbra.

NELSON, C. (2017), "A fauna depositada sob o "Cairn 1" dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz)", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 12: 23-35.

RODRIGUES, T.V.O. (2017), *Uma história revelada pelas gentes do passado: estudo antropológico do espólio ósseo humano exumado do Corredor e do Átrio do Sepulcro 2 dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Coimbra, Policopiado.

VALERA, A.C. (2017) – "The 'Exogenous' at Perdígões Approaching Interaction in the Late 4th and 3rd Millennium BC in Southwest Iberia", In BARTLHEIM, M.; BUENO RAMÍREZ, P.; KUNST, M. – Key resources and sociocultural developments in the Iberian Chalcolithic: 201-224.

VALERA, A.C., BASÍLIO, A.C. (2017), "Approaching Bell Beakers at Perdígões enclosures (South Portugal): site, local and regional

scales", *Sinos e vasos. Junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença Campaniforme na Península Ibérica*, 40-55

VALERA, A.C., LINO, A. (2016/2017), "Aspectos da Interacção Transregional da Pré-História Recente do Sudoeste Peninsular: Interrogando as Conchas e Moluscos nos Perdígões", *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, C.M.O., 23: 189-218.

2016

CARO, J.L.; JIMÉNEZ-JÁIMEZ, V.; MÁRQUEZ-ROMERO, J.E. (2016), "Using digital photogrammetry to produce 3D models at prehistoric ditched enclosures: Perdígões as a case study", In KAMERMANS, H.; DE NEED, W.; PICCOLI, C., POSLUSCHNY, A.G.; SCOPIGNO, R., *The three dimensions of Archaeology*, Proceedings of the XVII UISPP World Congress (1-7 september 2014, Burgos, Spain), 61-72.

COSTA, C. (2016), "As potencialidades dos estudos faunísticos para a investigação dos recintos peninsulares da Pré-História Recente: os casos de Castanheira do Vento e Perdígões", In Sanches, M. J., Monteiro-Rodrigues, S., Vale (coord.), "ARQUEOCIÊNCIAS, 2016, Recintos Peninsulares da Pré-História Recente. Métodos Multidisciplinares de Investigação. Pré-Atas, 13-16.

MÁRQUEZ-ROMERO, J. E.; MATA-VIVAR, E.; JIMÉNEZ-JÁIMEZ, V. (2016), "Ditch 1 from Perdígões within the traditions of late prehistoric monumental architecture in the middle Guadiana basin (4th-3rd millennia cal BCE)", In *Within Ditches and Walls: Settlements, Fortifications, Enclosures, Monuments, Villages and Farms in the Third Millenium BCE*. Oxford, GB, Archaeopress (Proceedings of the XVII UISPP World Congress (1-7 September, Burgos, Spain).

MENDONÇA, M, CARVALHO, A.F. (2016), "A componente em pedra lascada dos monumentos funerários 1 e 2 do complexo arqueológico dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz)", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 11: 33-45.

VALERA, A.C. (2016), "Nota sobre uma decoração incomum num recipiente dos Perdígões", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 11: 9-12.

ZALAITÉ, I. (2016), *Exploring Chalcolithic diet and mobility of humans and animals from Perdígões site*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora.

2015

BASTOS, B. (2015), "Potential of Lipid analysis on prehistoric portuguese pottery", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 10, Lisboa, NIA-ERA, 21-31.

CUNHA, C.M.S. (2015), *Crossing the river: the dental morphology of the chalcolithic populations in the middle Guadiana*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, Polycopiado.

EMSLIE, S.D., BRASSO, R., PATTERSON, W.P., VALERA, A.C., MCKENZIE, A., SILVA, AM., GLEASON, J.D. and BLUM, J.D. (2015), "Chronic mercury exposure in Late Neolithic/Chalcolithic populations in Portugal from the cultural use of cinnabar", *Scientific Reports*, (1/10/2015).

MATA VIVAR, E. (2015), *Foso 1 del yacimiento de Perdígões (Reguengos de Monsaraz - Portugal). Aproximación histórica a la construcción, uso y abandono de un recinto de fosos tardío en el Alentejo (III milénio a.C.)*, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Málaga, Polycopiado.

SILVA, A.M.; LEANDRO, I.; VALERA, A.C.; PEREIRA, D.; AFONSO, C. (2015), "Late Neolithic pit burial from Perdígões enclosure (Portugal): preliminary results of the paleobiological analysis of the exhumed human bones", In L. Rocha, P. Bueno, G. Branco eds., "Death as Archaeology of transition: thoughts and materials. Papers from the II International Conference of Transition Archaeology: Death Archaeology 29 April 1 May 2013", *BAR, International Series*, 2708, 245-250.

SUÁREZ, J.; MÁRQUEZ ROMERO, J.E.; CARO PÉREZ, J.L.; MATA VIVAR, E.; ALBADALEJO, P.C.; JIMÉNEZ-JÁIMEZ, V.; ALTAMIRANO TORO, E.; MILESI, L.; CRESPO, E. (2015), "Excavaciones arqueológicas en la Puerta 1 del yacimiento de Perdígões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Universidad de Málaga, Campaña de 2013", *Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, 7: 279-298.

VALERA, A.C. (2015), "The diversity of ideotechnic objects at Perdígões enclosure: a first inventory of items and problems", *ARPI*, 3 Extra: 238-256.

VALERA, A.C. (2015), "Ídolos falange, cervídeos e equídeos. Dados e problemas a partir dos Perdígões", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 10: 7-20.

VALERA, A.C. (2015), "Cienpuzuelos beaker geometric patterns: a glimpse into their meaning", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 10: 47-51.

VALERA, A.C., SCHUHMACHER, T.X., BANERJEE, A. (2015), "Ivory in the Chalcolithic enclosure of Perdígões (South Portugal): the social role of an exotic raw material", *World Archaeology*.

2014

MONGE SOARES, A.M.; ALVES, L.C.; FRADE, J.C.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M.F.; CANDEIAS, A.; SILVA, R.J.C. SILVA; VALERA, A.C. (2014), "Bell Beaker gold foils from Perdígões (Southern Portugal) – Manufacture and use", Proceedings of the 39th International Symposium for Archaeometry, 120-124.

PEREIRA, D. (2014), *Nas cinzas jazem engendros da morte, reflexos de vidas de outrora. As cremações pré-históricas dos Perdígões*, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, polycopiado.

SILVA, A.M., LEANDRO, I., PEREIRA, D. and VALERA, A.C. (2014), "Collective secondary cremation in pit grave: a unique

funerary context in Portuguese Chalcolithic burial practices", *HOMO - Journal of Comparative Human Biology*.

VALERA, A.C., EVANGELISTA, L.S. (2014), "Anthropomorphic figurines at Perdigões enclosure: naturalism, body proportion and canonical posture as forms of ideological language", *Journal of European Archaeology*, 17, 2: 286-300.

VALERA, A.C., EVANGELISTA, L., CASTANHEIRA, P. (2014), "Zoomorphic figurines and the problem of Human-Animal relationship in the Neolithic and Chalcolithic Southwest Iberia", *Menga, Revista de Prehistoria de Andaluzia*, 5: 15-33.

VALERA, A.C., SILVA, A.M., CUNHA, C., EVANGELISTA, L. (2014), "Funerary practices and body manipulation at Neolithic and Chalcolithic Perdigões ditched enclosures (South Portugal)" in A.C. Valera ed. *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*, BAR, International Series 2676: 37-57.

VALERA, A.C.; SILVA, A.M., MÁRQUEZ ROMERO, J.E. (2014), "The temporality of Perdigões enclosures: absolute chronology of the structures and social practices", *SPAL*, 23: 11-16.

2013

BASTOS, B. I. F. (2013), *Potential of lipid analysis on prehistoric Portuguese pottery*, Dissertation submitted in partial fulfilment of the requirements for the degree of Master of Sciences by Advance Study in Archaeological Sciences, Bradford University, UK.

COSTA, C. M. C. (2013), *Tafonomia em contexto pré-histórico. A zooarqueologia como recurso para a compreensão das "estruturas em negativo" da Pré-História Recente*, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Algarve. Policopiado.

DANIELSON, R.; MENDES, P.M. (2013), "Pollen analysis of Late Neolithic ditch deposits from the Perdigões archaeological site", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9: 13-20.

EVANGELISTA, L.; SILVA, A.M. (2013), "TOMB 3 - Perdigões Prehistoric enclosure (Reguengos de Monsaraz, Portugal): first anthropological results", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, NIA-ERA, 9: 47-54.

MÁRQUEZ ROMERO, J.E.; MATA VIVAR, E.; JIMÉNEZ JÁIMEZ, V. e SUÁREZ PADILLA, J. (2013), "Datações absolutas para el foso 1 de Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal): Reflexiones sobre su cronología y temporalidade", *SPAL*, 22: 17-27.

MÁRQUEZ-ROMERO, J.H.; SUÁREZ PADILLA, J.; MATA VIVAR, E.; JIMÉNEZ-JÁIMEZ; CARO, J. L.; CUEVAS ALBADALEJO, P. (2013), "Actuaciones arqueológicas realizadas por la Universidad de Málaga en el yacimiento de Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal): trienio 2011-2013", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, NIA-ERA, 9: 61-76.

MILESI, L.; CARO, J. L.; FERNANDÉZ, J. (2013), "Hallazgos singulares en el contexto de la Puerta 1 del complejo arqueológico de Perdigões, Portugal", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9: 55-59.

SUÁREZ-PADILLA, J.; CARO, J. L.; MATA VIVAR, E.; MÁRQUEZ-ROMERO, J. E.; JIMÉNEZ-JÁIMEZ, V. (2013), "Excavaciones en extensión de la Universidad de Málaga (UMA) en el yacimiento de Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). El sondeo L1. Campañas 2011-2012", In *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, 521-549.

2012

CABAÇO, N. (2012), "Restos faunísticos em contexto funerário nos Perdigões, Reguengos de Monsaraz (Sepulcros 1 e 2)", In CASCALHEIRA, J.; GONÇALVES, C. eds. (2012), "Actas das IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica – JIA 2011: Faro, 11 a 14 de Maio de 2011", *Promontória Monográfica*, 16, vol. 1: 259-267.

MENDONÇA, M. (2012), *Os monumentos funerários 1 e 2 do Complexo Arqueológico dos Perdigões: Estudo do espólio funerário em pedra lascada*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Algarve. Versão policopiada.

VALERA, A. C. (2012), "Ídolos Almerienses provenientes de contextos neolíticos do complexo de recintos dos Perdigões." *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 8: 19-28.

2011

COSTA, C. (2011), "Problemática do enchimento dos Fossos 3 e 4 (sector I) dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz) com base da análise estratigráfica dos restos faunísticos", in BETTENCOUT, A.; ALVES, M.I. and MONTEIRO-RODRIGUES, S. (eds.), "Variações Paleoambientais e Evolução Antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular", *Palaeoenvironmental Changes and Anthropization in the Quaternary of Western Iberia*, Braga, 113-124.

MATA VIVAR, E.; FERNÁNDEZ, J.; CARO, J.L. (2011), "Figurinha en xisto procedente del relleno del foso 1 del complejo arqueológico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz)", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 7: 19-22.

MÁRQUEZ ROMERO, J.E.; JIMÉNEZ JÁIMEZ; SUÁREZ PADILLA, J. (2011), "Desconstruyendo Perdigões: Sobre la temporalidad en los yacimientos de fosos del sur de la Península Ibérica", I congreso de Prehistoria de Andalucía: La tutela del Patrimonio prehistórico, 575-578.

MÁRQUEZ ROMERO, J.E.; SUÁREZ PADILLA, J.; JIMÉNEZ JÁIMEZ, V. e MATA VIVAR, E. (2011), "Avance a la secuencia estratigráfica del foso 1 de Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal) a partir de las campañas de 2009 y 2010", *Menga*, 2: 157-175.

MÁRQUEZ ROMERO, J.E., SUÁREZ PADILLA, J., MATA VIVAR, E., JIMÉNEZ-JÁIMEZ, V.; CARO, J.L. (2011), "Actividades arqueológicas de la Universidad de Málaga en el complejo arqueológico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal)", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 7: 33-40.

MÁRQUEZ ROMERO, J.E.; VALERA, A.C.; BECKER, H.; JIMÉNEZ-JÁIMEZ, V. e SUÁREZ PADILLA, J. (2011), "El

Complexo Arqueológico dos Perdigueiros (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Prospecciones Geofísicas – Campaña 2008-09”. *Trabajos de Prehistoria*, Madrid, 175-186.

VALERA, A.C.; SILVA, A.M. (2011), “Datações de radiocarbono para os Perdigueiros (1): contextos com restos humanos nos Sectores I e Q”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 7: 7-14.

2010

CABAÇO, N. (2010), “Restos faunísticos em contextos do Neolítico Final do Sector Q do recinto dos Perdigueiros (Reguengos de Monsaraz)”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5: 43-48.

COSTA, C. (2010), “Os restos faunísticos de animais vertebrados do Sector I dos Perdigueiros (fossas e fossos 3 e 4)”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6: 53-74.

ODRIOZOLA, C.P., LINARES-CATELA, J.A. E HURTADO-PÉREZ, V. (2010), “Perdigueiros' green beads provenance analysis”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6: 47-51.

SILVA, A.M.; VALERA, A.C.; COSTA, C.; DIAS, M.I. (2010), “A new research project on funerary practices at Perdigueiros enclosure”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5: 43-48.

VALERA, A.C. (2010), “Marfim no recinto calcolítico dos Perdigueiros (1): “Lúnulas, fragmentação e ontologia dos artefactos””, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5: 31-42.

VALERA, A. C. (2010), “Construção da temporalidade dos Perdigueiros: contextos neolíticos da área central”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5: 19-26.

VALERA, A.C. (2010), “Mapping the Cosmos: A cognitive approach to Iberian Prehistoric enclosures” in VALERA, A.C.; EVANGELISTA, L., “The idea of enclosure in recent iberian Prehistory”, *BAR, International Series*, 99-108.

VALERA, A.C. E GODINHO, R. (2010), “Ossos humanos provenientes dos fossos 3 e 4 e gestão da morte nos Perdigueiros”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6: 29-39.

WHEELER, J. (2010), “Paleoenvironmental assessment of two archaeological sediments from Perdigueiros, Alentejo region, Portugal”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6: 41-45.

2009

CABAÇO, N. (2009), *Restos faunísticos em contexto funerário nos Perdigueiros, Reguengos de Monsaraz (Sepulcros 1 e 2)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar. Versão policopiada.

LAGO, M. (2009), *Arqueologia em construção: um conceito em aplicação no Complexo Arqueológico dos Perdigueiros*. XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 62-70.

MORENO-GARCIA, M.; CABAÇO, N. (2009), “Restos faunísticos em contexto funerário: fossas 7 e 11 dos Perdigueiros (Reguengos de Monsaraz)”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 4: 11-14.

VALERA, A.C.; GODINHO, R. (2009), “A gestão da morte nos Perdigueiros (Reguengos de Monsaraz): novos dados, novos problemas”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17: 371-387.

2008

COELHO, M. (2008), “A fauna malacológica proveniente do Sector I do recinto calcolítico dos Perdigueiros”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3: 35-40.

DIAS, M.I., VALERA, A.C., LAGO, M. E PRUDÊNCIO, M.I. (2008), “Proveniência e tecnologia de produção de cerâmicas nos Perdigueiros”, *Vipasca: Actas do III Encontro de Arqueologia do SW (Aljustrel, 2006)*, II série, 2: 117-121.

EVANGELISTA, L. S. E JACINTO, M.J. (2008), “Deposições intencionais ou naturais? Análise estratigráfica e material do fosso exterior do recinto dos Perdigueiros”, *Vipasca: Actas do III Encontro de Arqueologia do SW (Aljustrel, 2006)*, II série, 2: 122-127.

GODINHO, R. (2008), “Deposições funerárias em fossa nos Perdigueiros: dados antropológicos do Sector I”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3: 29-34.

MÁRQUEZ ROMERO, J.E., JIMÉNEZ-JÁIMEZ, V. E MATA VIVAR, E. (2008), “Excavaciones en el yacimiento de Perdigueiros (Reguengos de Monsaraz, 2008-2010), Universidad de Málaga (España)”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 2: 27-34.

ODRIOZOLA, C. (2008), “Scientific analyses of the white inlaid material of the symbolic pottery from povoado dos Perdigueiros”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, NIA-ERA, p.41-44

ODRIOZOLA, C.; HURTADO PÉREZ, V.; DIAS, M.I. E VALERA, A.C. (2008), “Produção e consumo de campaniformes no vale do Guadiana: uma perspectiva ibérica”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3: 45 – 52.

VALERA, A.C. (2008), “Intervenção arqueológica de 2007 no interior do recinto pré-histórico dos Perdigueiros (Reguengos de Monsaraz)”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 1: 15-22.

VALERA, A.C. (2008), “Mapeando o Cosmos. Uma abordagem cognitiva aos recintos da Pré-História Recente”, *ERA Arqueologia*, 8:112-127.

VALERA, A.C.; JORGE, P.; LAGO, M. (2008), “O complexo arqueológico dos Perdigueiros: Breve percurso de uma Arqueologia de minimização a uma Arqueologia em construção e em sociedade”, *Almadan*, II série, 16: 115-123.

VALERA, A.C. (2008), “O recinto calcolítico dos Perdigueiros: fossos e fossas do Sector I”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, p. 19-27.

2007

VALERA, A.C., LAGO, M., DUARTE, C., DIAS, M.I. E PRUDÊNCIO, M.I. (2007), “Investigação no complexo arqueológico dos Perdigueiros: ponto da situação de dados e problemas” In *Actas*

do 4º Congresso de Arqueologia Peninsular, Faro, Universidade do Algarve, 53-56.

2006

DUARTE, C.; EVANGELISTA, L.; LAGO, M. VALENTE, M.J. E VALERA, A.C. (2006), "Animal remains in Chalcolithic funerary contexts in Portugal: the case of Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Alentejo)", In *Actas do 4º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro, Universidade do Algarve, 47-55.

2003

EVANGELISTA, L.(2003), *O complexo arqueológico dos Perdigões e a construção da paisagem em Reguengos de Monsaraz*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Versão policopiada.

LAGO, M. (2003), "Arqueologia em Construção e o Complexo Arqueológico dos Perdigões" in JORGE, S.O. coord., "Recintos Murados da Pré-História Recente: Técnicas construtivas e organização do espaço. Conservação, restauro e valorização patrimonial de arquitecturas pré-históricas.", 224-240.

VALERA, A.C. (2003), "A propósito de recintos murados do 4º e 3º milénios AC: Dinâmicas e fixação do discurso arqueológico", JORGE, S.O. coord., "Recintos Murados da Pré-História Recente: Técnicas construtivas e organização do espaço. Conservação, restauro e valorização patrimonial de arquitecturas pré-históricas.", 149-168.

2000

VALERA, A.C., LAGO, M., DUARTE, C. E EVANGELISTA, L.S. (2000), "Ambientes funerários no complexo arqueológico dos Perdigões: uma análise preliminar no contexto das práticas funerárias calcolíticas no Alentejo", *ERA Arqueologia*, 2: 84-105.

ALDANA, P. (2000), "Un modelo de gestión patrimonial para el sitio prehistórico de "Os Perdigões" (Reguengos de Monsaraz)", *ERA Arqueologia*, 2: 180-188.

1998

LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F. E CARVALHO, A. (1998), "Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1, 1: 45-152.

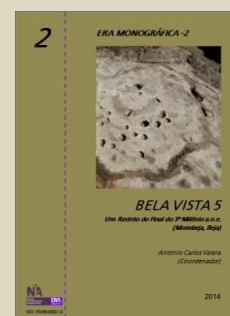
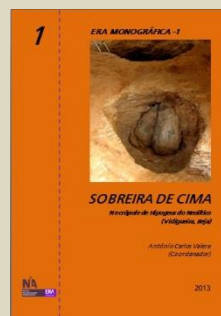
OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ERA ARQUEOLOGIA

Série ERA Monográfica

Dois volumes publicados

Série ERA Arqueologia

Oito volumes publicados entre 2000 e 2008

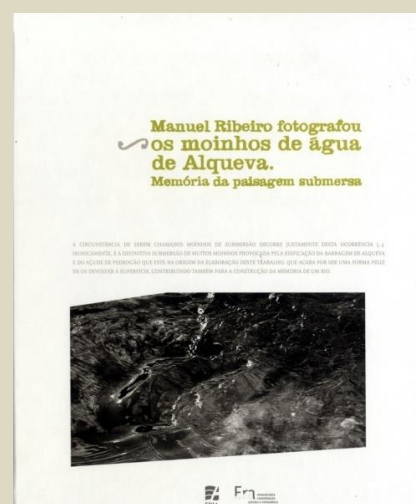


Livro de fotografias de Manuel Ribeiro sobre os moinhos de água de Alqueva



“Holocénico [o blog]” de António Valera

Textos sobre produção de conhecimento, património, arqueologia e o seu ensino e profissão.



ERA Arqueologia S.A.
Calçada de Santa Catarina, 9C
1495-705 Cruz Quebrada
- Dafundo

www.era-arqueologia.pt
geral@era-arqueologia.pt
nia@era-arqueologia.pt